



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DANUBIA DE OLIVEIRA FLORINDO

**PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS DA ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO:
REGIME DE INFORMAÇÃO E ASPECTOS DE MEMÓRIA**

VITÓRIA (ES)
2024

DANUBIA DE OLIVEIRA FLORINDO

**PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS DA ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E
INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO:
REGIME DE INFORMAÇÃO E ASPECTOS DE MEMÓRIA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maira Cristina Grigoleto

Coorientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Informação.

VITÓRIA (ES)
2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

- F637p Florindo, Danubia de Oliveira, 1990-
Práticas documentárias da Assessoria Especial de Segurança e
Informação da Universidade Federal do Espírito Santo : regime de
informação e aspectos de memória / Danubia de Oliveira Florindo. -
2024.
137 f. : il.
- Orientadora: Maira Cristina Grigoleto. Coorientador:
Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.
1. Regime de informação. 2. Práticas documentárias. 3. Ditadura
militar brasileira. 4. Vigilância. 5. Comissão da Verdade Universitária. 6.
UFES. I. Grigoleto, Maira Cristina. II. Fagundes, Pedro Ernesto. III.
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas
e Econômicas. IV. Título.

CDU: 02

DANUBIA DE OLIVEIRA FLORINDO

PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS DA ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO: REGIME DE INFORMAÇÃO E ASPECTOS DE MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 2: Memória, Representação e Uso da informação

Aprovada em 30 de julho de 2024.

Comissão examinadora:[assinatura digital]
Profa. Dra. Maira Cristina Grigoletto
Orientadora (PPGCI/UFES)

[assinatura digital]
Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Coorientador (PPGCI/UFES)

[assinatura digital]
Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento
PPGCI/UFES

[assinatura digital]
Profa. Dra. Gleice Pereira
PPGCI/UFES

[assinatura digital]
Prof. Dr. Rodrigo Sarruge Molina
PPGE/UFES

[assinatura digital]
Profa. Dra. Jória Motta Scolforo
Arquivo Público do Estado do Espírito Santo





Folha de aprovação - Danubia.docx

Data e Hora de Criação: 01/08/2024 às 18:47:33

Documentos que originaram esse envelope:

- Folha de aprovação - Danubia.docx.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: afa9b5f9a36f7753772b544a10e0131e7653b2492051405579d30271a1764381

[SHA512]: fc705ff1532d06410bc49ae57266af8b8f02aec6a58be9864152902c9cfd9a3ee28a872acfbf8be450f4eaa65e473f193078976a21bcb49400b224073184f67

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Maira Cristina Grigoletto (magrigo@hotmail.com)

Data/Hora: 01/08/2024 - 19:26:30, IP: 179.217.22.203, Geolocalização: [-20.242847, -40.272857]

[SHA256]: 17537035335e9cf34c4eab622c341ecd42a56d9462f6ffab2ffab2eacda4e5b8



ASSINADO - Pedro Ernesto Fagundes (pefagundes@uol.com.br)

Data/Hora: 02/08/2024 - 09:36:10, IP: 179.105.101.11, Geolocalização: [-20.279556, -40.288635]

[SHA256]: 0cdda9ca2aa968191d5e5ba1e517f4fa69163f38e5df7f6596b4bbb515bb685



ASSINADO - Lucileide Andrade de Lima do Nascimento (lucileide.nascimento@ufes.br)

Data/Hora: 02/08/2024 - 09:37:01, IP: 186.233.129.53, Geolocalização: [-20.288572, -40.296264]

[SHA256]: b42af0c3468d1a05ea6931dfb5d9f6f427d59c2cb7570a91525a62deb263779b



ASSINADO - Gleice Pereira (gleiceufes@gmail.com)

Data/Hora: 02/08/2024 - 11:56:17, IP: 152.255.104.147, Geolocalização: [-19.932505, -43.927751]

[SHA256]: 6dc9b1f444de253cc41e5e6a445b9c98e4d6802435e3f9e6f5d13cb7bc35ebd6



ASSINADO - Rodrigo Sarruge Molina (rodrigo.molina@ufes.br)

Data/Hora: 05/08/2024 - 16:21:19, IP: 191.199.128.242

[SHA256]: eb5981a57ea6f6a5e83aa3e358457d077bcfbfb14ed04a733343493bc3f03e88



ASSINADO - Jória Motta Scolforo (joriascolforo@gmail.com)

Data/Hora: 05/08/2024 - 17:51:52, IP: 187.36.174.3, Geolocalização: [-20.285908, -40.294746]

[SHA256]: 2f410f1ee542f3a437ee1e83cbd9e6565ba32cd76d9ec906324a1d1370c22bba

Histórico de eventos registrados neste envelope

05/08/2024 17:51:52 - Envelope finalizado por joriascolforo@gmail.com, IP 187.36.174.3

05/08/2024 17:51:52 - Assinatura realizada por joriascolforo@gmail.com, IP 187.36.174.3

05/08/2024 17:51:51 - Envelope visualizado por joriascolforo@gmail.com, IP 187.36.174.3

05/08/2024 16:21:19 - Assinatura realizada por rodrigo.molina@ufes.br, IP 191.199.128.242

05/08/2024 16:21:12 - Envelope visualizado por rodrigo.molina@ufes.br, IP 191.199.128.242

02/08/2024 11:56:17 - Assinatura realizada por gleiceufes@gmail.com, IP 152.255.104.147

02/08/2024 09:37:01 - Assinatura realizada por lucileide.nascimento@ufes.br, IP 186.233.129.53

02/08/2024 09:36:10 - Assinatura realizada por pefagundes@uol.com.br, IP 179.105.101.11

02/08/2024 09:36:08 - Envelope visualizado por pefagundes@uol.com.br, IP 179.105.101.11

01/08/2024 19:26:30 - Assinatura realizada por magrigo@hotmail.com, IP 179.217.22.203

01/08/2024 19:26:27 - Envelope visualizado por magrigo@hotmail.com, IP 179.217.22.203

01/08/2024 18:52:30 - Envelope registrado na Blockchain por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.106

01/08/2024 18:52:29 - Envelope encaminhado para assinaturas por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.106

01/08/2024 18:47:34 - Envelope criado por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.106

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família amada,
aos meus amigos e amigas,
aos meus filhos felinos,
aos meus companheiros de labuta,
pela paciência e compreensão nos últimos tempos.
Aos meus professores e orientadores,
que me acompanharam e apoiaram
nessa busca incessante
por respostas e por novos questionamentos.
Aos que foram resistência
quando seria mais fácil optar pela indolência.

Sobretudo, dedico esse pesquisa
à mulher que exalou força a todas nós,
e que mesmo sem compreender nossos passos
nos apoiou e vibrou cada vitória,
sempre com amor e orgulho,
Terezinha Gomes da Silva Oliveira (*in memoriam*)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus e às boas energias desse nosso Universo, pela força e fé que não me deixaram desistir, mesmo nos momentos mais difíceis desta jornada.

À minha mãe e ao meu pai, minha eterna gratidão. A paciência, o amor e o cuidado de vocês foram essenciais para que eu pudesse trilhar esse caminho, mesmo quando meus passos acadêmicos não foram completamente compreendidos, e mesmo com raiva pelas minhas ausências necessárias. Vocês sempre estiveram ao meu lado, eu não tenho dúvidas disso.

Aos meus orientadores, agradeço profundamente. Pela humanidade e sensibilidade, reconhecendo que a vida fora da academia também apresenta desafios e exigências, que por vezes nos enfraquecem. Vocês foram grande fonte de inspiração.

Aos meus amigos e amigas, que estiveram ao meu lado nas trincheiras. Agradeço por cada palavra de incentivo quando me faltavam forças e fé em mim mesma. E aos que precisei me afastar, mesmo sentindo minha ausência durante esse longo período, agradeço pois sempre torceram e incentivaram a seguir em frente.

Aos meus gatinhos, meus companheiros fiéis nas madrugadas de leitura e escrita, dedico um agradecimento especial. A presença silenciosa de vocês tornou as noites solitárias mais acolhedoras.

Expresso minha gratidão aos meus gestores, que me apoiaram e demonstraram grande solidariedade nos momentos de angústia. O suporte de vocês foi imprescindível para que eu pudesse equilibrar minhas responsabilidades profissionais com os desafios acadêmicos.

“No hay historia muda. Por mucho que la quemen, por mucho que la rompan, por mucho que la mientan, la historia humana se niega a callarse la boca”.

Eduardo Galeano.

“Fiz o que a vida me esinou: desobedeci e encarei meus algozes de frente”.

Dilma Rousseff.

RESUMO

A instituição da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI) representaram um importante passo para a justiça de transição do Brasil, mesmo que de forma tardia. A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUFES) surge com o intuito de recuperar documentos e memórias da ditadura militar envolvendo estudantes, docentes e corpo técnico-administrativo dessa universidade. Dentre as descobertas que foram possíveis através dos documentos recuperados por essa comissão, destacamos a Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFES (AESI/UFES). Esse órgão foi instituído como forma de exercício de poder pelo governo militar, para vigiar e monitorar a comunidade acadêmica. A presente pesquisa propõe investigar o regime de informação dominante no governo militar por meio das práticas documentárias da AESI/UFES, em seu período de atividade (1971-1983). Para alcançar nosso objetivo central, iremos caracterizar a atuação da AESI na UFES à luz do regime de informação dominante nos órgãos do governo militar brasileiro, identificar as práticas documentárias da AESI/UFES, considerando o cenário sociopolítico de seu período de atuação e discutir as ações de informação pelos documentos da AESI/UFES em diferentes dimensões espaço-temporais e funcionais, ou seja, no período de sua produção para atender às finalidades às quais respondem e no tempo presente como fontes para a compreensão de exercícios de poder e combate aos discursos hegemônicos. Tomaremos como base teórica para nossas análises os elementos do modelo analítico de regime de informação tratado por Maria Néida González de Gómez e as propriedades das práticas documentárias evocadas por Bernd Frohmann. As questões de memória foram trazidas a partir da correlação identificada entre os elementos do regime de informação e as formulações para o enquadramento da memória de Henry Rousso e Michael Pollak. Essas concepções fundamentam nossa inferência sobre a emergência de um certo regime de memória, que age concomitantemente com o regime de informação no processo de construção de memórias coletivas. Trata-se de uma pesquisa social, exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, que se instrumentaliza pela pesquisa bibliográfica, documental e pela análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. Os documentos analisados demonstram que a atuação da AESI/UFES estava profundamente alinhada com o regime de informação dominante nos órgãos do governo militar brasileiro, exercendo o monitoramento e controle das atividades acadêmicas e sociais na universidade, em especial de professores e estudantes membros dos órgãos de representação discente, como os Diretórios Acadêmicos. Revela as camadas de poder subjacentes às práticas documentárias dessa assessoria e reflete sobre a parcialidade da construção social de memórias coletivas, que entendemos estar inseridas nas políticas de informação, por fatores culturais, políticos e econômicos. Apontamos para algumas questões acerca dos possíveis impactos da atuação da AESI/UFES nas dinâmicas de ensino e na produção de conhecimento no período da ditadura militar e na contemporaneidade.

Palavras-chave: Regime de informação; Práticas documentárias; Ditadura militar brasileira; Vigilância; Comissão da Verdade Universitária; UFES.

ABSTRACT

The establishment of the National Truth Commission and the enactment of the Access to Information Law represented an important step for transitional justice in Brazil, even if belatedly. The Truth Commission of the Federal University of Espírito Santo aims to recover documents and memories of the military dictatorship involving students, faculty, and administrative staff of this university. Among the discoveries made possible through the documents recovered by this commission, we highlight the Special Advisory for Security and Information of UFES (AESI/UFES). This body was instituted as a means of exercising power by the military government to surveil and monitor the academic community. This research proposes to investigate the dominant régime of information during the military government through the documentary practices of AESI/UFES, during its period of activity (1971-1983). To achieve our central objective, we will characterize the role of AESI at UFES in light of the dominant régime of information in the Brazilian military government agencies, identify the documentary practices of AESI/UFES, considering the sociopolitical scenario of its period of operation, and discuss the information actions through the documents of AESI/UFES in different spatial-temporal and functional dimensions, that is, in the period of their production to meet the intended purposes and in the present time as sources for understanding exercises of power and combating hegemonic discourses. Our theoretical basis for analysis will include the elements of the analytical information regime model by Maria Nélida González de Gómez and the properties of documentary practices evoked by Bernd Frohmann. Memory issues were brought up from the correlation identified between the elements of the information regime and the formulations for memory framing by Henry Rousso and Michael Pollak. These concepts underpin our inference about the emergence of a certain memory regime that acts concurrently with the régime of information in the process of constructing collective memories. This is a social, exploratory-descriptive research with a qualitative approach, which is instrumented by bibliographic research, documentary research, and content analysis proposed by Laurence Bardin. The analyzed documents demonstrate that the performance of AESI/UFES was deeply aligned with the dominant information regime in the Brazilian military government agencies, monitoring and controlling academic and social activities at the university, especially of professors and student members of student representation bodies, such as the Academic Directories. It reveals the layers of power underlying the documentary practices of this advisory body and reflects on the partiality of the social construction of collective memories, which we understand to be embedded in information policies, due to cultural, political, and economic factors. We point out some questions about the possible impacts of the performance of AESI/UFES on the dynamics of teaching and the production of knowledge during the military dictatorship and in contemporary times.

Keywords: Régime of information; Documentary practices; Brazilian military dictatorship; Surveillance; University Truth Commission; UFES.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Estudos sobre regimes de informação (2010-2015)	57
QUADRO 2 – Estudos sobre regimes de informação (2016-2021)	58
QUADRO 3 – Estudos sobre regimes de informação indexados na BRAPCI (2010-2022)	61
QUADRO 4 – Estudos sobre regime de informação indexados na BDTD (2010-2022)	62
QUADRO 5 – Estudos sobre práticas documentárias indexados na BRAPCI (2010-2022)	66
QUADRO 6 – Estudos sobre práticas documentárias indexados na BDTD (2010-2022)	67
.....	
QUADRO 7 – Sistematização do conjunto documental da AESI/ASI da UFES	72
QUADRO 8 – Elementos do regime de informação para análise das fontes	73
QUADRO 9 – Atores sociais nos ofícios da AESI/ASI da UFES	74
QUADRO 10 – Documentos enviados pela AESI/ASI para os Centros da UFES	82
QUADRO 11 – Fluxo de informações sobre o jornal “A Roda Dentada”	85
QUADRO 12 – Monitoramento dos docentes da UFES	90
QUADRO 13 – Monitoramento dos estudantes da UFES	91
QUADRO 14 – Monitoramento de eventos	95
QUADRO 15 – Monitoramento de correspondências recebidas de outros países, e da circulação de livros, jornais e panfletos	96
QUADRO 16 – Comunicados gerais	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

2ª/EMAer	Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica
2ª/EME	2ª Seção do Estado-Maior do Exército
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
ANT	<i>Actor Network Theory</i>
APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
BEMFAM	Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CA	Centro de Artes
CBM	Centro Biomédico
CEFD	Centro de Educação Física e Desportos
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CT	Centro Tecnológico
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CI	Ciência da Informação
CIE	Centro de Informações do Exército
CISA	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CVUFES	Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEMEC	Delegacia do Ministério da Educação e da Cultura
DOI	Destacamentos de Operações Internas
DOPS	Departamentos de Ordem Política e Social
DSI	Divisões de Segurança e Informação
ES	Espírito Santo
ESG	Escola Superior de Guerra
GT	Grupo de Trabalho
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LabTempo	Laboratório de Estudos em História do Tempo Presente
LAI	Lei de Acesso à Informação
M-20	Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada

ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
PCdoB	Partido Comunista Brasileiro
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGCI	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação
SISNI	Sistema Nacional de Informação
SNI	Serviço Nacional de Informação
TAR	Teoria Ator-Rede
UES	Universidade do Espírito Santo
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade de Goiás
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União dos Estudantes
URRJ	Universidade Rural do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Correlação dos elementos de regime de informação e de enquadramento da memória	37
FIGURA 2 – Interseções que constituem a emergência do regime de memória	44
FIGURA 3 – O Serviço Secreto na estrutura do Poder Executivo	46
FIGURA 4 – Organização hierárquica da AESI/UFES	52
FIGURA 5 – Percurso metodológico para a coleta, seleção e análise das fontes	54
FIGURA 6 – Ofícios que citam o Ministro da Justiça do governo militar	75
FIGURA 7 – Ofícios que citam o Ministro da Educação e da Cultura do governo militar	76
FIGURA 8 – Carimbos dos Ofícios da AESI/ASI da UFES	78
FIGURA 9 – Ofício nº 51/75- AESI	80
FIGURA 10 – Fluxo de informações da AESI/ASI da UFES	81
FIGURA 11 – Pedidos de Busca enviados para o CT/UFES	82
FIGURA 12 – Solicitação de cooperação enviada para o Diretor do CT/UFES	83
FIGURA 13 – Ofícios nº 02, 04, 06/71-AESI	86
FIGURA 14 – Ofícios nº 219 e 220/77-ASI/UFES, enviados ao CCJE/UFES	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2. REGIMES DE INFORMAÇÃO, PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS E MEMÓRIA ..	23
2.1 Regimes de informação: conceitos e aplicações.....	23
2.2 Memória: associações e enquadramentos	31
2.3 Regimes de memória e as representações do passado	39
3. GOVERNO MILITAR E AS UNIVERSIDADES: REGIMES E EXERCÍCIO DE PODER	45
3.1 Sistema Nacional de Informação: ferramentas para exercícios de poder	45
3.1.1 Universidades: segurança, controle e informação	47
3.2 A ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	49
3.2.1 O caso da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFES ...	52
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	54
4.1 Pesquisa bibliográfica	55
4.1.1. Apresentação dos resultados da pesquisa bibliográfica	56
4.2 Pesquisa documental	68
4.2.1 Contexto e antecedentes da pesquisa documental.....	69
4.3 Análise dos dados	70
5. AS PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS DA AESI/UFES: ANÁLISE PELO REGIME DE INFORMAÇÃO	71
5.1 O regime de informação da AESI/UFES: aplicação do modelo de González de Gómez	71
5.1.1 Atores.....	73
5.1.2 Artefatos e Dispositivos.....	77
5.2 Ações de Informação: análise geral e os aspectos de memória	79
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE A – Descrição das fontes selecionadas para a pesquisa	111

1 INTRODUÇÃO

Governos autoritários, ao longo da história, criam diversos mecanismos com o objetivo de controlar e monitorar o fluxo e o uso de informações, a fim de manter a hegemonia do Estado. Durante a ditadura militar brasileira (1964-1985) não foi diferente. Diversos órgãos foram criados com o intuito de vigiar a população, órgãos públicos, ministérios, autarquias e especialmente as universidades. Uma das primeiras medidas dos militares ao tomar o poder foi a criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), em meados de 1964, órgão que centralizaria, dentro de um sistema que contava com outros órgãos, as ações de vigilância, monitoramento e controle político e social.

Por muitos anos, pesquisadores de diversas áreas do conhecimento enfrentaram dificuldades de acesso aos documentos desses órgãos de vigilância que atuaram no período em que o Brasil esteve sob o governo militar (1964-1985). Um importante marco que garantiu novas leituras e a possibilidade de reconstruir a memória desse período foi a promulgação da Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI) e a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) através da Lei 12.528, ambas sancionadas pela então presidenta Dilma Rousseff, em 11 de novembro de 2011.

A institucionalização de uma Comissão da Verdade no Brasil, mesmo que de forma tardia, quando comparamos com outros países do Cone-Sul, é uma ação que integra a justiça de transição que, segundo Van Zyl (2005), tem por objetivo a reparação de vítimas, revelar a verdade sobre crimes cometidos, reestruturar a ação de órgãos abusivos e promover uma espécie de reconciliação, visando reconstruir a sociedade de forma democrática e sustentável. É um mecanismo utilizado após momentos de conflito interno em países onde se identifica a violação em massa dos direitos humanos.

Os trabalhos da CNV iniciaram em 16 de maio de 2012, quando em uma cerimônia simbólica no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma formalizou a instalação dessa Comissão, para atuação no âmbito do Poder Executivo Federal. O Relatório Final da CNV menciona que, de forma orgânica e não prevista pelo legislador, outras Comissões da Verdade surgiram, nos âmbitos estaduais, em universidades, em Assembleias Legislativas e em outros órgãos estatais (Brasil, 2014).

A Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (CVUFES),

foi criada em março de 2013 pela Portaria nº 478/2013, com objetivo de recuperar documentos e memórias da ditadura militar envolvendo estudantes e servidores da UFES (professores e técnico-administrativos), por meio de depoimentos e levantamento de documentos dos órgãos de repressão que atuaram nessa instituição, em particular um órgão chamado Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI)¹, que atuou na UFES entre os anos 1971 e 1983 (Fagundes, 2013; 2016).

A CVUFES organizou, por orientação da CNV, sua atuação em dois grupos de trabalho (GT): 1) GT Acervo, que tinha como foco recuperar, descrever, pesquisar e digitalizar, principalmente, a documentação da AESI/UFES; e 2) GT Entrevistas, que realizou oitivas com algumas pessoas envolvidas nos movimentos sociais na UFES durante o regime militar (Fagundes, 2016).

O GT Acervo enfrentou diversas dificuldades durante o levantamento da documentação: a) O antigo Arquivo da UFES sofreu um grande incêndio em 1999, o que acarretou a perda de uma grande massa documental do período pesquisado; b) Os documentos encontrados estavam em locais dispersos, inadequados e sem nenhum tipo de tratamento arquivístico. Foi necessário um “[...] verdadeiro trabalho ‘arqueológico’ [...]” para recuperar os acervos dos órgãos de repressão que atuaram na universidade (Fagundes, 2013). No Relatório final da CVUFES encontra-se descrito que:

[...] a inexistência de uma política arquivística levou a CVUFES a realizar buscas em vários locais, tais como banheiros desativados, que haviam sido convertidos em ‘arquivos’ no prédio da Reitoria, em almoxarifados, embaixo de escadas e em salas desativadas no ginásio de esportes do CEFD (Fagundes 2016, p. 18).

Contudo, recuperou-se 1.400 páginas de documentos, que foram higienizadas, digitalizadas, organizadas e descritas pela equipe de bolsistas que atuaram sob a supervisão da CVUFES (Fagundes, 2016). A procedência de grande parte dessa massa documental era de um órgão específico: AESI/UFES.

As AESIs atuavam especificamente nas universidades do país, e eram subordinadas ao SNI. Segundo Motta (2014, p. 128), “[...] a lógica dos responsáveis

¹ Na literatura também observamos a utilização da nomenclatura Assessoria de Segurança e Informação (ASI) para se referir ao mesmo órgão. Adotaremos Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) como o padrão para este trabalho até a seção 5. Nessa seção, ao apresentar os resultados da pesquisa (identificamos os períodos com cada nomenclatura dessa assessoria), utilizaremos “AESI/ASI da UFES”, e utilizaremos AESI/UFES ou ASI/UFES quando nos referirmos a uma ou outra nomenclatura (seguindo a forma de nomeação como consta originalmente nos documentos analisados).

pela área de segurança e repressão, o expurgo de professores e estudantes inconvenientes deveria ser seguido de constante vigilância para impedir o ‘retorno’ das ameaças”. Motta (2014) também afirma que todas as universidades federais e algumas estaduais - como as de Londrina (PR) e Maringá (PR) - existentes nos anos 1970, possuíam AESIs. Ele relata que ao todo “[...] havia aproximadamente 35 AESIs universitárias e cerca de quinze ligadas a outros setores do MEC” (Motta, 2014, p. 197). Esses órgãos tinham como principal objetivo a:

[...] coleta de informações sobre atividades das lideranças estudantis e professores, controle da nomeação para cargos, viagens de docentes e discentes para eventos científicos, censura de livros, proibição de manifestações, confisco de material considerado ‘subversivo’, entre outras (Fagundes, 2013, p. 303).

Todo esse aparato, montado para controle e monitoramento de informações, institucionalizava o regime de informação dominante no governo militar brasileiro. Nesse sentido, esses órgãos produziram uma massa documental que nos permite perceber os discursos dominantes e as relações de poder presentes durante aquele período histórico, social e cultural em nosso país.

As práticas documentárias envolvem questões políticas, sociais e econômicas, e estão subordinadas a certos regimes de informação, que nos permitem examiná-las e compreender suas modificações ao longo dos tempos. González de Gómez (2012b, p. 43), afirma que “[...] um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem”.

A presente pesquisa surge como um desdobramento dos trabalhos da CVUFES, e traz como temática a atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na rotina da comunidade acadêmica da UFES durante o período de existência desse órgão (1971-1983) sob a perspectiva do modelo-teórico analítico de regime de informação. Pretendemos, portanto, responder à seguinte questão: Como se caracteriza o regime de informação dominante no governo militar pelas práticas documentárias da AESI durante sua atuação na UFES, entre 1971 e 1983?

O intuito desse estudo é o entendimento de práticas documentárias e de fluxos de informação produzidas pelo órgão de monitoramento e vigilância que atuou na UFES durante a ditadura, evidenciando o regime de informação dominante e, através dele, estimular dois movimentos de enfrentamento a silenciamentos, esquecimentos e limitações à produção de conhecimentos:

- 1) O debate acerca de memórias construídas sob o domínio de órgãos do governo militar brasileiro nos ambientes universitários, a exemplo da AESI/UFES; e
- 2) As potencialidades para a construção de novas memórias e conhecimentos no tempo presente.

Para isso, em nossa análise das práticas documentárias² na AESI/UFES, foram considerados os aspectos da materialidade, da institucionalidade, da disciplina social e da historicidade, conforme tratados por Frohmann (2012). Definimos como objetivo central: investigar o regime de informação dominante no governo militar por meio das práticas documentárias da AESI/UFES entre 1971 e 1983. Desdobramos a pesquisa nos seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar a atuação da AESI na UFES à luz do regime de informação dominante nos órgãos do governo militar brasileiro;
- b) Identificar as práticas documentárias da AESI/UFES, considerando o cenário sociopolítico de seu período de atuação;
- c) Discutir as ações de informação a partir dos documentos da AESI/UFES em diferentes dimensões espaço-temporais e funcionais, ou seja, no período de sua produção para atender as finalidades às quais respondem e no tempo presente como fontes para compreensão de exercícios de poder e combate aos discursos hegemônicos.

Em conexão com o momento recente, esse estudo se justifica pela urgência em desvendar aspectos do autoritarismo na atualidade. Haja vista que, nos últimos dez anos observamos a ascensão dos movimentos sociais de extrema direita no Brasil e no mundo. Dentre as características principais dos participantes desses movimentos sociais destacamos a devoção exacerbada ao militarismo e ao patriotismo.

Tomando como exemplo de saudosismo atual da extrema direita brasileira pela ditadura militar citamos a votação na Câmara dos Deputados favorável ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 17 de abril de 2016. Durante essa sessão um discurso nos chama atenção: o do voto proferido pelo então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, que em plenário exaltou um torturador atuante durante

² Utilizaremos a noção de Frohmann acerca das práticas documentárias, entendidas a partir de 4 propriedades: 1) materialidade – uma vez que os documentos existem de alguma forma material, sua materialidade se configura através das práticas com eles; 2) a institucionalização – as práticas documentárias são enraizadas e se apresentam por meio da institucionalização; 3) a disciplina social – as práticas documentais, como tantas outras, exigem ensino, treinamento, correção e outras medidas disciplinares; 4) a historicidade – as práticas surgem, desenvolvem-se declivam e desaparecem em contextos históricos específicos (Frohmann, 2012).

o governo militar brasileiro, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra. Muitos políticos e líderes de movimentos sociais de direita vêm alimentando a construção de uma memória positiva sobre o período ditatorial brasileiro. Para Napolitano (2015), a construção da memória sobre a ditadura passou por 4 fases, sendo a última considerada por ele a fase de disputas pelo passado. Esse autor aponta que apesar de existir a tendência de um pensamento crítico hegemônico sobre a ditadura, nessa quarta fase observa-se com maior evidência o negacionismo das violações de direitos humanos cometidos nesse período e a construção de uma memória nostálgica e positiva da ditadura militar brasileira.

Segundo Fagundes e Angelo (2014), no Estado do Espírito Santo (ES), onde nossa pesquisa se concentra, existe uma forte memória positiva acerca do governo dos militares, e pouco se fala sobre as repressões políticas ocorridas nesse período no estado. A ideia de que apenas as grandes capitais do Brasil, como Rio de Janeiro e São Paulo, foram marcadas pela violência durante a ditadura militar foi intensamente difundida pela elite econômica e política do ES. A narrativa principal é de que apenas durante o governo dos militares o ES teve avanços industriais e econômicos significativos (Fagundes; Angelo, 2014).

A presente pesquisa se dispõe a colaborar com a proposição de uma análise crítica sobre memórias coletivas acerca dos impactos da ditadura militar em terras capixabas, especificamente no ambiente universitário através da análise e compreensão do regime de informação dominante nas práticas documentárias da AESI/UFES. Percebemos a necessidade dessa temática, tendo em vista os usos de informação e de memórias enquadradas em determinadas condições de espaço e de tempo. Ou seja, as maneiras como memórias de um período traumático da nossa história recente podem vir a ser objeto para enaltecimento ou silenciamento de determinada condição de saber e de fazer para o exercício de poder através de narrativas históricas. Consolidando assim uma espécie de memória benevolente em relação ao passado recente, no país, em particular, e no Espírito Santo, em especial. (Fagundes, 2024).

As fontes de informação recuperadas pelas diversas Comissões da Verdade em todo o país, e especificamente pela CVUFES, nos permitem (re)leituras para a construção de novas memórias pautadas no exame de documentos pelo viés da Ciência da Informação (CI), através do modelo analítico de regime de informação. Essa abordagem nos permitiu compreender os fluxos de informação da AESI/UFES

sob a influência das políticas de informação e das relações de poder que predominavam nesse período estudado (González de Gómez, 1999, 2002, 2012b).

A CNV e as Comissões da Verdade setoriais surgidas após essa primeira iniciativa do Governo Federal desempenharam papel crucial nos estudos sobre a memória coletiva acerca da ditadura militar brasileira, fornecendo uma estrutura institucional para a investigação de violações dos direitos humanos ocorridas durante esse período. Os estudos sobre o período ditatorial brasileiro, posteriores às criações das Comissões da Verdade e à promulgação da LAI, demonstram que novas abordagens surgiram nas pesquisas, e que passaram a estar submetidas a um regime de informação para reconstrução da memória coletiva sobre esse período, a partir das narrativas e pontos de vista de grupos diversos. Morigi e Fornos (2020, p. 35) ainda complementam que

O trabalho documental da CNV se coloca como uma das possibilidades de enfrentamento às políticas de esquecimento, ocultamento e silenciamento impostas pelo regime de informação da ditadura civil-militar brasileira e inclusive a desmemória a qual o tema da ditadura foi reduzido desde a transição política (Morigi; Fornos, 2020, p. 35).

A compreensão dos estudos de políticas e de regimes de informação na CI, norteou a reflexão sobre relações estabelecidas com a teoria de memória coletiva, considerando que nossa análise percorreu transversalmente esses dois conceitos. Nesse sentido, pretendemos contribuir para a constituição de memórias coletivas acerca da ditadura militar brasileira, especificamente na UFES, por meio da correlação de elementos do regime de informação e do enquadramento da memória, que nos propicia embasamento para a abordagem de regimes de memória.

Cabe apresentar também que os motivos pessoais que estimulam esta pesquisa partem em princípio, da aproximação anterior com os trabalhos da Comissão da Verdade da UFES, período em que pude contribuir como bolsista, durante a graduação em Biblioteconomia, entre os anos 2013 e 2014. Minha atuação se deu no GT Acervo, nas fases de digitalização e catalogação dos documentos recuperados pelos *campi* da UFES. Além disso, acompanhei diversas ações promovidas pela CVUFES, como audiências públicas, oitivas e entrevistas. Em todos esses momentos, fiz reflexões acerca dos silenciamentos sobre esse período em nosso Estado e o quanto ainda há para se discutir e tratar sobre a atuação do governo autoritário militar no contexto da educação de nível superior, em especial na UFES.

No âmbito das atividades do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/CCJE/UFES) essa pesquisa se insere na Linha de Pesquisa 2 - Memória, representação e informação. Essa linha de pesquisa nos permite abordar políticas de informação, instituições, agentes e modos de pensar, em diferentes configurações históricas e sociais pelo viés da Ciência da Informação.

Para alcançar os objetivos propostos adotamos procedimentos metodológicos que foram divididos em três etapas, sendo elas: a) levantamento bibliográfico na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e em livros, para apreensão dos conceitos utilizados nesta pesquisa; b) levantamento documental nas legislações pertinentes e nos documentos da CVUFES, de acordo com o recorte proposto na pesquisa; c) análise de conteúdo dos documentos selecionados. Dessa forma, os rumos metodológicos traçados para essa pesquisa apontam para uma pesquisa social, de abordagem qualitativa, com finalidade exploratório-descritiva, operacionalizada a partir de levantamento bibliográfico e documental para a coleta, análise e discussão dos dados obtidos.

Apresentamos em um primeiro momento questões introdutórias acerca da temática, a fim de contextualizar o objeto, os objetivos e a justificativa desta pesquisa. Na seção 2 discutimos os principais conceitos, teorias e usos de regime de informação no âmbito da Ciência da Informação, além de apresentarmos nosso entendimento sobre memória coletiva. A partir da compreensão da constituição de memórias coletivas pelo enquadramento da memória, sustentados pelos teóricos Michael Pollak e Henry Rousso, identificamos as correlações com os elementos do regime de informação propostos por Maria Nélida González de Gómez. Essas concepções fundamentaram nossa inferência sobre a emergência de regimes de memória.

Na seção 3 trazemos uma breve sistematização dos regimes e do exercício de poder pelo governo militar, especificamente dos órgãos que atuavam no âmbito das universidades brasileiras e discorremos sobre a atuação desses órgãos na Universidade Federal do Espírito Santo, em especial a AESI/UFES; na seção 4 explicamos os procedimentos metodológicos aplicados para essa pesquisa com intuito de alcançar os nossos objetivos propostos; e na seção 5 discutimos, a partir da análise de conteúdo dos documentos da AESI/UFES, o regime de informação dominante pelos fluxos e práticas documentárias, apontamos para o agenciamento

dos documentos na constituição de memórias coletivas, no momento histórico de sua produção e nos estudos do tempo presente.

2. REGIMES DE INFORMAÇÃO, PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS E MEMÓRIA

Nesta seção apresentamos conceitos e teorias acerca da noção de regimes de informação, dos principais autores e influências que foram basilares na construção desse conceito e de um modelo analítico a ele associado, que se encontra em fase de maturação na Ciência da Informação. A partir dessas exposições, consideramos as aplicações teóricas e metodológicas identificadas nos trabalhos de Bernd Frohmann e Maria Nélida González de Gómez, os quais forneceram subsídios para a formulação do nosso protocolo analítico, que, nesse percurso, refletiu sobre o entendimento de regimes de memória.

A associação entre essas escolhas teóricas, analíticas e metodológicas foi delineada por meio da correlação identificada entre os elementos que estruturam a análise de regimes de informação e as formulações sobre o enquadramento da memória, apresentadas por Henry Rousso e Michael Pollak. Com base na teoria dos regimes, apresentada por Sandra Braman, foi possível conceber um modelo que compreende a complexidade das políticas públicas e práticas sociais relacionadas à gestão e à institucionalização da memória coletiva em diferentes contextos históricos e culturais. As formulações sobre a noção de regimes de memória buscaram abarcar as diversas maneiras como as sociedades constroem, mantêm e contestam suas narrativas históricas, refletindo tanto os aspectos estruturais quanto os dinâmicos que atuam na constituição das memórias (lembrações e esquecimentos).

2.1 Regimes de informação: conceitos e aplicações

O conceito de regime de informação na Ciência da Informação (CI) foi apresentado por Frohmann (1995), tratando de políticas de informação na Biblioteconomia e na CI, pontuando as questões que envolvem a informação e o poder. Como destaca esse autor, o valor que é designado à informação está condicionado às práticas informacionais, e essas estão subordinadas às políticas de informação de um determinado contexto, sejam elas implícitas ou explícitas. Dessa forma, a base desse conceito se estabelece no estudo das ações dos sujeitos, que estão subordinadas às suas interações com o contexto e os muitos elementos que nele se constituem.

Compreendemos então os regimes de informação como um conjunto articulado

de normas, práticas e políticas que regem a produção, a disseminação e o uso da informação em uma sociedade (Frohmann, 1995; 2008; González de Gómez, 1999, 2002, 2012b). Esse conceito adquire particular relevância na análise das estruturas de poder que determinam o acesso e o controle da informação, evidenciando como essas dinâmicas influenciam a construção do conhecimento e a formação das memórias coletivas. As práticas informacionais, ao serem configuradas por políticas explícitas, como leis e regulamentações, e implícitas, como normas culturais e organizacionais, definem quais informações são valorizadas e como elas são disseminadas.

Essas formulações estão inseridas em um momento de desenvolvimento da Ciência da Informação no qual Frohmann (2007) questiona os estudos sobre a informação, em evidência à época, sob o viés do paradigma cognitivo apontando sua crítica para os modelos mentalistas que fundamentaram essa abordagem³. Para esse autor, os estudos acerca da informação que não consideram a materialidade da informação (por ele concebida através do conceito de enunciados de Foucault) perdem sua capacidade de compreender aspectos sociais, históricos, culturais, políticos e éticos da informação (Frohmann, 2007). Ou seja, os estudos sobre fenômenos informacionais não poderiam excluir as influências do meio em um contexto específico.

Nesse sentido, essa discussão colaborou para a emergência e sustentação teórica do paradigma social junto à CI, que representou nos estudos iniciais “[...] uma integração da perspectiva individualista e isolacionista do paradigma cognitivo **dentro de um contexto social** no qual diferentes comunidades desenvolvem seus critérios de seleção e relevância” (Capurro, 2003, p. 8, grifo nosso).

Os estudos no campo da CI sobre regimes de informação provêm da abordagem do paradigma social, e encontram-se em fase de amadurecimento nessa

³ Conforme literatura consultada, a Ciência da Informação (CI) surge na década de 1960, em um contexto de Pós Segunda Guerra Mundial. Uma característica desse período que impulsionou a emergência dessa ciência foi a grande produção de informações, principalmente pelos setores militares, que nesse momento estavam em meio à chamada guerra fria. Em um primeiro momento a CI preocupou-se com aspectos físicos mensuráveis e observáveis da informação (paradigma físico), que nesse momento serviriam como ferramenta aos militares. Tinha uma abordagem positivista, e não compreendia a informação enquanto um fenômeno social. Após esse primeiro movimento tivemos a emergência dos estudos de cunho mais comportamental, que em meados dos anos 70 se concentravam nos modelos mentais dos usuários de informação (paradigma cognitivo), que levavam o foco para os estudos das modificações dos sujeitos através dos processos informacionais (Araújo, 2018; Capurro, 2005).

área do conhecimento. Nesse contexto,

[...] o regime de informação se configura como uma formação social conjunta de elementos em rede – como atores sociais (sujeitos, dispositivos e tecnologias), regras de poder, a organização e a gestão política da informação que se operacionalizam em práticas sociais com produtos e serviços. (Bezerra *et al.*, 2016, p. 66).

Para compreender os regimes de informação dominantes nas ações dos sujeitos, Frohmann (1995) propõe o uso da Teoria Ator-Rede (TAR), que teve início na década de 1980, com os trabalhos de Bruno Latour, Michel Callon e John Law (Sampaio; Loureiro, 2019), com objetivo de realizar estudos e análises mais complexas das redes e dos fluxos de informação. Para Frohmann (1995), a TAR, originalmente *Actor Network Theory* (ANT), permite que sejam realizados estudos sociais que considerem o realismo científico, construtivismo social e análise do discurso, de humanos (nas práticas sociais) e de não humanos (que seriam todos os objetos, seres, processos e fenômenos envolvidos nessas relações). O conceito da TAR de Latour (2005) trouxe para os estudos sociais a ideia de cadeia sócio-técnica, reconheceu os não humanos como capazes de transformar o campo de ação dos humanos, ou seja, com a capacidade de agenciamento. Essa capacidade será tratada por Frohmann (2007) através da materialidade da informação e da agência do documento.

A ideia de materialidade da informação é fundamental para se investigar o que o autor chama de regimes de informação e é ancorada no que Foucault (2008) apresenta como materialidade dos enunciados. Por meio dessa construção, Frohmann (2007, 2008) demonstra que a informação interfere profundamente na vida social através do seu peso, massa, inércia e estabilidade: “Os enunciados apresentam graus de estabilidade, de acomodação e de resistência à transformação, deterioração ou desestabilização. Sua massa responde pela energia de seu poder de afetar, ou seja, o poder de criar efeitos” (Frohmann, 2008, p. 22). Nesse sentido, Ortega e Saldanha (2017) afirmam que o uso da ideia de materialidade para se pensar a informação é fundamental nos estudos sociais da ciência, pois a emergência da informação está condicionada às práticas documentárias, que sofrem influências culturais e sociais, historicamente determinadas e que podem ser institucionalmente regulamentadas.

Frohmann (1995) também demonstra o estreitamento com as influências de Foucault em seus estudos da informação quando pontua no conceito de regimes de

informação a importância de se refletir sobre como o poder é exercido dentro das relações sociais e através das informações. Nesse sentido, o conceito de regimes de informação surge com intuito de permitir análises mais complexas dessas relações de poder da informação.

Vale ressaltar que para Foucault o poder não está centralizado e deve ser compreendido como práticas sociais em um determinado tempo e espaço (Ferrando; Freitas, 2017). Esse autor ainda afirma que “Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado” (Foucault, 2021, p. 369). Frohmann (1995) se apropria desse entendimento para os estudos que analisam os fluxos informacionais através do que ele chama de regime de informação.

E quando pensamos nos fluxos de informações girando em torno de nós, sejam culturais, acadêmicos, financeiros, industriais, comerciais, institucionais ou seus muitos híbridos, percebemos que possuem formas específicas e estruturas. Chamemos, portanto, qualquer sistema ou rede mais ou menos estável em que a informação flui através de canais determináveis — de produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, para consumidores ou usuários específicos — um regime de informação (Frohmann, 1995, p. 5-6, tradução nossa)⁴.

No Brasil, o pioneirismo nos estudos sobre regimes de informação é, segundo Alves e Bezerra (2019), da pesquisadora argentina Maria Nélida González de Gómez. Naturalizada no Brasil, atuou como docente e pesquisadora na Universidade Federal Fluminense (UFF) e no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A construção do conceito de regime de informação por essa autora teve como subsídio “[...] outras abordagens que mantém, entre si, algumas ‘semelhanças de família’. Eles são: O ‘modo de informação’ de Poster (1987); o ‘regime global de informação’ de Sandra Braman (2004) e o ‘regime de informação’, de Bernd Frohmann (1995)” (González de Gómez; Chicanel, 2008, p. 3).

Essa autora, ao refletir sobre o fenômeno informacional, nos apresenta uma abordagem que compreende a informação através do vínculo com diversas camadas – ou estratos – que em alguns momentos podem se reunir ou se contrapor na

⁴ And when we think about the information flows swirling around us, whether cultural, academic, financial, industrial, commercial, institutional, or their many hybrids, we realize that they do have specific forms and structures. Let us therefore call any more-or-less stable system or network in which information flows through determinable channels — from specific producers, via specific organizational structures, to specific consumers or users — a *régime of information* (Frohmann, 1995, p. 5-6).

constituição de um valor de informação. Esses estratos, associados às linguagens, configuram ou interferem nos sistemas sociais de inscrição de significados (González de Gómez, 1999).

Esse fenômeno, processo ou construção informacional ainda está submetido às organizações responsáveis pela disseminação e regulação dos fluxos de informação, aos produtores, intermediários e usuários, “[...] que estruturam e articulam um valor preferencial de informação” (González de Gómez, 1999, p. 3).

González de Gómez (1999), ao partir desses entendimentos, estuda os múltiplos estratos de informação considerando suas interconexões, assimetrias e articulações, colocando em questão os aspectos decisórios e seletivos das práticas e das ações de informação. A emergência de um valor de informação está relacionada previamente com uma seleção, que ocorre de forma individual e social. Portanto, as ações de informação operam de maneira específica em cada contexto, de acordo com o agente (individual ou coletivo), os conceitos de regras (abordagem semântica), de contratos (perspectiva metainformacional) e de modelos (ponto de vista dos artefatos de informação).

Dessa forma, González de Gómez (1999) apreende que toda ação de informação, que produz um novo valor de informação, opera a partir de uma memória de ações de informação que a precedem – sejam elas intencionais, anônimas, institucionalizadas, não institucionalizadas – e está condicionada às influências de todo o ambiente social e cultural em seu entorno. Quando a ação de informação reflete todos esses aspectos “[...] e pode atuar como variável causal na ocasião pontual de sua intervenção, falamos de **‘dispositivo de informação’**. Quando enfatizamos o lado de ‘cultura material’, falamos de **‘artefatos de informação ou objetos informacionais’**” (González de Gómez, 1999, p. 5, grifo da autora).

Dessa maneira, compreendemos que as ações de informação que geram um valor de informação estão condicionadas a um dispositivo, e esse emerge das relações de poder de um contexto específico. E os artefatos de informação – ou objetos de informação – também exercem influência nas ações de informação e nas relações de poder. Portanto, os dispositivos e os artefatos de informação podem determinar as circunstâncias em que uma informação terá valor.

O dispositivo de poder, na concepção foucaultiana, “[...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam” (Foucault, 2021, p.

367). Partindo desse conceito é que González de Gómez (1999) apresenta os recursos informacionais como dispositivos de informação e aponta que eles refletem os percursos e os deslocamentos do poder informacional. Dessa maneira, a observação de regimes de informação é uma estrutura de operação que permite analisar transversalmente ações de informação em uma composição social e em um contexto específico:

[...] define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância. Como um plexo de relações e agências, **um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem** (González de Gómez, 2012b, p. 43, grifo nosso).

Para fins de entendimento desse estudo, que irá abordar características das políticas de informação de um estado sob regime político militar, faz-se necessário trazer também algumas concepções de Sandra Braman (2004, 2006) acerca do emergente regime global de política de informação e os conceitos que essa autora adota em sua obra. Iniciaremos com a ideia de que os Estados-nação e os regimes globais são considerados complexos sistemas adaptativos, “[...] porque em cada nível existem comportamentos que não podem ser inferidos daqueles das entidades constituintes, e porque qualquer mudança em uma entidade ou relacionamento altera outras entidades e/ou relacionamentos” (Braman, 2004, p. 12, tradução nossa)⁵.

Ao refletir sobre uma possível definição para o termo política de informação, Braman (2011, p. 3, tradução nossa)⁶ compreende seis categorias principais de definições para informação: “[...] como um recurso, uma mercadoria, percepção de padrões, um recipiente de possibilidades, um agente e um elemento constitutivo de força na sociedade”. E em cada uma dessas correntes que definem a informação apresentam-se diferentes contribuições para as análises da política de informação – seja de forma isolada ou combinada. Porém, Braman (2011) acredita que nos estudos voltados para análise de políticas de informação devemos começar com o foco nos

⁵ [...] because at each level there are behaviors that cannot be inferred from those of constituent entities, and because any change in one entity or relationship alters other entities and/or relationships (Braman, 2004, p. 12).

⁶ [...] information as a resource, a commodity, perception of pattern, a basin of possibility, an agent, and a constitutive force in society (Braman, 2011, p. 3).

efeitos constitutivos e constitucionais que as informações possuem no processo de tomada de decisões por instituições formais e governos geopoliticamente reconhecidos.

Dessa forma, para compreender as configurações específicas de instituições, processos e leis governamentais precisamos entender que estão subordinadas a um momento histórico de caráter transitório de relações e estruturas em um campo jurídico. Analisar a política de informação perpassa as decisões formais por entidades governamentais, mas também deve incluir as decisões formais e informais de entidades de governança dos setores público e privado e as tendências culturais e sociais que asseguram a governamentalidade e o governo em suas ações (Braman, 2004).

Para seguir com a proposta delineada é importante começar a compreender a relação entre as práticas documentárias e os regimes de informação. Entende-se, nesse estudo, o documento pela concepção de Bernd Frohmann (2007, 2008, 2012) sobre a filosofia da documentação e a materialidade da informação. Para entender o conceito de materialidade da informação em Frohmann precisamos conhecer sua base teórica, a materialidade dos enunciados de Foucault. Esse autor apresenta o enunciado não a partir do ponto de vista do que ele representa, mas pela sua via de existência (Foucault, 2008). Apresenta-nos a discussão através da análise de como os enunciados surgem, se estabelecem, interagem com outros enunciados, se transformam, se ampliam e desaparecem (Foucault, 2008).

Trazendo essa concepção de materialidade dos enunciados foucaultiana para o documento, Frohmann (2008) anuncia que esse constitui a materialidade da informação, e não apenas seria um suporte físico à ela. A materialidade nos permitiria compreender os aspectos sociais, culturais, políticos e éticos da informação. Frohmann (2008, p. 21-22) sustenta que

[...] se 'documento' nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio de materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação.

Sendo assim, refletir acerca do regime de informação dominante através dos documentos e das práticas documentárias da AESI/UFES, durante a atuação desse

órgão (1971-1983), possibilita um debate mais amplo, pois permitirá “[...] identificar os campos de força institucional, tecnológico, político, econômico e cultural que configuram características públicas e sociais da informação em nosso tempo” (Frohmann, 2008, p. 33-34).

As práticas documentárias envolvem questões políticas, sociais e econômicas, e estão subordinadas aos regimes de informação, que nos permitem examiná-las e compreender suas modificações. Para Frohmann (2012, p. 245), “A atenção às práticas com documentos revela como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural, tornam-se informativos.” Nesse sentido, Ortega e Saldanha (2019) reforçam que a emergência da materialidade da informação está condicionada aos regimes de informação, e condicionadas às práticas documentárias culturalmente específicas, historicamente determinadas e institucionalmente disciplinadas.

Dessa forma, a partir das práticas documentárias da AESI/UFES pretendemos compreender o que Frohmann nomeia como a agência do documento, pois percebemos, através do documento, o poder de afetar a sociedade e gerar os efeitos de informação.

O documento relaciona, estabelece e produz poder. Por sua vez, é força de combate e de contraposição aos discursos hegemônicos [...]. O documento é, pois, no plano social, um conceito central para a construção de um debate ético na contemporaneidade [...] (Ortega; Saldanha, 2017, p. 203).

Ou seja, a agência do documento se relaciona diretamente com os dispositivos da rede de jogos de poder e de saber em que estão inseridos. Assim, utilizamos e analisamos os documentos da AESI/UFES desde sua potencialidade de gerar diferentes efeitos de informação por meio de práticas documentárias, observando nessas práticas as 4 propriedades nomeadas por Frohmann (2012) – materialidade, institucionalidade, disciplina social e historicidade – sob o condicionamento de um regime específico de informação (no tempo presente e no período em que esse órgão esteve ativo).

Conforme caminhamos pelas formulações de regimes de informação no âmbito da Ciência da Informação por Frohmann e González de Gómez nos aproximamos de fundamentos que permitem a observação e a análise do nosso objeto. Identificamos nas propriedades das práticas documentárias – materialidade, institucionalidade, disciplina social e historicidade – apresentadas por Frohmann, as diretrizes para a

configuração das práticas documentárias da AESI/UFES. Em González de Gómez apreendemos o papel dos atores, das ações de informação, dos dispositivos e dos artefatos para acompanhamento de práticas sociais, como as práticas documentárias.

Os dois principais autores utilizados nesse primeiro momento estão interligados nesse trabalho pelas suas noções de poder em Michel Foucault, seja para análises mais complexas de relações de poder nos estudos de políticas da informação (Frohmann, 1995, 2007, 2008), ou para identificar atores, artefatos e dispositivos em ações de informação para exercícios de poder (González de Gómez, 1999, 2002, 2012b).

Portanto, a partir dos entendimentos teórico-instrumentais sobre práticas documentárias em Frohmann e das elaborações de González de Gómez acerca de regimes de informação, direcionamos nossa investigação para uma articulação com questões de memória. Desse modo, delineamos um itinerário que nos conduziu à compreensão da emergência de regimes de memória.

2.2 Memória: associações e enquadramentos

A contribuição de Pollak (1989) para o entendimento da memória coletiva é elaborada a partir do rompimento com as fortes influências do positivismo clássico presentes na compreensão de Halbwachs. Para Halbwachs, a memória coletiva obedece a regras bem definidas e corresponde às memórias oficiais de determinados grupos sociais (Halbwachs, c1990).

A memória coletiva se apresenta como uma categoria de estudo, desenvolvida inicialmente por Maurice Halbwachs em 1950 e, posteriormente, enriquecida pela contribuição de Michael Pollak (1989), nos permite o diálogo com a teoria de regimes de informação. Esse ponto de partida se deu pois Pollak e Halbwachs compreendem a construção da memória coletiva como um fenômeno social, ou seja, que sofre influências dos contextos sociais (Halbwachs, c1990; Pollak, 1989), assim como vimos no regime de informação.

O entendimento da memória coletiva proposto por Halbwachs (c1990) revela influências do pensamento durkheimiano, que entende os fatos sociais como coisas. Nesse sentido, seria “[...] uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento

e as fronteiras sócio-culturais” (Pollak, 1989, p. 3). O entendimento de Halbwachs para memória coletiva é apresentado por Pollak como um modelo de memória nacional pela tradição europeia do século XIX (Pollak, 1989).

A compreensão para Pollak (1989, p. 4), sobre os estudos de memória coletiva se dá, portanto, “[...] numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade”. Nesse sentido, apresenta-se uma abordagem para memória coletiva que “[...] irá se interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias” (Pollak, 1989, p. 4).

Esse entendimento inicial para a memória coletiva em Pollak (1989) nos permite recuperar a construção da materialidade dos enunciados em Foucault (2008), um fio condutor para o entendimento da materialidade da informação. Para Frohmann (2008), essa materialidade está condicionada aos regimes de informação e às práticas documentárias: culturalmente específicas, historicamente determinadas e institucionalmente disciplinadas (Ortega; Saldanha, 2019).

No que se refere à memória em disputa, Pollak (1989) traz como exemplo a questão sobre a reescrita da história em dois períodos de destalinização na União Soviética (URSS):

1) Após o XX Congresso do Partido Comunista, em 1956, que denunciou os crimes de Stalin, e por consequência aconteceu a remoção de símbolos estalinistas e manifestações como a revolta húngara, mas sem consolidar nenhuma mudança relevante, conforme análise de Pollak (1989);

2) Trinta anos depois, sob a *Glasnost* e a *Perestroika* de Mikhail Gorbachev (1985-1991), houve uma nova avaliação dessa memória coletiva do governo stalinista, reabilitando dissidentes e vítimas do terror estalinista e fomentando um movimento popular e intelectual, incluindo a construção de um monumento às vítimas.

Essas reavaliações revelam a profundidade dos ressentimentos e a resistência silenciosa da sociedade civil à doutrinação oficial de uma memória nacional construída sob o silenciamento dos enunciados e da memória coletiva de determinados grupos sociais. Pollak finaliza esse exemplo com a seguinte reflexão:

Este exemplo mostra também a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, **lembranças que esperam o momento propício para serem expressas**. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo

confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, **esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas** (Pollak, 1989, p. 5, grifo nosso).

Ao trazer o debate da memória em disputa esse autor propõe a reflexão acerca das memórias nacionais (nesse sentido compreendidas como oficiais), e os silenciamentos das lembranças traumáticas, que ele chama de memórias subterrâneas, que são gerados a partir dos jogos de poder. Sobre essa disputa de narrativas históricas, podemos recuperar o entendimento de Foucault (2005, p. 28) sobre as diversas relações de poder na sociedade, que “[...] perpassam, caracterizam, constituem o corpo social; elas não podem dissociar-se, nem estabelecer-se, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação, um funcionamento do discurso verdadeiro”.

Pollak (1989) ainda pondera que essa memória oficial e a memória subterrânea não remete necessariamente às disputas de poder do Estado e sociedade civil, mas refletiria mais sobre ‘grupos minoritários’ e ‘sociedade englobante’. Essa análise apresenta, por fim, questões que estão relacionadas com o que foi apresentado na conceituação de regime de informação. Podemos dessa forma perceber que as lembranças traumatizantes relatadas estavam à espera do momento em que poderiam ser expressas, ou seja, quando as relações de poder permitissem politicamente e ideologicamente a enunciação daquelas memórias, para que essas informações tomassem certa materialidade.

A reflexão de Michael Pollak sobre a memória como um fenômeno coletivo destaca a importância dos processos de rememoração e interpretação histórica para a construção e manutenção de identidades sociais e fronteiras entre diversos grupos (Pollak, 1992). Argumenta que a memória não é apenas uma reconstrução passiva de eventos passados, mas uma atividade intencional, que serve para reforçar os laços de pertencimento e demarcar os limites sociais entre diferentes grupos:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado

serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (Pollak, 1989, p. 9).

Dessa forma, a memória desempenha um papel determinante na formação de identidades coletivas e na manutenção da estrutura social, ao mesmo tempo em que pode perpetuar diferenças e tensões entre os grupos. Pollak traz aqui, a fim de ampliar o seu entendimento, a ideia de memória enquadrada, abordada por Henry Rousso (1985). Para descrever essa memória coletiva estruturada dentro de certos limites e contextos específicos dos grupos seria necessário um trabalho de enquadramento, para construir e manter essa memória. De acordo com Pollak (1989, p. 9) “Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência”.

Para compreender melhor a ideia de enquadramento da memória, apresentada por Rousso (1985), analisamos o seu artigo *Vichy, le grand fossé*, em que investiga a herança deixada pelo regime de Vichy na França⁷ e as dificuldades em lidar com essa memória. Ele examina a resistência e a colaboração durante a ocupação nazista na França, destacando a divisão profunda entre os franceses quanto à interpretação e o reconhecimento desse período. Esse autor argumenta que a memória de Vichy criou uma divisão na sociedade francesa, dificultando a reconciliação nacional e a construção de uma narrativa unificada sobre a Segunda Guerra Mundial: “[...] a lembrança de uma crise, sua transição do presente para a memória, obedece a uma história que lhe é própria, mesmo que frequentemente seja paralela às grandes evoluções históricas: o caso de Vichy é, a esse respeito, esclarecedor” (Rousso, 1985, p. 79, tradução nossa⁸). O autor analisa como diferentes narrativas e lembranças sobre esse período traumático emergiram ao longo do tempo, em grupos diversos da sociedade francesa, influenciadas por fatores políticos e sociais (Rousso, 1985).

Ao aprofundar a análise sobre o regime de Vichy, Rousso (1991) apresenta como a memória desse período foi moldada por diferentes grupos e governos na

⁷ O regime de Vichy foi um governo colaboracionista que administrou a França durante a Segunda Guerra Mundial, de 1940 a 1944. Após a vitória alemã na Batalha da França, o país foi dividido em duas zonas: uma ocupada diretamente pelos nazistas e outra sob o controle do governo de Vichy, liderado pelo Marechal Philippe Pétain. Este governo colaborou com os nazistas e implementou políticas antisemitas, além de promover uma ideologia autoritária e conservadora. O regime de Vichy foi responsável por repressão política e perseguição de opositores, até ser dissolvido com a libertação da França pelos Aliados e a restauração da República Francesa.

⁸ *Enfin, le souvenir d'une crise, son passage du présent dans la mémoire, obéit à une histoire qui lui est propre, même si elle est souvent parallèle aux grandes évolutions historiques : le cas de Vichy est à cet égard éclairant* (Rousso, 1985, p. 79).

França, resultando em diversas versões conflitantes da história. Ele identifica alguns momentos de enquadramento da memória de Vichy: a) nos primeiros anos do pós-guerra: caracterizada por uma tentativa de esquecer ou minimizar a colaboração com o regime nazista, com uma ênfase na resistência e na reconstrução nacional; b) nos anos 1950-1960: um período de silêncio e amnésia coletiva, onde a memória do regime de Vichy foi suprimida em favor da promoção de uma identidade nacional coesa; c) nos anos 1970 e 1980: ressurgimento de debates sobre Vichy, impulsionados por novas pesquisas históricas e por uma maior abertura da sociedade francesa para confrontar seu passado; d) nas décadas recentes: um reconhecimento mais amplo e oficial das responsabilidades e das complexidades da Era Vichy, incluindo pedidos de desculpas oficiais e o estabelecimento de políticas de memória mais inclusivas (Rousso, 1991). Essas diversas formas, em diferentes momentos, de construir uma narrativa histórica sobre o regime de Vichy foi nomeada por Rousso de “[...] síndrome de Vichy”. Sobre essa, ele faz a seguinte reflexão:

Há, por exemplo, um conflito interminável entre o desejo de esquecer e o desejo de lembrar, entre a necessidade de repressão e o retorno imprevisível do reprimido, entre a capacidade inexorável da ignorância e a aspiração à verdade. Houve conflitos entre a memória oficial, que celebra, seleciona e censura em nome do Estado, e outras formas organizadas de memória: regional [...], religiosa [...], associativa, e assim por diante. Também houve conflitos entre gerações, que provavelmente são a chave para compreender os vários marcos na evolução da síndrome de Vichy (Rousso, 1991, p. 304, tradução nossa).⁹

Compreendemos então que o enquadramento da memória acerca do regime de Vichy é um processo dinâmico, que reflete as necessidades e as tensões de cada período histórico. Ou seja, refere-se aos processos e mecanismos pelos quais as sociedades selecionam, organizam e interpretam eventos históricos para construir uma narrativa coletiva sobre o passado. Esse enquadramento envolve a maneira como os acontecimentos são lembrados, esquecidos ou reinterpretados ao longo do tempo, influenciados por contextos políticos, sociais e culturais (Rousso, 1985).

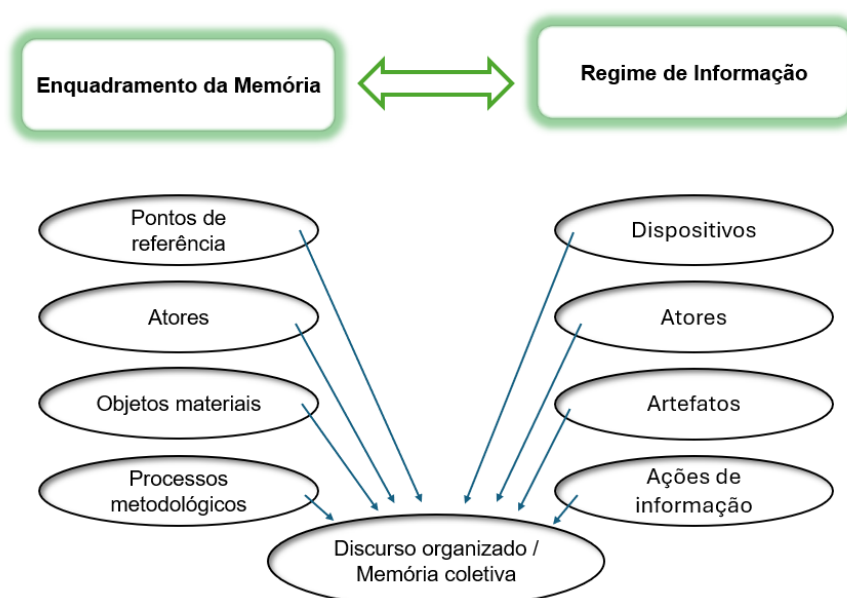
⁹ *There is, for instance, a never-ending conflict between the desire to forget and the desire to remember, between the need for repression and the unpredictable return of the repressed, between the inexorability of ignorance and the aspiration to truth. There have been conflicts between official memory, which celebrates, selects, and censures in the name of the state, and other organized forms of memory: regional (as in the Bordeaux trials), religious (Jewish memory from the Finaly to the Darquier affair), associative, and so on. There have also been conflicts between generations, which probably are the key to understanding the various turning points in the evolution of the Vichy syndrome (Rousso, 1991, p. 304).*

A memória coletiva, constituída socialmente e sob as influências dos diversos enquadramentos da memória ao longo dos tempos, nos remete à plasticidade da teoria dos regimes de informação e como eles operam. Em González de Gómez (2012b, p. 43) vimos que “[...] um regime de informação está exposto a certas possibilidades e condições culturais, políticas e econômicas, que nele se expressam e nele se constituem”.

Pollak (1989) parte do entendimento e das análises de Rousso (1985, 1991) para elencar as seguintes categorias do enquadramento da memória: a) Discurso organizado - garantia de credibilidade e coesão dos discursos sucessivos; b) Atores - profissionais da memória com credibilidade e metodologia; c) Objetos materiais - arquivos, museus, bibliotecas, filmes etc.; d) Pontos de referência - condição de temporalidade (origens, ancestralidade); e) Processos metodológicos - construção, avaliação e reconstrução.

É possível, dessa forma, articular essas categorias apresentadas para o enquadramento da memória coletiva com os elementos do regime de informação organizados por González de Gómez (1999, 2002, 2012b), que são: os atores (sujeitos), os artefatos (documentos e recursos de informação), dispositivos (instituições e institucionalidades reguladoras) e as ações de informação (práticas). Logo, compreendemos que o regime de informação vigente (em um determinado momento) influencia a maneira como a memória coletiva é moldada, representada, materializada e preservada ao longo do tempo. Relacionando os elementos, temos as conexões:

FIGURA 1 – Correlação dos elementos de regime de informação e de enquadramento da memória



Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Os atores, sob ótica da memória coletiva, identificados como profissionais da memória com credibilidade e metodologia, desempenham o papel de construção e de disseminação da memória oficial. Esses indivíduos ou grupos têm a responsabilidade de selecionar, interpretar e transmitir informações que compõem a memória coletiva de grupos específicos. A credibilidade desses profissionais é essencial para assegurar que a memória coletiva seja vista como legítima e confiável. Exemplos desses atores incluem “[...] profissionais da história das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão” (Pollak, 1989, p. 5). No contexto dos regimes de informação, segundo González de Gómez (2003), os atores são aqueles sujeitos que agenciam as informações, em contextos diversos.

No caso do enquadramento de memória podemos relacionar os objetos materiais, através de suas instituições de memória e de informação (os arquivos, museus, bibliotecas), com a concepção de artefatos em González de Gómez (2002). Seriam então os objetos que preservam e representam a memória de uma sociedade (POLLAK, 1985). Esses lugares podem ser entendidos também na perspectiva de Pierre Nora (1993) a partir de três sentidos:

[...] são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.

Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (Nora, 1993, p. 21).

Compreendemos os artefatos como os objetos informacionais, ou seja, os meios que garantem a materialidade da informação em regimes de informação (González de Gómez, 1999). Dessa maneira, os artefatos são as estruturas que constituem os dispositivos de poder, que por sua vez efetivam os discursos e narrativas do passado por meio da materialidade de sujeitos e documentos (Bezerra, *et. al.*, 2016).

Sobre os dispositivos compreendemos ainda que se referem aos processos metodológicos do enquadramento da memória, utilizados na construção, avaliação e reconstrução da memória coletiva (Pollak, 1985). É através desses dispositivos que os regimes de informação demonstram o poder informacional, ao influenciar a forma como a memória é construída e interpretada socialmente. Considerando o exposto por González de Gómez (1999), em um regime de informação os dispositivos e os artefatos operam condicionando o valor da informação (ações de informação). Nesse sentido, esses elementos interagem e interferem nos deslocamentos de interpretação da memória coletiva em momentos históricos e sociais diversos.

A correlação entre atores, artefatos e dispositivos através das ações de informação em regimes de informação se traduz em um exercício de poder sobre a memória coletiva. Os atores (sujeitos), durante as ações (sempre relacionais) de informação, utilizando artefatos e dispositivos, são capazes de moldar as narrativas históricas e culturais de uma sociedade, influenciando o que deverá ser lembrado ou esquecido. Esse processo é permeado por condições culturais, históricas, políticas e econômicas, conforme destacado por González de Gómez (2012a). Os regimes de informação, portanto, refletem e reforçam as dinâmicas de poder existentes na sociedade.

A partir da proposta de análise dos elementos do regime de informação – atores, artefatos, dispositivos e ações de informação – em relação ao enquadramento da memória, buscamos demonstrar como esses componentes operam conjuntamente na construção e na manutenção da memória coletiva. Esse é um processo político e cultural, que envolve a seleção, interpretação e disseminação de informações que moldam e delimitam a identidade coletiva e a compreensão histórica de uma sociedade. Portanto, compreender essa conexão é fundamental para analisar

criticamente como a memória coletiva é constituída, como regimes de informação e os estudos informacionais possibilitam ampliar, sob a perspectiva da CI, os estudos e outras leituras sobre o passado, em especial de momentos históricos traumáticos, como a ditadura militar brasileira.

2.3 Regimes de memória e as representações do passado

Para compreender a ideia de regime de memória proposta nesta pesquisa, partimos da teoria de regime trazida por Braman (2004, 2006), que, em seus estudos, oferece uma estrutura abrangente para compreender a dinâmica de transformação dos sistemas de políticas de informação. O percurso deste capítulo e respectivas seções envolve também uma breve discussão sobre a operacionalização dos regimes, das políticas de informação e a construção de memórias coletivas sobre o regime militar brasileiro (1964-1985).

Braman (2004) enfatiza que os regimes demonstram um certo equilíbrio, mas que são dinâmicos e condicionados às conjunturas dos sistemas políticos que se constituem em um diverso campo jurídico¹⁰, composto por uma variedade de práticas, instituições e discursos de diferentes atores e subsistemas, que sofrem constantes mudanças nos relacionamentos formais e informais. Segundo a autora os regimes englobam:

- governo (as instituições formais, regras e práticas de entidades geopolíticas com base histórica);
- governança (as instituições formais e informais, regras, acordos, e práticas de atores estatais e não estatais, as decisões e comportamentos de que têm um efeito constitutivo na sociedade); e
- governamentalidade (o contexto cultural e social a partir do qual os modos de governança surgem e pelos quais são sustentados) (Braman, 2004, p. 13, tradução nossa)¹¹.

Dessa forma, analisando as características que Braman (2004) apresenta para os regimes, podemos entender que durante o regime militar brasileiro, o governo dispunha de aparato estatal autoritário (órgãos de vigilância), as forças armadas e os

¹⁰ Campo jurídico é entendido por Braman (2004) a partir do pensamento de Pierre Bourdieu. Ver Bourdieu (1989) nas páginas 59-73.

¹¹ “[...] • *government* (the formal institutions, rules, and practices of historically based geopolitical entities); • *governance* (the formal and informal institutions, rules, agreements, and practices of state and non-state actors the decisions and behaviours of which have a constitutive effect on society); and • *governmentality* (the cultural and social context out of which modes of governance arise and by which they are sustained)” (Braman, 2004, p. 13).

decretos institucionais, como os atos institucionais, que consolidaram o poder militar. A governança durante o regime militar foi marcada pela colaboração entre militares, elites econômicas e certos setores da sociedade civil, que apoiaram o regime por diferentes razões e interesses. A governamentalidade, no contexto do regime militar brasileiro, foi moldada por uma narrativa de segurança nacional, combate ao comunismo e promoção do desenvolvimento econômico como justificativas para a repressão e autoritarismo.

A teoria dos regimes nos permite ainda refletir três aspectos sobre a política de informação: 1) a política de informação é estratégica para os Estados-nação, pois propicia condições com as quais processos de tomada de decisão serão realizados; 2) a teoria do regime nos aponta para o papel da criação, processamento, fluxos e usos da informação e para os usos das ferramentas de poder; 3) análises de regimes específicos nos permitem compreender como os regimes se adaptam às diversas realidades empíricas mutáveis (Braman, 2006).

O regime de política de informação se desdobra historicamente através de diversas questões políticas sobre o fluxo de informações, comunicação e cultura. A partir dessa teoria torna-se possível contextualizar e complementar as análises de política de informação em sistemas adaptativos contemporâneos, que são sistemas que interagem e se modificam de forma imprevisível (Braman, 2004). Desse modo, a teoria do regime:

[...] concentra-se nos acordos, nos embates, nos princípios (implícitos e explícitos), nos discursos, nas normas, nas regras, nas práticas, nos hábitos comportamentais que permitem a formação, os efeitos e as mudanças, em suma, a realização, do complexo social (Alves; Bezerra, 2019, p. 11).

Percebemos então que, um regime extrapola as instituições, os atores e os processos formais, e incorpora os problemas diversos embutidos nas relações sociais. Ou seja, os regimes abordam cooperação e conflito em estruturas de poder, e destacam as relações de interdependência nesse fluxo.

A teoria dos regimes de Braman (2004, 2006), ao incluir governo, governança e governamentalidade, fornece uma estrutura que torna possível analisar regimes políticos complexos. Essa autora se concentra nas interações entre atores e instituições para formar os regimes políticos e em como a informação e a política interagem, moldando as estruturas de poder e governança nas sociedades em momentos históricos e sociais diversos.

Deslocando a teoria dos regimes, conforme compreendida em Braman (2004, 2006), para analisar suas influências no processo de enquadramento da memória e na construção de memórias coletivas (Pollak, 1989; Rousso, 1985, 1991), podemos partir do entendimento de que um regime utiliza discursos organizados para manter sua coesão e credibilidade, influenciando a percepção pública e legitimando suas ações.

Nesse sentido, apontamos a teoria dos regimes (Braman, 2004, 2006), o modelo teórico analítico de regime de informação (González de Gómez, 1999, 2002, 2012b) e o enquadramento da memória (Pollak, 1989; Rousso, 1985, 1991) como fundamentos basilares para uma possível definição de conceito de regime de memória. A partir dessa interação podemos apreender o regime de memória, em seus aspectos teóricos e potencialidades como um modelo de análise, para compreender o processo de construção da memória coletiva sob influência das políticas e regimes de informação vigentes, e de que maneira essas memórias são enquadradas por grupos diversos, estabilizadas e transformadas em contextos políticos e sociais dinâmicos.

Antes de pensarmos em formular a ideia de regime de memória buscamos a obra de Svampa (2020), que discute como as sociedades constroem suas narrativas históricas e como essas narrativas são influenciadas pelas memórias coletivas e individuais, bem como pelos processos de esquecimento. Essa autora traz o termo ‘regímenes memoriales’, e sobre esse termo ela apresenta:

Os regimes memoriais [...] são geralmente próprios de sociedades fechadas, que não colocam a representação do seu passado no centro do jogo democrático; muito pelo contrário, buscam determinar unilateralmente sua imagem. Claro que dentro deste espectro existem múltiplas variações: encontramos desde ditaduras que falsificam e manipulam a história até governos eleitos que tendem a negar o conflito e promover o negacionismo. Nessa mesma direção, o esquecimento é geralmente conectado ao perdão a crimes contra a humanidade, aos pactos de silêncio dos perpetradores, à ausência de condenações, enfim, à impunidade (Svampa, 2020, p. 131, tradução nossa).¹²

¹² *Los regímenes memoriales “[...] volcados al olvido son generalmente propios de las sociedades cerradas, que no ponen en el centro del juego democrático la representación de su pasado; muy por el contrario, buscan determinar unilateralmente su imagen. Claro que dentro de este espectro son múltiples las variaciones: allí encontramos desde dictaduras que falsifican y manipulan la historia, hasta gobiernos electos tendientes a negar el conflicto y promover el negacionismo. En esta misma dirección, se conecta usualmente el olvido con el perdón a crímenes de lesa humanidad, con pactos de silencio de los perpetradores, con ausencias de condenas, en fin, con la impunidad”* (SVAMPA, 2020, p. 131).

Buscando compreender melhor o termo ‘regimes memoriais’, recorreremos à obra de Johann Michel, que inicialmente apresenta conceituações relacionadas às políticas públicas da memória (Michel, 2010, 2015). Anos depois, o autor considera que as configurações de sentido das políticas de memória constituem os ‘regimes memoriais’, conforme descrito abaixo:

Definimos uma política pública da memória como o conjunto dos modos de intervenção dos atores públicos que buscam produzir e impor lembranças comuns a uma coletividade determinada. As políticas públicas da memória são estruturadas por configurações impessoais e estabilizadas de sentido que predominam em uma sociedade em uma época dada. Chamamos essas configurações de sentido de regimes memoriais. Os regimes memoriais dizem respeito a instituições de sentido inerentes a universos de significações e práticas de um tipo de ação pública (Michel, 2015, tradução nossa).¹³

Compreendemos o que Michel (2015) denomina ‘regimes memoriais’ como um conjunto de políticas e práticas públicas que visam produzir memórias coletivas comuns de uma sociedade específica. Seriam ações mais inerentes ao papel do Estado na construção e manutenção das narrativas históricas oficiais, incluindo monumentos, museus, feriados nacionais, comemorações oficiais e políticas de reparação. Os ‘regimes memoriais’ seriam, dessa forma, inerentes às políticas públicas adotadas pelo Estado para a gestão da memória (Michel, 2010).

Nesse sentido, os ‘regimes memoriais’ atuam para o enquadramento dos discursos oficiais, enquanto os regimes de memória indicam potencialidades para enquadramentos e usos da memória nas práticas sociais. Esse regime de memória – que moldamos a partir de Braman (2004, 2006), González de Gómez (1999, 2002, 2012b), Pollak (1989) e Rousso (1985, 1991) – se refere ao conjunto abrangente de práticas sociais, dispositivos, instituições e discursos autorizados que uma sociedade utiliza para gerenciar, preservar e interpretar suas memórias coletivas. Essa estrutura permite uma reflexão crítica sobre os processos de construção da memória e seus impactos na formação da identidade coletiva, na legitimação de enunciados, do poder e na orientação de representações do passado. Dessa forma, o regime de memória nos permitirá analisar a constituição de memórias acerca do regime militar brasileiro

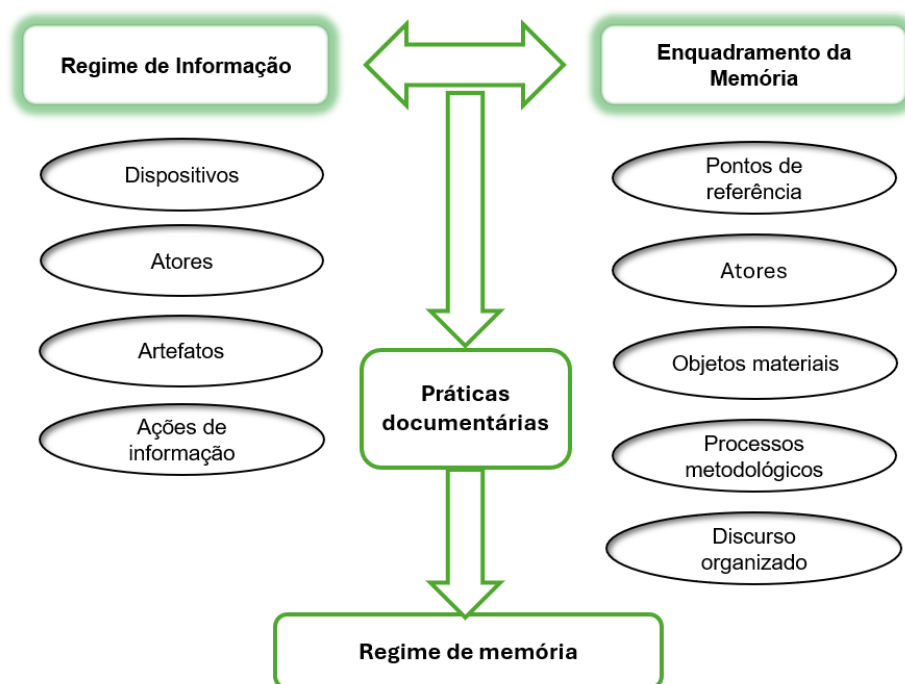
¹³ *Nous définissons une politique publique de la mémoire comme l'ensemble des modes d'intervention des acteurs publics qui cherchent à produire et à imposer des souvenirs communs à une collectivité donnée. Les politiques publiques de la mémoire sont structurées par des configurations impersonnelles et stabilisées de sens qui prédominent dans une société à une époque donnée. Nous appelons ces configurations de sens des régimes mémoriels. Les régimes mémoriels relèvent d'institutions de sens inhérentes à des univers de significations et de pratiques d'un type d'action publique (MICHEL, 2015).*

e as interferências no ambiente universitário, pelas ações de informação e práticas documentárias da AESI/UFES.

Os regimes de informação possibilitam o acompanhamento do fluxo de informações, em sua materialidade e estabilidade, necessárias para constituição e manutenção dos materiais de memória: os documentos. Dessa maneira, os recursos necessários para o enquadramento da memória, que funcionam concomitantemente com os elementos do regime de informação presentes no modelo de González de Gómez, serão os principais constituintes do que denominamos nessa pesquisa de regimes de memória.

Na Figura 2 apresentamos a estrutura e os elementos de regime de informação e de enquadramento de memória que convergem para análise das práticas documentárias, e constituem nosso entendimento para um regime de memória no ambiente acadêmico, via documentos da AESI/UFES.

FIGURA 2 – Interseções que constituem a emergência do regime de memória



Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa.

Conforme representação da Figura 2, visualizamos que a interseção/interação dos elementos do enquadramento de memória com os de regime de informação, que se materializam nas práticas documentárias, possibilitam a emergência de um certo regime dominante de memória. Na próxima seção descrevemos o contexto social, econômico, político e cultural de produção, fluxo e de potencialidades de usos dos documentos da AESI/UFES no passado e no presente. No passado, considerando seu poder de gerar ações de controle e vigilância. E no presente, suas funcionalidades como fonte de informação para o (re)conhecimento e análise dos elementos de enquadramento de memória. Essas relações nos permitem analisar possíveis constituições de memórias pelas ações e práticas de informação, no período histórico de produção dos documentos, e em diferentes períodos de ativação dessas memórias, seja para o enaltecimento ou contestação de fatos e acontecimentos. Inferimos, com base em Frohmann (2008), que as práticas documentárias dão corpo, massa, inércia e estabilidade aos aspectos de memória.

3. GOVERNO MILITAR E AS UNIVERSIDADES: REGIMES E EXERCÍCIO DE PODER

Nesta seção serão abordados diferentes regimes existentes no Brasil durante o governo militar em aspectos macro e micro. Em perspectiva macro, o regime militar entendido como um governo autoritário e de vigilância. Pelo aspecto micro, o Sistema Nacional de Informação (SISNI), um dos regimes de informação constituído para o funcionamento e manutenção dessa governamentalidade. Com a construção teórica de Braman (2004, p. 34, tradução nossa)¹⁴, seguimos o entendimento de que “Todo regime se concentra em formas específicas de poder [...]”. Assim, adentramos em regimes de informação e exercícios de poder nas universidades brasileiras apontando algumas características das AESIs, e do funcionamento desse canal na Universidade Federal do Espírito Santo.

3.1 Sistema Nacional de Informação: ferramentas para exercícios de poder

A cúpula do governo militar brasileiro instituiu, logo após o golpe de 1964, um órgão chamado Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva e criado em 13 de junho de 1964 (Fico, 2001). Para o autor, sua criação visava centralizar as ações da chamada ‘comunidade de informações’¹⁵. Mais tarde esse órgão faria parte de um Sistema Nacional de Informações (SISNI), contudo ainda assim permaneceu como centralizador das ações do sistema e estava subordinado diretamente à Presidência da República (Fico, 2001).

O SNI era o órgão do governo militar que centralizava as ações de vigilância, monitoramento e controle político e social. Como destaca Motta (2008, p. 34), “[...] na concepção original o SNI deveria funcionar como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança”. Essa função de garantir a segurança nacional caberia aos Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) de cada Estado, à Polícia Federal, aos serviços de informações ligados às Forças Armadas e aos

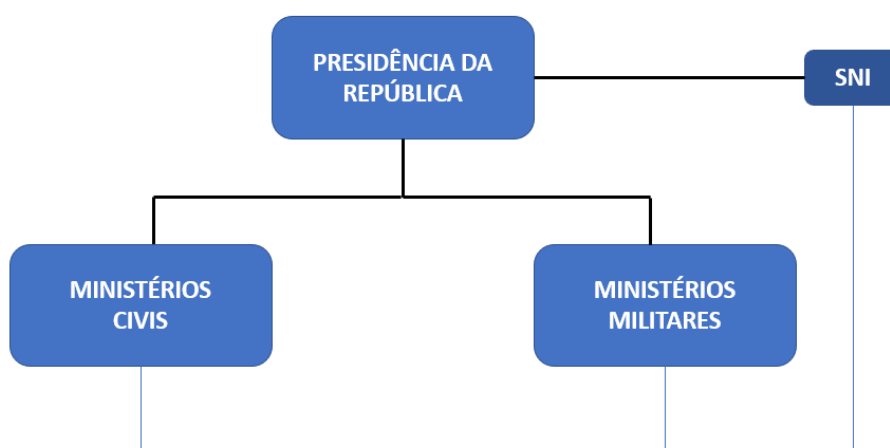
¹⁴ *Every regime focuses on specific forms of power [...]* (Braman, 2004, p. 34).

¹⁵ Conforme Figueiredo (2005, p. 20) esclarece, o termo ‘comunidade de informações’ se refere ao: “Conjunto de órgãos de informações (civis, militares, federais e estaduais) reunidos durante a ditadura militar com o objetivo de atuar em sinergia – porém de forma independente – contra alvos comuns. A comunidade começou a funcionar, em boa parte, para que alguns de seus órgãos fizessem aquilo que o SNI não fazia: a repressão direta aos adversários do regime”.

Destacamentos de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

A estrutura do SNI contava com outros órgãos, que atuavam em instituições nos âmbitos dos ministérios civis e militares, federais e estaduais. A principal missão do SNI era montar um aparato que permitisse a vigilância constante dos 'inimigos da pátria', com intuito de garantir a segurança nacional. O discurso ordenador era de que naquele momento o país passava por um cenário de guerra contra o comunismo (Fico, 2001).

FIGURA 3 – O Serviço Secreto na estrutura do Poder Executivo



Fonte: Figueiredo (2005)

No âmbito dos Ministérios Civis foram criadas as chamadas Divisões de Segurança e Informação (DSI), através do Decreto nº 60.940, em 4 de julho de 1967, que passaram a atuar dentro dos órgãos governamentais subordinados a esses Ministérios. O Artigo 2º desse decreto estava assim redigido:

As Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis são órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional, subordinados diretamente aos respectivos Ministros de Estado e mantêm estreita colaboração com a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional e com o **Serviço Nacional de Informações**, aos quais prestarão todas as informações que lhes forem solicitadas (Brasil, 1967, grifo nosso).

Competia ao SNI superintender e coordenar os trabalhos das DSI que atuavam nos

Ministérios Civis. Segundo Figueiredo (2005, p. 158), em sua maioria as DSIs eram comandadas por militares em “[...] fim de linha [...]”, e “[...] atuavam no mesmo espaço físico dos órgãos a que estavam ligadas”. Dessa forma, mesmo nos órgãos civis, a vigilância passou a ser constante na rotina de servidores públicos, e controlada pelas forças armadas, através do SNI.

No âmbito dos Ministérios Militares também existiam órgãos de vigilância, que eram distintos das DSI. As Forças Armadas possuíam seus sistemas específicos, que também agiam em conformidade com o SNI. Destacamos como principais: Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), Centro de Informações do Exército (CIE), 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ª/EME), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª/EMAer) (FICO, 2001).

Foucault (1987) chama a atenção para os dispositivos de poder criados nas instituições disciplinares, e apresenta análises sobre a sociedade da vigilância. Demonstra ainda que para obter efetividade no ato de vigiar é necessário o entrecruzamento de formas de vigilância e de informações. Inclui nessa discussão a figura arquitetural do Panóptico, que seria uma estrutura organizada para promover a vigilância constante a partir de um ponto central. Por esses olhares foucaultianos a respeito da vigilância podemos compreender a hierarquização dos órgãos de vigilância instituídos pelo governo militar.

Ao analisar a organização da política e do regime de informação do governo militar, é possível compreender essa estrutura à luz do modelo das formas de poder de Braman (2006), por meio da instrumentalização do poder exercido pelo governo, tanto pela criação de diversos órgãos de coerção (poder instrumental) quanto pelo poder que transforma o mundo social via novas regras de comportamento e instituições estabelecidas (poder estrutural).

3.1.1 Universidades: segurança, controle e informação

Desde o início do governo militar, segundo Motta (2014), as universidades se tornaram alvo de repressão e da chamada ‘Operação Limpeza’, que tinha como objetivo afastar e conter as mobilizações contrárias ao governo. Esse autor ainda identificou em seu estudo que, inicialmente, diversos inquéritos policiais militares (IPM) foram instaurados em Instituições de Ensino Superior, e que seis reitores de

universidades foram afastados diretamente pelos militares, sendo elas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e a Universidade de Goiás (UFG).

Nos anos subsequentes, os militares, utilizando como justificativa para a ampliação da estrutura repressiva, entre outros fatores, as diversas manifestações estudantis, sobretudo as de 1968, criaram, em 1969, a Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC). Este órgão revelou-se de suma importância no sistema de controle de informações, especialmente devido à sua atuação nas universidades (Müller; Fagundes, 2014).

As universidades foram pontos estratégicos para vigiar e controlar o fluxo de informações e ideias consideradas subversivas. Para Carneiro (1997, p. 84), “[...] temiam-se os homens de vasta cultura; professores e estudantes de Ciências Humanas e Ciências Políticas incomodavam. Temiam-se as críticas ao regime, as denúncias de torturas, as passeatas estudantis [...]”.

Objetivando contribuir com essa tarefa e deixar claro a importância de ‘calar a universidade’ foi criada também uma legislação específica como aparato de repressão aos integrantes do movimento estudantil (ME), aos funcionários e aos professores: o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969 (Fagundes, 2013). Esse decreto, que ficou conhecido como o ato institucional das universidades, o (AI-5 das universidades), trazia a seguinte redação em seu Artigo 1º:

Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dele [sic];
- III - Pratique atos destinados à **organização de movimentos subversivos**, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dele [sic] participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua **material subversivo** de qualquer natureza;
- V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;
- VI - Use dependência ou recinto escolar **para fins de subversão** ou para praticar **ato contrário à moral ou à ordem pública**.

(Brasil, 1969, grifo nosso).

A presença de termos como ‘subversão’, ‘subversivos’ e ‘atos contrários à

moral ou à ordem pública' são constantes nos dispositivos legais do governo militar. Para adentrar ainda mais no levantamento de informações no ambiente universitário, em 1971 foram criadas as Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI). Essas agências operavam a fim de manter sob vigilância toda a comunidade universitária, inclusive seus dirigentes. As AESIs universitárias eram subordinadas aos reitores, que endossavam e davam apoio e eram assessorados pela ação dessas agências no ambiente acadêmico. Era papel da AESI: "a) produzir informações necessárias às decisões dos reitores; b) produzir informações para atender às determinações do Plano Setorial de Informações; c) encaminhar à DSI informações por ela requisitadas" (Motta, 2014, p. 198).

Algumas AESIs foram chamadas posteriormente de Assessorias de Informação e Segurança (ASI), como foi o caso da AESI/UFES. Segundo Fico (2001) existiram AESIs em outros órgãos públicos subordinados aos Ministérios Civis. Para esse estudo focaremos nas AESI/ASI universitárias. De acordo com Motta (2014), todas as universidades federais tiveram AESIs funcionando em seus *campi*, sendo ao todo 35 AESIs universitárias e quinze ligadas a outros setores do MEC.

3.2 A ditadura militar na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Para compreender melhor como a vigilância do governo militar operava na UFES, é fundamental entender a organização da universidade no período analisado, bem como as diversas alterações administrativas ocorridas durante o processo de reestruturação universitária.

A Universidade do Espírito Santo (UES) foi federalizada através da Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek – esse, provavelmente, tenha sido um dos últimos atos praticados por ele. Após a federalização, a UES passou a ser denominada UFES. De acordo com essa Lei, no início do Golpe Militar, em 1964, a instituição era composta pelas seguintes escolas e faculdades: Escola de Belas Artes, Escola de Educação Física, Escola Politécnica, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Odontologia e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Ressaltamos que essas instituições estavam localizadas em diversos locais da capital capixaba.

Após o golpe militar, em 13 de abril de 1964, o então reitor da UFES, Manoel

Xavier Paes Barreto Filho, foi destituído de seu cargo, e substituído interinamente pelo seu vice, Alaor de Queiroz Araújo. Em 27 de abril de 1964 o Conselho Universitário escolheu uma nova lista tríplice, que foi enviada para a escolha do Presidente da República sob governo dos militares. Um mês depois Fernando Duarte Rabelo assumiu a reitoria da universidade para um mandato de três anos. No entanto, em meio a investigações do MEC, o reitor Fernando Duarte Rabelo foi afastado do cargo por motivos de saúde. Alaor de Queiroz Araújo, sendo seu vice-reitor, assumiu o cargo (Fagundes, 2016).

Ainda em 5 de maio de 1964, em sessão do Conselho Universitário, foram instauradas Comissões de Inquérito Administrativo na Reitoria e nas oito faculdades pertencentes à UFES, com objetivo de investigar envolvimento de membros da comunidade acadêmica com movimentos sociais e políticos. Vários professores, estudantes e servidores foram alvo desses inquéritos (Fagundes, 2016). Esses dois primeiros momentos – a destituição do reitor e a instalação das comissões de inquérito – marcam o que Fagundes (2013) considera como a primeira onda repressiva na UFES.

Alaor de Queiroz Araújo se tornou reitor da UFES, por meio de nomeação, e comprometeu-se em “[...] centrar os esforços de sua administração em duas questões principais: a reestruturação acadêmico-científica e administrativa da Universidade e a construção do campus universitário de Goiabeiras, onde planejava instalar todas as unidades” (Borgo, 2014, p. 41). Para alcançar seus objetivos, o então reitor

Em 1966, promoveu a desapropriação do terreno pertencente ao antigo Victoria Golf & Country Club e criou uma Comissão de Planejamento para assessorá-lo. No ano seguinte, deu início à construção dos primeiros pavilhões no campus de Goiabeiras e viu aprovada, pelo Conselho Universitário, a sua mensagem propondo a nova estruturação da Universidade (Borgo, 2014, p. 41).

A proposta da nova estruturação para a UFES se efetivou por meio do Decreto Federal nº 63.577, de 8 de novembro de 1968, que substituiu as antigas escolas e faculdades da UFES por oito centros: Centro de Estudos Gerais, Centro de Artes, Centro Tecnológico, Centro Agropecuário, Centro Biomédico, Centro de Educação Física e Desportos, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e Centro Pedagógico (Borgo, 2014).

As iniciativas mencionadas, juntamente com muitas outras adotadas durante o regime militar brasileiro para modernizar o ensino superior no país, integraram um

projeto mais amplo conhecido como 'Reforma Universitária'. Entre essas iniciativas, destaca-se o acordo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e um órgão vinculado ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, a *United States Agency for International Development* (USAID), amplamente conhecido como Acordo MEC/USAID (Fagundes, 2013).

A segunda onda repressiva na UFES evidencia a estruturação do aparato repressivo voltado ao monitoramento de estudantes, professores e técnicos-administrativos da universidade. Conforme apresentado por Fagundes (2013), essa nova fase ocorreu entre os anos de 1967 e 1969, período caracterizado por intensas mobilizações estudantis. Entre os eventos de maior destaque estão: a Greve do Restaurante Universitário (realizada entre 11 e 22 de março de 1968), manifestações em homenagem ao secundarista Edson Luís de Lima Souto (assassinado a tiros por policiais militares no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968) e o Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), ocorrido em 12 de outubro de 1968, em Ibiúna, interior de São Paulo, onde treze estudantes da UFES foram presos. Após essa série de agitações estudantis, as ações do governo militar direcionadas à repressão nas universidades foram intensificadas, destacando-se o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, conhecido como 'AI-5 das universidades', e a estruturação da DSI/MEC, abordada na seção anterior (Fagundes, 2016).

Na terceira onda repressiva, a partir de 1970, a AESI/UFES iniciou os seus trabalhos de monitoramento e vigilância da comunidade acadêmica (Fagundes, 2013). Essa onda foi marcada por diversas violações aos direitos humanos, torturas de estudantes presos e constante monitoramento da universidade. Também foi nesse período que ocorreu um acirramento na perseguição de militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Existem relatos no Relatório Final da CVUFES de graves torturas cometidas por militares nesse período. (Fagundes, 2016).

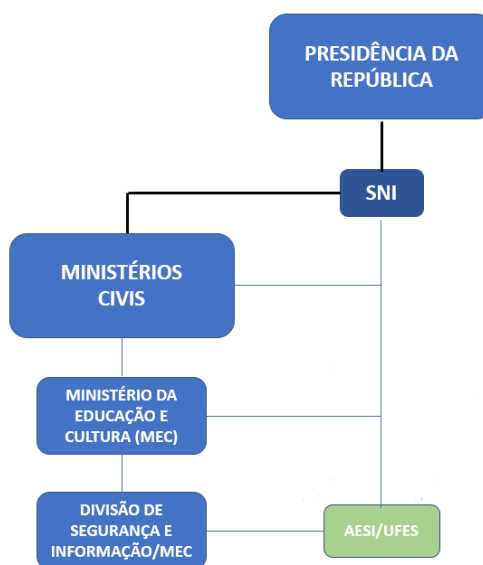
A quarta onda repressiva inicia com a retomada do Movimento Estudantil (ME) em nível nacional, em 1977 (Fagundes, 2013). Ainda sob os olhos do governo militar, estudantes da UFES organizaram o retorno do Diretório Central dos Estudantes (DCE), que foi fechado em 22 de março de 1969, ainda na segunda onda repressiva. O DCE foi reaberto em 1978, com a eleição da nova chapa. Mesmo em um movimento de redemocratização no país, o monitoramento na UFES teve continuidade. No Relatório Final da CVUFES retrata-se que não há muitos documentos da AESI/UFES entre 1977 e 1985, porém foram observados em documentos do Departamento de

Ordem Política e Social do Espírito Santo (DOPS/ES), localizados no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), o monitoramento das atividades que ocorriam na UFES durante esse período (Fagundes, 2016).

3.2.1 O caso da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFES

A AESI/UFES funcionou entre os anos 1971 e 1983, de forma sigilosa, sendo subordinada à DSI/MEC e ao SNI. Em 1983 passou a se chamar Assessoria de Segurança e Informação da Delegacia do Ministério da Educação e da Cultura do Espírito Santo (ASI/DEMEC/ES), e atuou na universidade até a extinção desses órgãos ainda existentes no país, em 1986 (Fagundes, 2013; Almeida, 2015).

FIGURA 4 – Organização hierárquica da AESI/UFES



Fonte: Elaborado pela autora.

Esse órgão representou um dos principais instrumentos de exercício de poder do governo militar na UFES. Motta (2014) relata que as AESI/ASI tiveram tanto civis quanto militares em seu comando. No caso da AESI/UFES a chefia era de um civil, ex-professor da universidade, chamado Alberto Monteiro, que se tornou uma figura emblemática, sendo citado em vários depoimentos realizados nos trabalhos da CV/UFES, e seu nome está associado “[...] à vigilância, ao monitoramento e à repressão a todas as tentativas de contestação do regime militar e de defesa da democracia nos campi da UFES” (Fagundes, 2016, p. 167).

A atuação da AESI/UFES interferiu diretamente no cotidiano da universidade, que passou a conviver com o monitoramento e coleta de informações sobre as lideranças do movimento estudantil, de professores e técnicos-administrativos; interferia na nomeação de cargos, supervisionava viagens de docentes e discentes para eventos científicos, controlava os materiais bibliográficos que circulavam e que eram indicados pelos professores, proibia manifestações (Fagundes, 2013, 2016).

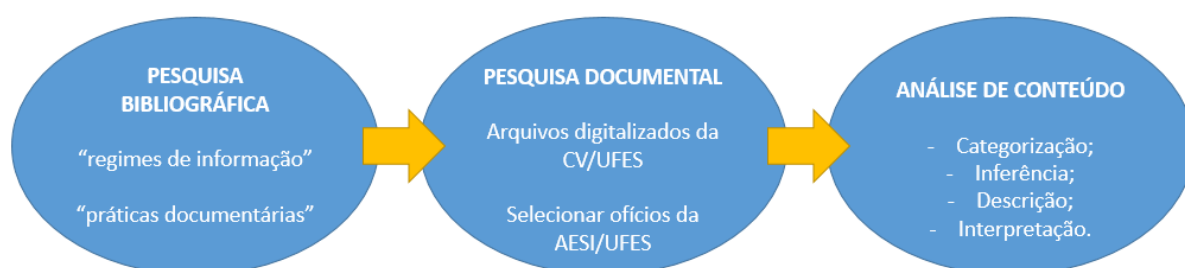
Como indica Fagundes (2024), os recentes estudos sobre as Comissões da Verdade, em especial nas áreas de História e Ciência da Informação, serviram de base para renovar a literatura sobre a Ditadura e, sobretudo, do período pós-ditatorial no Brasil, aquilo que o autor denomina de efeito pós-comissões. Ou seja, entre os legados das comissões podemos citar a ampliação dos trabalhos interdisciplinares, produção de relatórios, depoimentos e organização de acervos. Em síntese, o chamado efeito pós-comissões permitiu, entre outras questões: dar visibilidade pública à temática, acelerar a digitalização de acervos 'secrets', produzir fontes orais inéditas (testemunhos), proporcionar a abertura de novas temáticas sobre a Ditadura (mulheres, indígenas, LGBTQs, entre outros) e – outra importantíssima herança da CNV e das comissões parceiras – evidenciou as potencialidades das agendas de pesquisa sobre a Memória e a Ciência da Informação.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem qualitativa em pesquisas sociais se preocupa “[...] com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2016, p. 20). São estudos que consideram as peculiaridades e complexidades da vida humana, em seu contexto social e em suas relações. Adotamos um percurso metodológico que nos permite investigar o regime de informação dominante através das práticas documentárias da AESI/UFES. Dessa maneira, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, instrumentalizada pela pesquisa bibliográfica, pela pesquisa documental e pela análise de conteúdo.

Dessa forma, trata-se de uma pesquisa social de finalidade exploratório-descritiva, pois, segundo Marconi e Lakatos (1999, p. 87), esses tipos de pesquisa são as que “[...] têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno [...]”. Identificamos a etapa exploratória em nosso levantamento bibliográfico a fim de compreender o estado da arte dos conceitos de regime de informação no âmbito da CI. Dessa forma, teremos o seguinte percurso operacionalizante de pesquisa:

FIGURA 5 – Percurso metodológico para a coleta, seleção e análise das fontes



Fonte: Elaborado pela autora.

Na subseções a seguir apresentaremos todas as etapas percorridas nesta pesquisa.

4.1 Pesquisa bibliográfica

Operacionalizamos nosso estudo através da pesquisa bibliográfica considerando Marconi e Lakatos (1999, p. 73) quando conceituam que “[...] a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...]”.

A coleta de dados se deu através da pesquisa bibliográfica realizada na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Foi realizada a busca com os descritores ‘regime de informação’ e ‘prática documentária’, separadamente, utilizando aspas e com delimitação temporal de 2010-2022.

Após a busca nas bases de dados foram selecionados os artigos para uma leitura seletiva, objetivando desenhar os principais referenciais teóricos disponíveis sobre os conceitos.

Na pesquisa realizada na BRAPCI tivemos no total: 40 (quarenta) artigos recuperados pelo descritor ‘regime de informação’ no campo palavra-chave; e 3 (três) artigos recuperados pelo descritor ‘prática documentária’ (nesse último fizemos a busca livre, ou seja, sem determinar um parâmetro).

Já na BDTD, na pesquisa pelo descritor ‘regime de informação’ tivemos uma revocação de 27 (vinte e sete) trabalhos no campo título, e 45 (quarenta e cinco) no campo assunto. Dessa busca foram retirados os trabalhos em duplicata, e por fim em nossa seleção para a pesquisa tivemos um total de 39 (trinta e nove) trabalhos selecionados a partir do descritor ‘regime de informação’. Desses 39 trabalhos 8 não foram produzidos em Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação, porém foram considerados como fonte bibliográfica válida, pois tratam de forma transversal e transdisciplinarmente do conceito regime de informação.

A revocação da pesquisa com o descritor ‘prática documentária’ na BDTD obteve 17 (dezessete) trabalhos, sendo que para esse descritor utilizamos a busca livre, assim como fizemos na BRAPCI. Após análise dos textos recuperados, considerando os objetivos e os conceitos utilizados selecionamos 7 (sete) trabalhos dessa base.

Além das pesquisas nas bases citadas utilizamos também como referencial os levantamentos realizados pelas pesquisadoras Nascimento (2015) e Jatorno (2021), do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFES, acerca dos usos

do conceito e modelo teórico regime de informação. Utilizamos os levantamentos bibliográficos trazidos por essas autoras para elaborar um quadro comparativo com nosso levantamento, de forma que alguns trabalhos foram incorporados em nosso levantamento final. Os quadros que demonstram os resultados da nossa pesquisa bibliográfica e os levantamentos de Nascimento (2015) e Jatorno (2021) estão expostos na seção 5 desta dissertação.

4.1.1. Apresentação dos resultados da pesquisa bibliográfica

Os usos dos conceitos 'regime de informação' e 'práticas documentárias' na Ciência da Informação (CI) do Brasil foram recuperados com base em levantamentos realizados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), conforme descrito na seção 4.

Para a constituição do nosso levantamento bibliográfico realizamos também uma análise comparativa entre os resultados apresentados por Nascimento (2015) e Jatorno (2021), pois ambas realizaram profunda pesquisa acerca dos usos do conceito e do modelo teórico de 'regime de informação' na CI em suas pesquisas. A primeira apresenta um recorte temporal dos anos 2006-2015, já a segunda do período entre 2016-2021.

Dos artigos trazidos por Nascimento (2015), temos 6 (seis) que já foram recuperados em nosso levantamento feito na BRAPCI (encontram-se em destaque no Quadro 1), e oito vieram a incorporar nossa pesquisa. A autora aponta, em sua análise exaustiva e minuciosa, que os estudos, em sua maioria, são orientados à avaliação e aplicabilidade do modelo teórico de regime de informação em contextos específicos (Nascimento, 2015).

QUADRO 1 – Estudos sobre regimes de informação (2010-2015)

ANO	TÍTULO	AUTORES
2010	Subsídios para uma política de gestão da informação da Embrapa solos: à luz do regime de informação	Delaia & Freire (2010)
2011	Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória	Fernandes (2011)
	“Regime” e “Informação”: a aproximação de dois conceitos e suas aplicações na Ciência da Informação	Magnani & Pinheiro (2011)
2012	Regime de informação: contribuições para implementação de políticas institucionais de desenvolvimento da Pós-Graduação stricto sensu e para atendimento à avaliação da Capes	Zanetti & Silva (2012)
	Regime de informação dos sistemas de arquivos das universidades públicas do Brasil	Feitoza & Silva (2012)
2013	Sobre o regime de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	Freire (2013)
	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB	Brasileiro (2013a)
	O processo de mediação da informação nas organizações a partir do contexto do regime de informação	Brasileiro; Freire (2013c)
	Rede virtual de comunicação da informação na perspectiva do regime de informação	Leal; Freire; Souza (2013)
	Regime de informação para mapeamento das competências em informação na educação superior	Serafim & Freire (2013)
	Regime de informação: uma perspectiva analítica para a gestão da informação.	Silva; Garcia; Loureiro (2013)
2014	Atores e ações de informação em redes sociais na internet: pensando os regimes de informação em ambientes digitais	Araújo (2014)
	Tecendo uma rede conceitual na Ciência da Informação: tecnologias intelectuais para competências em informação	Freire (2014)
2015	Território e informação: uma breve articulação sob a noção de regime de informação	Nascimento & Suaiden (2015)

Fonte: Nascimento (2015, grifo nosso)

Jatorno (2021) traz uma ampla pesquisa bibliográfica, com 41 trabalhos publicados entre 2016 e 2021, sendo que 15 desses trabalhos já estavam em nosso levantamento realizado na BRAPCI (encontram-se destacados no Quadro 2). Ao todo, 26 fontes foram incorporadas em nosso levantamento.

QUADRO 2 – Estudos sobre regimes de informação (2016-2021)

ANO	TÍTULO	AUTORES
2016	Sobre a contribuição conceitual da inteligência coletiva ao regime de informação	BEZERRA, Emy Porto; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá
	Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas	BEZERRA, Emy Porto; SILVA, Zayr Cláudio Gomes da; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos; SOUZA, Edivanio Duarte
	Do <i>panopticon</i> ao <i>panspectron</i>: uma reflexão sobre as mediações de poder e a materialidade da informação	CIANCONI, Regina de Barros; LOTT, Yuri Monnerat
	Refletindo sobre ações de informação no laboratório de tecnologias intelectuais – LTI	FREIRE, Isa Maria
2017	Rede de comunicação e aprendizagem no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Gustavo Henrique Araújo; FREIRE, Isa Maria; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos.
	Dinâmica das ações de informação no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
	Vigilância e cultura algorítmica no novo regime de mediação da informação	BEZERRA, Arthur Coelho
	Regime de Informação em um Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital	BEZERRA, Emy Porto; FREIRE, Isa Maria.
	Sociedade da informação: a lógica instrumental do acesso à informação e ao conhecimento	GERBASI, Vinicius Aleixo
	Informação a serviço do estado burocrático	GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE; FONSECA, Vitor
	Controle terminológico da política de prevenção e controle do câncer: desafios da modelagem de políticas públicas	MORAES, Miriam Gontijo; Simões, Kátia de Oliveira
	Ações formativas para mediação da informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	NASCIMENTO, Genoveva Batista; FREIRE, Isa Maria; ROCHA, Maria Meriane Vieira; SILVA, Patrícia Maria
	Ambientes de informação na cafeicultura capixaba: uma análise sob a noção de regime de informação	NASCIMENTO, Lucileide Andrade de Lima do; SUAIDEN, Emir José
	A construção de regimes de informação sobre refugiados	NATHANSOHN, Bruno; BEZERRA, Arthur Coelho

	O fluxo e o regime de informação na apreensão de armas de fogo no Estado do Rio de Janeiro	SANTOS, Fabiana Maria da Conceição dos; BEZERRA, Arthur Coelho
	O homem e a sua evidência: informação, territórios, direitos	Sá, Alzira Queiroz Gondim Tude de
	A mediação editorial, dispositivos e materialidade: algumas impressões	ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira; PERROTTI, Edmir
	Laboratório de Tecnologias Intelectuais como canal para a educação	BRITO, Jayro Pita; FREIRE, Isa Maria; SOUSA, Marckson Roberto Ferreira
	Aplicação teórica do regime informacional no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
	Indícios da inteligência coletiva no regime de informação do Laboratório de Tecnologias Intelectuais – LTI	FREIRE, Isa Maria
	O regime de informação no sistema de refúgio brasileiro: avaliação política sobre as dinâmicas migratórias locais	NATHANSOHN, Bruno
	A produção de conhecimento sobre regime de informação nos periódicos em ciência da informação	ROCHA, Maria Meriane Vieira; COSTA, João Henrique Lucena da; SILVA, Alzira Karla Araújo.
	Análise sobre políticas de informação: perspectivas do regime de informação no âmbito da inclusão digital ante os Livros Verde e Branco	SILVA, Márcio Bezerra da; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo
2018	A dimensão da informação no âmbito de organizações internacionais de direitos humanos: abordagens possíveis	BARBOSA NETO, Pedro Alves
	Geoinformação para o desenvolvimento sustentável em Rondônia	BATISTA, Israel Xavier; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de
	A constituição de um regime de informação - Os acontecimentos "Carta de Temer a Dilma" e Marcela Temer: bela, recatada e "do lar"	BERTI, Ilmar Christina Ianson Wey; ARAÚJO, Carlos Alberto Àvila de
	Contribuição da Teoria Crítica aos estudos sobre regime de informação e competência crítica em informação	BEZERRA, Arthur Coelho
	A informação técnico-científica a serviço do estado: configuração de um novo regime de informação	GUGLIOTTA, Alexandre Carlos; GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE; FONSECA, Vitor Manoel Marques da.
	Tecnologias digitais e análise do regime de informação para a promoção da saúde coletiva	GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE
	Regime de informação e a relação com os canais de comunicação científica: a institucionalização científica da ciência da informação no Brasil	LIMA, Larissa de Mello; CAPRIOLI, Mariana da Silva; MORAES, João Batista Ernesto
	As patentes e o regime de informação global emergente	MARQUES, Rodrigo Moreno; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr

	Tipografia para além da relação instrumental: a mediação cultural manifesta pelo caderno especial "Planeta seca"	MENDONÇA, Ismael Lopes; FEITOSA, Luiz Tadeu; NUNES, Jefferson Veras; CAVALCANTE, Lúcia Eugenia
	O conceito de regime de informação aplicado a arquivos nas teses e dissertações brasileiras	MINTEGUI, Evelin; KARPINSKI, Cezar
	De que saúde estamos falando? Um estudo sobre regime de informação, Estado e mulher	VIOLA, Carla Maria Martellote; ROMEIRO, Nathália Lima; VETTER, Silvana Maria de Jesus
	Regime de informação, acesso à informação e direitos das mulheres: um estudo das proposições em tramitação na Câmara dos deputados do Brasil	VIOLA, Carla Maria Martellote; SCHNEIDER, Marco André Feldman
	Regime de informação do sistema de governança para melhoria da qualidade da informação contábil	ANDRADE, Liliane Maria Nery; FUJINO, Asa
	Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação	GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide
2019	Regimes de informação, agentes governamentais e tipologias de informação: o monitoramento da implementação da Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho	BARBOSA NETO, Pedro Alves; SILVA, Judson Daniel Oliveira da
	Espaços de significação e regime de informação: aproximação entre conceitos	BEZERRA, Emy Porto; ALBUQUERQUE, Maria Elisabeth Baltar Carneiro de; FREIRE, Isa Maria
2020	A perspectiva do valor de informação: aplicação teórica no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria
2021	Informação, Misinformação, Desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação	VIGNOLI, Richele Grengé; RABELLO, Rodrigo; ALMEIDA, Carlos Cândido de

Fonte: Jatorno (2021, grifo nosso)

Por fim, acerca dos usos do conceito 'regime de informação' na CI, apresentamos o Quadro 3, com as fontes levantadas na BRAPCI e que complementam as fontes apresentadas nos Quadros 3 e 4, pois não houve ocorrência deles nos levantamentos de Nascimento (2015) e Jatorno (2021).

QUADRO 3 – Estudos sobre regimes de informação indexados na BRAPCI (2010-2022)

ANO	TÍTULO	AUTORES
2013	Construção e acionamento de um modelo de mediação da informação	FARIAS, Maria Giovanna Guedes; VARELA, Aida Varela; FREIRE, Isa Maria
	Mediação da informação: um olhar sobre o portal LTI a partir literatura indexada na Brapci	FREIRE, Isa Maria
2014	Ações de informação, colaboração e concertação institucional no contexto da extensão rural	SANTOS, Ana Cristina Gomes; GÓMEZ, Maria Nélida GONZÁLEZ DE
	Uma abordagem das ações de mediação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	FREIRE, Isa Maria; FREIRE, Gustavo Henrique Araújo
	Biblioteca escolar no contexto das reformas liberais do final do século xix e início do século xx: análises a partir do conceito de regime de informação	OLIVEIRA, Debora Santos de; SOUZA, Elisabete Gonçalves
	O regime de informação inserido na Revolução Industrial 4.0: impactos sobre os trabalhadores e clientes do setor bancário	MODENESI, Thiago Vasconcellos; Araújo, Juliana Gonçalves de; SILVA, João Paulo Lima e
2021	Regime de informação: mapeamento do conceito na Brapci, Lisa e Scopus com IRaMuTeQ e produção no lattes e grupos de pesquisa do CNPq	CARVALHO, Priscila Ramos; GOUVEIA, Fabio Castro; ALVES, Thiara dos Santos; RAMOS, Marcos Gonçalves
	O regime de informação da comunicação científica: uma abordagem	FREIRE, Gustavo Henrique Araújo
	Papel social dos algoritmos: uma análise dos estudos acadêmicos acerca dos algoritmos e sua função social	AMARANTE, Natasha Duarte; MEDEIROS, Jackson da Silva
	Cursos de Arquivologia Brasileiros à Luz do Regime de Informação	ROCHA, Maria Meriane Vieira; FREIRE, Isa Maria
	Regime de informação polifônico: por um contraponto a noção de desinformação em ciência da informação	RAMOS JUNIOR, Gerson Moreira; BATISTA, Patrícia Veronesi
2022	O laboratório de tecnologias intelectuais na perspectiva da inclusão social	BARROS, Niedja Nascimento; FREIRE, Isa Maria
	O regime de informação dos centros de fusão	GESTEIRA, Rodrigo Benjamin; MOURA, Maria Aparecida
	A lei n.º 10.639/2003: educação antirracista e regime de informação	OLIVEIRA, Debora Santos de
	Os cursos de arquivologia brasileiros à luz do regime de informação	ROCHA, Maria Meriane Vieira; FREIRE, Isa Maria

Fonte: Dados levantados pela autora.

Ao incorporar nosso levantamento da BRAPCI ao de Nascimento (2015) e Jatorno (2021) temos um corpus para nossa pesquisa bibliográfica de 70 trabalhos publicados em revistas acadêmicas indexados na BRAPCI. Por meio desses,

compreendemos os principais usos do conceito de regime de informação no campo da CI, e os principais autores que contribuíram para a construção e maturação desse conceito na área entre 2010 e 2022.

No âmbito das pesquisas desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação, apresentamos os resultados do nosso levantamento na BDTD. Os critérios de seleção e as estratégias de busca foram explicados na seção 4 desta dissertação, e apresentamos no Quadro 4 os 39 trabalhos escolhidos em nossa pesquisa exploratória nessa base de dados.

QUADRO 4 – Estudos sobre regime de informação indexados na BDTD (2010-2022)

ANO	TÍTULO	AUTORES	UF	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
2011	Política de informação: o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura	Magnani, Maria Cristina Brasil	UFMG	PPGCI
	Informação e política de defesa: o debate da Defesa no Brasil após 1988	Ceron, Angélica Behenck	UFRJ/IBICT	PPGCI
2012	Os programas strito sensu da UEL na perspectiva do regime de informação: contribuições para o processo de avaliação	Zanetti, Rosângela Ramsdorf	UEL	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação.
	Regimes de informação dos sistemas de arquivos das universidades federais e estaduais do Brasil	Feitoza, Leonina Amanda	UEL	Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação.
2013	As redes ambientais na internet e a gestão da natureza	Pereira, Debora de Carvalho	UFMG	PPGCI
	Micro e macropolíticas de informação: o acesso livre à informação científica no campo da saúde no Brasil e em Portugal	Henning, Patrícia Corrêa	FIOCRUZ	Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde
	O processo de mediação no contexto do regime de informação: a construção de um espaço virtual de comunicação na web para a CPAD/UFPB	Brasileiro, Fellipe Sá	UFPB	PPGCI

	Regime da informação no mercado de valores mobiliários: função da informação no mercado de valores mobiliários brasileiros	Copola, Marina Palma	USP	Programa de Pós-Graduação em Direito Econômico e Financeiro
	Demanda e necessidade de informação dos participantes do Programa de Extensão "UFRA na Reforma Agrária"	Santos, Ana Cristina Gomes	UFRJ/IBICT	PPGCI
2014	O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na disseminação da informação religiosa	Santos, Jussara Ventura dos	UFPB	PPGCI
	Os centros de documentação universitários como espaços de institucionalização de "novas" memórias às margens do regime de informação	Cavalcanti, Márcia Teixeira	UFRJ/IBICT	PPGCI
2015	Ambientes e fluxos de informação sobre café no Incaper: uma análise sob a noção de regime de informação	Nascimento, Lucileide Andrade de Lima do	UNB	PPGCI
	Inclusão social no programa de um computador por aluno: análise a partir do regime de informação	Lima, Janecely Silveira de	UFPB	PPGCI
2016	Gestão do atendimento educacional especializado: estudo das competências em informação para a inclusão social no contexto das organizações aprendentes	Silva, Maria Margarete da	UFPB	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Organizações Aprendentes
	O marco regulatório da indústria do petróleo no Brasil sob o prisma do regime da informação	Costa, Alexandre de Souza	UFRJ/IBICT	PPGCI
2017	Mediação da Informação: estudo das práticas na Colônia de Pescadores "Benjamin Constant" Z5 em Lucena-PB	Nascimento, Deíse Santos Do	UFPB	PPGCI
	O laboratório de tecnologias intelectuais - LTi na perspectiva da competência informacional: os múltiplos olhares da Ciência da Informação	Rodrigues, Thamyres Ferreira	UFPB	PPGCI

	Políticas públicas de informação no contexto da abertura do Estado: Perspectivas sobre a atuação da Universidade Federal do Ceará com a Lei de Acesso à Informação.	Furtado, Estenio Façanha	UFC	Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas
	Subsídios para a construção de uma política de informação: estudo de caso aplicado a uma instituição pública de ensino superior	Costa, Gilvan Bernardo da	UFRN	Programa de Pós-Graduação de Gestão da Informação e do Conhecimento
	Um olhar sociotécnico para a construção de artefato informacional: a trajetória da construção de sistema de Business Intelligence	Freire, Elizabeth Maria	UFF	PPGCI
2018	Ações de informação no laboratório de aplicações de vídeo digital da Universidade Federal da Paraíba: uma visão a partir do conceito de regime de informação	Bezerra, Emy Pôrto	UFPB	PPGCI
	Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados	Viola, Carla Maria Martellote	UFRJ/IBICT	PPGCI
	O regime de informação entre o tratamento humanitário e a vigilância para o controle: ecos da gramática global no sistema de refúgio brasileiro	Nathansohn, Bruno Macedo	UFRJ/IBICT	PPGCI
	Práticas e regime de informação: os acontecimentos 'Carta de Temer a Dilma' e 'Marcela Temer: bela recatada e do lar'	Berti, Ilemar Christina Lanson Wey	UFMG	PPGCI
	As bibliotecas nacionais na perspectiva do regime de informação: um diálogo epistemológico e político	Barbosa, Carolina de Paula	UFRJ/IBICT	PPGCI
2019	Conhecimento e território: a Universidade Federal da Paraíba no desenvolvimento local	Sampaio, Diogo Araújo	UFPB	PPGCI

	Diálogos entre política/regime de informação e as competências em informação dos bibliotecários do Sistema de Biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (SIBUEM) Moçambique	Munguambe, Rosa Manuela Teixeira Pinto	UFPB	PPGCI
	Projetando a experiência do usuário no Laboratório de Tecnologias Intelectuais	Brito, Jayro Pita	UFPB	PPGCI
2020	A representação da informação em sites de rede sociais acadêmicos: diretrizes para análise de rede semântica	Santos, Bruna Bomfim Lessa dos	UFBA	PPGCI
	Produção científica sobre as temáticas afro-brasileira e indígena nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil	Silva, Francisco Sávio da	UFPB	PPGCI
	Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil	Santos, Raimundo Nonato Ribeiro dos	UFC	PPGCI
	A implantação da Lei Geral de Proteção de Dados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: uma análise a partir da noção de regime de informação e seus componentes	Marques, Amanda Fernandes	UFRGS	PPGCI
2021	Credibilidade jornalística no Regime de informação mediado pelo algoritmo	Magalhães, Daniel Lima	UFPB	Programa de Pós-Graduação em Comunicação
	Regime de informação do sistema de governança corporativa: um enfoque na qualidade da informação contábil	Andrade, Liliane Maria Nery	USP	PPGCI
	Regime de informação e mediação nas políticas de desenvolvimento sustentável em Rondônia: participação e compartilhamento de poder entre o Estado e as organizações da sociedade civil	Batista, Israel Xavier	USP	PPGCI

	Regime de informação na pesquisa em saúde: uma análise da produção e divulgação do conhecimento na Fundação Oswaldo Cruz (2009-2016)	Silva, Marcus Vinícius Pereira da	UFF	PPGCI
	Um olhar sobre os cursos de bacharelado em arquivologia no Brasil à luz do regime de informação	Rocha, Maria Meriane Vieira da	UFPB	PPGCI
2022	A lei Maria da Penha e o regime de informação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres na Paraíba	Andrade, Kaliandra de Oliveira	UFPB	PPGCI
	Comunidades de prática à luz do regime de informação: ações de informação no Instituto Federal da Paraíba	Llarena, Marco Antonio Almeida	UFPB	PPGCI

Fonte: Dados levantados pela autora

A BDTD não possui o intuito de ser uma base específica de publicações no campo da CI, porém percebemos que o conceito e modelo teórico de regime de informação aparece majoritariamente em trabalhos dessa área. Apenas 8 (oito) trabalhos foram desenvolvidos em Programas de Pós-Graduação (PPG) de outras áreas. Porém, o uso do modelo de regime de informação aproxima as discussões para o campo da CI de forma transversal e transdisciplinar, e esses trabalhos serão considerados para nossa análise e leitura.

Outro conceito utilizado em nossa pesquisa é de práticas documentárias. Apresentamos no Quadro 5 os trabalhos levantados na BRAPCI, e no Quadro 6 levantados na BDTD que abordam esse conceito.

QUADRO 5 – Estudos sobre práticas documentárias indexados na BRAPCI (2010-2022)

ANO	TÍTULO	AUTORES
2017	As contribuições da documentação no desenvolvimento das práticas bibliotecárias em biblioteca universitária: diálogos com Paul Otlet.	ANNA, Jorge Santa; PIERI, Élica Mara Mascarenhas
2019	A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito.	ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo da Silva.
2020	O livro: do objeto ao documento na prática bibliográfica.	ORTEGA, Cristina Dotta; TOLENTINO, Vinicius de Souza.

Fonte: Dados levantados pela autora

QUADRO 6 – Estudos sobre práticas documentárias indexados na BDTD (2010-2022)

ANO	TÍTULO	AUTORES	UF	PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
2012	A vontade da verdade, a informação e o arquivo	Elias, Aluf Alba V.	UFRJ/IBICT	PPGCI
	Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro	Grigoletto, Maira Cristina	UNESP	PPGCI
2013	10 Tratamento da informação nas artes digitais: uma abordagem contemporânea da documentação em meios tecnológicos	Orth, Gabriela Previdello Ferreira	USP	PPGCI
2015	O Instituto de Arte Contemporânea da UFPE em suas práticas documentais de acervos contemporâneos	Nascimento, Cíntia Maria Rodrigues do	UFPE	PPGCI
	A informatividade da música eletrônica	Fernandes, Jade Augusto de Macedo Gola	USP	PPGCI
2019	A representação da informação no domínio da matemática: análise em linguagens documentárias	Martins, Kátia Luciane Macêdo	UFPA	PPGCI
2020	Esquema de metadados para descrição de obras de arte em museus brasileiros: uma proposta	Silva, Camila Aparecida da	USP	PPGCI

Fonte: Dados levantados pela autora

Os trabalhos selecionados para leitura exploratória em nossa pesquisa contribuem de forma relevante para compreender os usos dos modelos teóricos e analíticos de regime de informação e das práticas documentárias. Além de nos proporcionar um panorama preliminar da rede de autores que produzem conhecimentos acerca dessas temáticas no campo da CI.

Ao todo temos 109 trabalhos recuperados com o uso do descritor ‘regime de informação’, sendo 39 deles oriundos da BDTD e 70 da BRAPCI. O levantamento com o uso do descritor ‘práticas documentárias’ originou na seleção de 7 trabalhos da BDTD e 3 da BRAPCI. Sendo assim, o *corpus* da nossa pesquisa bibliográfica é composto por 119 trabalhos.

4.2 Pesquisa documental

Nossa pesquisa documental é compreendida pelo levantamento da legislação que permeia nossa temática, para entendimento das dinâmicas dos dispositivos e formas de exercício de poder do governo militar, e pela investigação nos documentos da AESI/UFES, em sua maioria ofícios, que se encontram digitalizados, e compõem a documentação levantada durante os trabalhos da CVUFES. A digitalização desses documentos foi realizada pelo GT Acervo dessa comissão.

Os trabalhos investigativos da CV/UFES duraram cerca de 26 meses, e envolveram o levantamento documental e a realização de entrevistas com ex-alunos da universidade que sofreram repressão política durante o Governo Militar. Em seu artigo que trata do acesso aos documentos da AESI/UFES, Fagundes (2013, p. 305) destaca as dificuldades encontradas no início da pesquisa, pois

[...] as informações indicavam que o acervo teria sido destruído num incêndio que atingiu o arquivo central da UFES em 1999; ou o antigo chefe da Aesi/UFES, após sua aposentadoria, que teria levado os documentos para sua residência; ou os documentos da Aesi/UFES, que estariam espalhados de forma desorganizada por todos os centros da UFES; ou que, com o fim do órgão em 1983, seu acervo fora recolhido para o arquivo da Delegacia do MEC e, posteriormente, enviado para Brasília (Fagundes, 2013, p. 305).

Durante os trabalhos da CV/UFES foram encontrados diversos documentos avulsos nos centros da universidade. Estes documentos foram digitalizados seguindo as Recomendações para Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes, elaborado pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Durante este trabalho, enquanto bolsista, foi possível perceber que a vigilância da comunidade universitária era constante através dos órgãos reguladores do Governo Militar.

O acesso aos documentos digitalizados pela CVUFES se deu através do Laboratório de Estudo em História do Tempo Presente (LabTempo/UFES), do qual sou integrante, e funciona sob a coordenação do Professor Pedro Ernesto Fagundes. Esse grupo de estudos é composto por 7 alunos de graduação, 5 alunos mestrando e 5 alunos doutorando, e surgiu durante o trabalho interdisciplinar de professores, pós-graduandos e graduandos que atuaram durante as pesquisas e a organização do Relatório Final da CV/UFES.

4.2.1 Contexto e antecedentes da pesquisa documental

O conjunto total de documentos digitalizados pela CV/UFES compreende 3.525 páginas, e estão divididos em 193 pastas virtuais. Importante ressaltar que esses documentos não compõem todo o conjunto documental da AESI/UFES. Tratam-se de ofícios dispersos (percebemos pela numeração dos documentos), e considerando o que o Relatório Final da CVUFES já explica sobre essa documentação. A primeira seleção foi realizada a partir do período de funcionamento da AESI/ASI da UFES, ou seja, os anos entre 1971-1983. Nesse momento observamos que muitas digitalizações foram feitas com duplicatas (Fagundes, 2016).

Após essa primeira análise, o conjunto documental selecionado para a pesquisa foi de: 1157 páginas de documentos digitalizados (ainda com as duplicatas), organizados em 79 pastas. A ordenação das pastas foi instrumentalizada dessa forma: 1) Pastas de acordo com cronologia de produção dos documentos; 2) Subpastas por local onde os documentos foram recuperados durante os trabalhos do GT Acervo da CVUFES, sendo elas: Centro Biomédico (CBM/UFES), Centro de Artes (CA/UFES), Centro Tecnológico (CT/UFES), Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE/UFES) e Centro de Educação Física e Desportos (CEFD/UFES).

Realizamos a análise de conteúdo de cada item, excluímos as duplicatas e os documentos que não estavam ligados diretamente à AESI/UFES, e elaboramos uma planilha no aplicativo Microsoft Excel, com a descrição de cada ofício enviado e recebido pela AESI/UFES, além de outras tipologias de documentos produzidos/recebidos por essa agência. Nosso conjunto documental final para análise foi de 292 itens.

Elencamos as seguintes categorias para organizar os dados nas colunas na planilha: 'Pasta'; 'Ano'; 'Data'; 'Tipo Documental'; 'Órgão Produtor'; 'Número do Ofício'; 'Produtor'; 'Destinatário (nome)'; 'Cargo'; 'Destinação (órgão)'; 'Breve Descrição'.

Em nosso recorte de pesquisa, para análise do tipo documental 'ofício' produzidos pela AESI, criamos uma coluna a mais no arquivo do aplicativo Excel: 'Descritores de assunto'. Essa coluna possibilitou nossa análise de maneira geral contemplando os assuntos das ações de informação que observamos nesses documentos.

4.3 Análise dos dados

Em nossas análises das fontes selecionadas por meio da pesquisa documental nos arquivos da AESI/UFES, utilizamos a análise de conteúdo como instrumento para categorização, inferência, descrição e interpretação dessas fontes. Com base nos avanços conceituais apresentados por Bardin (2002) sobre a análise de conteúdo, adotamos um enfoque qualitativo, ancorando-nos na compreensão de que “[...] através da análise de conteúdo, podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Gomes, 2016, p. 76). Ademais, consideramos oportuno trazer à reflexão uma contribuição de Bardin:*

Pertencem, pois, ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais mas complementares, consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares. Esta abordagem tem por finalidade efectuar [sic] deduções lógicas e justificadas, referentes à origem das mensagens tomadas em consideração (**o emissor e o seu contexto, ou eventualmente, os efeitos dessas mensagens**). O analista possui à sua disposição (ou cria) todo um jogo de operações analíticas, mais ou menos adaptadas à natureza do material e à questão que procura resolver (Bardin, 2002, p. 42, grifo nosso).

Dentro da proposta de investigar o regime de informação do governo militar a partir das práticas documentárias da AESI/UFES consideramos que a análise de conteúdo proposta por Bardin (2002) nos dará embasamento para fazer a categorização, a descrição, a interpretação e a inferência do nosso objeto, à luz do regime informacional dominante nas práticas documentárias desse órgão de vigilância do governo militar brasileiro.

5. AS PRÁTICAS DOCUMENTÁRIAS DA AESI/UFES: ANÁLISE PELO REGIME DE INFORMAÇÃO

Nessa seção apresentamos nossa análise a partir da categorização, descrição, interpretação e inferências do nosso objeto, à luz do regime de informação, nas práticas documentárias da AESI/ASI da UFES, que foi operacionalizada pelos elementos de regime de informação vistos em González de Gómez (1999, 2002, 2012b). Primeiramente analisamos os aspectos observados pelas categorias ‘atores’, ‘artefatos’ e ‘dispositivos’. Na seção 5.2 analisamos as ações de informação desse órgão, considerando todas as categorias identificadas nas seções anteriores.

5.1 O regime de informação da AESI/UFES: aplicação do modelo de González de Gómez

Para proporcionar uma primeira visão geral, sistematizamos os 292 documentos selecionados para essa pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 7, identificando: órgão produtor; tipo de documento; e quantidade por ano. Os documentos sistematizados nesse Quadro compreendem todos os documentos encontrados (independentemente do tipo documental) produzidos ou recebidos pela AESI/UFES – que no final de 1975 passa a se chamar Assessoria de Segurança e Informação (ASI/UFES) – e que se referem à vigilância da comunidade acadêmica da UFES. Esses 292 documentos encontram-se descritos (Apêndice A), de acordo com a metodologia apresentada na seção 4 desta dissertação.

É importante salientar a existência de três ofícios que não são provenientes de setores da UFES, mas que integram a documentação selecionada devido às buscas realizadas pelo GT Acervo da CVUFES no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Esses ofícios foram enviados ao chefe da ASI/UFES, sendo dois datados de 1979 e um de 1980, e foram produzidos pelo Serviço de Investigações e Informações (SII/ES), órgão subordinado à Superintendência de Investigações Especiais e à Superintendência Geral da Polícia Civil, ambas pertencentes à estrutura da Secretaria de Estado da Segurança Pública do Espírito Santo. Por se tratarem de documentos que solicitam informações sobre membros do movimento estudantil da UFES, optamos por incluí-los em nossa seleção inicial. No entanto, durante a análise do regime de informação predominante na UFES, priorizamos os documentos que

circulavam exclusivamente entre a AESI/ASI da UFES e os setores internos da universidade, com ênfase nos ofícios produzidos por essa agência.

QUADRO 7 – Sistematização do conjunto documental da AESI/ASI da UFES

Órgão / Tipo Documental	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1983	Total Geral
AESI	17	21	48	25	26								137
ofício	17	12	40	25	26								120
pedido de busca		8											8
solicitação		1											1
termo de declaração			8										8
ASI¹⁶					4	23	11	2	2	3	3		48
informação ¹⁷									2	1			3
ofício					4	23	11	2		2	3		45
CENTRO BIOMÉDICO	5	4	7	9	7	8	1	2			2		45
ofício	5	4	7	9	7	8	1	2			2		45
CENTRO DE ARTES	5	1	8	3	2	2		2				1	24
ofício	4	1	8	3	2	2		2				1	23
sem identificação	1												1
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS			2	3	3	4	2						14
ofício			2	3	3	4	2						14
CENTRO TECNOLÓGICO	2		19										21
ofício	2		19										21
Serviço de Investigações e Informações/ES									2	1			3
ofício									2	1			3
Total Geral	29	26	84	40	42	37	14	6	4	4	5	1	292

Fonte: Sistematizado pela autora durante a pesquisa

Apesar do conjunto documental não compreender à totalidade dos documentos produzidos pela AESI/ASI da UFES, é possível identificar pelo fluxo de envio e recebimento de informações que o ano de 1973 foi um período de intensa vigilância da comunidade acadêmica.

Analisamos as práticas documentárias do fluxo informacional entre a AESI/ASI e os setores da UFES, de acordo com as categorias do regime de informação: atores, artefatos, dispositivos e ações de informação. Consideramos cada elemento para análise proposta nessa pesquisa, conforme demonstrado no Quadro 8.

¹⁶ No mês de dezembro de 1975 a AESI/UFES passa a se chamar ASI/UFES.

¹⁷ O documento 'informação' foi enviado pela ASI/UFES para o Serviço de Investigações e Informações (ES).

QUADRO 8 – Elementos do regime de informação para análise das fontes

Práticas Documentárias AESI/ASI da UFES			
ATORES	ARTEFATOS	DISPOSITIVOS	AÇÕES DE INFORMAÇÃO
- Os atores sociais que faziam parte do fluxo documental das comunicações feitas ou recebidas pela AESI/ASI da UFES; - Os atores sociais alvo da vigilância do órgão; - Os atores sociais que orientavam as ações da AESI/ASI da UFES	- A materialidade do documento no período de sua produção; - Elementos de forma, formato e autenticidade do documento; - O documento produzido de acordo com regras, ou seja, a disciplina social.	- Regras, Leis, Decretos citados nos documentos da AESI/ASI; - Solicitações feitas pela AESI/ASI; - Orientações feitas pela AESI/ASI; - O poder institucional que o órgão tinha para agir enquanto um dispositivo coercitivo na rotina universitária.	- Conteúdo do documento que motiva a intervenção nas práticas sociais, nas condutas e nos comportamentos; - Os efeitos de informação; - O impacto da ação de informação da AESI/ASI na rotina universitária.

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Na sequência apresentamos as análises dos documentos selecionados, partindo das compreensões elencadas no Quadro 8 para cada elemento do regime de informação, que possui base teórica nas proposições de González de Gómez (1999, 2002, 2012b).

5.1.1 Atores

Nessa subseção analisamos a categoria ‘atores’, que González de Gómez apresenta a partir da concepção da ideia de atores sociais dentro do contexto das ações comunicativas e ações sociais. Essa autora aborda as ações formativas, que são aquelas que definem e distinguem uma sociedade das outras. Atores sociais compartilham uma realidade de ações possíveis e conceitos comuns, o que permite um entendimento mútuo e a coesão social. O que tornaria uma ação ‘formativa’ ou ‘não-formativa’ é variável de acordo com fatores históricos e de cultura. Em nosso contexto de pesquisa, analisamos os atores inseridos no regime de informação das práticas documentárias da AESI/ASI da UFES, e de acordo com essa autora, consideramos as ações formativas dessa assessoria através das ações de informação (González de Gómez, 1999).

Nesse sentido, buscamos identificar os atores sociais envolvidos nas comunicações da AESI/ASI da UFES, seja de forma direta (produtores e receptores das comunicações) ou de forma indireta (atores sociais citados nos documentos). Em nossa primeira análise dos ofícios enviados e recebidos pela AESI/ASI da UFES,

identificamos os atores sociais produtores e receptores.

Observamos, conforme demonstrado no Quadro 9, que a AESI/ASI da UFES mantinha comunicação direta apenas com os Diretores dos Centros da UFES e com a Reitoria da universidade. Na subseção 5.2, abordaremos as ações de informação de maneira mais ampla, discutindo o organograma ao qual essa assessoria estava subordinada, bem como o fluxo de informações desse órgão no contexto da UFES.

QUADRO 9 – Atores sociais nos escritórios da AESI/ASI da UFES

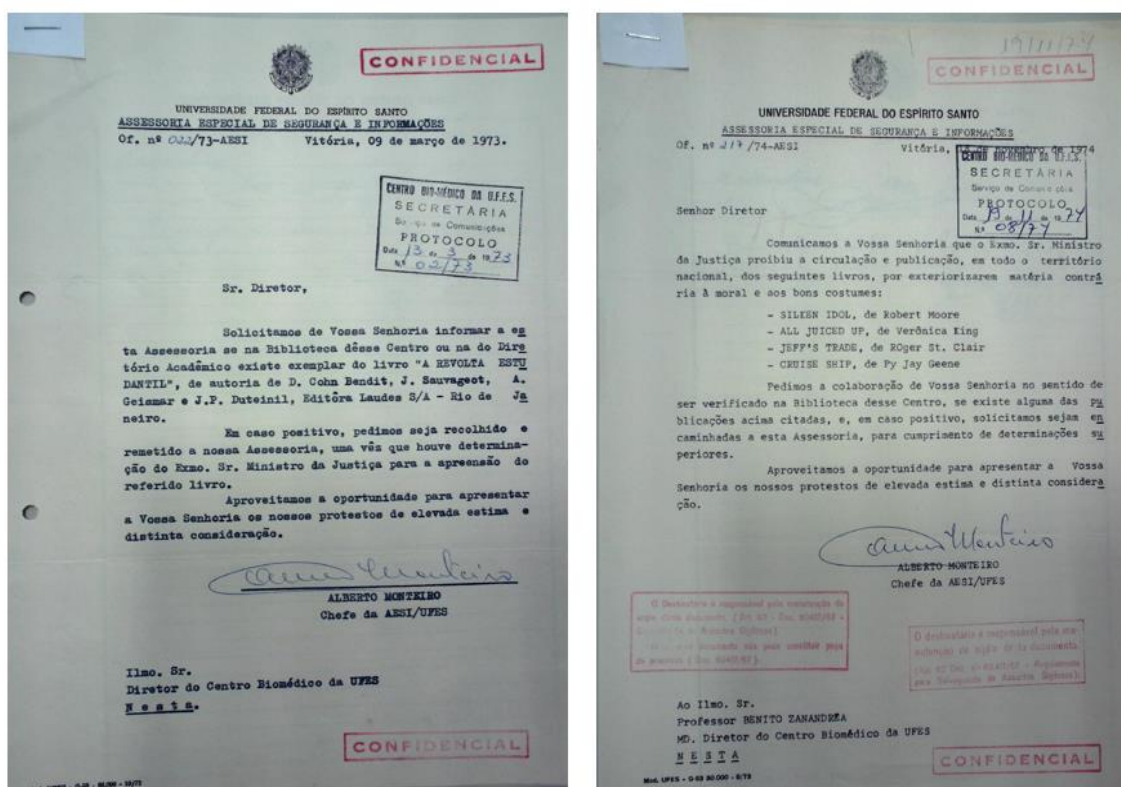
NOME / CARGO	ANO
AESI/UFES	
Alberto Monteiro - Chefe da AESI/UFES	1971-1975
ASI/UFES	
Alberto Monteiro - Chefe da ASI/UFES	1975-1981
REITORIA/UFES	
Amaury Couto Prado - Chefe de Gabinete	1974
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	
Waldir Xavier - Chefe do SII/ES	1979
Carlos Eduardo Marques Magnago - Chefe do SII/ES	1980
CENTRO BIOMÉDICO/UFES	
Benito Zanandréa - Diretor	1971-1977
João Luiz Horta Aguirre (Diretor provisório)	1973
Thomaz Tommasi - Diretor "Pro Tempore"	1978
Thomaz Tommasi - Diretor	1981
CENTRO DE ARTES/UFES	
Seliégio Gomes Ramalho - Diretor	1971-1975
José Vianna Belesa - Vice-Diretor (em exercício)	1973
Paulo Cezar Simões Magalhães - Diretor	1975-1978
Freda Cavalcanti Jardim	1980-1983
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS/UFES	
Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE - UFES	1973-1976
Valder Collares Vieira - Diretor	1975-1977
Maria da Penha Amancio Pereira - Secretária CCJE - UFES	1976
Luiz Flores Alves - Vice-Diretor	1977
CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS/UFES	
Álvaro Costa Filho - Diretor	1976
CENTRO TECNOLÓGICO/UFES	
Nelson Goulart Monteiro Filho	1971-1973
Eliete Rosa Machado - Secretária do CT/UFES	1973
Elio de Almeida Viana - Diretor (em exercício)	1973
Regner Reine Castello - Diretor	1973

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Alberto Monteiro, foi o Chefe da AESI/ASI da UFES em todo o período de atuação desse órgão, tendo formação no Curso de Informações, da Escola Superior de Guerra (ESG), no ano de 1972. A preminência desse ator social pode ser verificada no Relatório Final da CVUFES (Fagundes, 2016).

Além dos atores identificados pelo fluxo de informações, temos os atores dos grupos sociais que eram alvo das ações de informação da AESI/ASI da UFES. O monitoramento dessa assessoria estava voltado principalmente para professores e estudantes da universidade (em especial estudantes membros de Diretórios Acadêmicos). Outros atores sociais identificados são os Ministros da Justiça e da Educação e Cultura. O primeiro foi citado em duas comunicações, conforme Figura 6.

FIGURA 6 – Ofícios que citam o Ministro da Justiça do governo militar

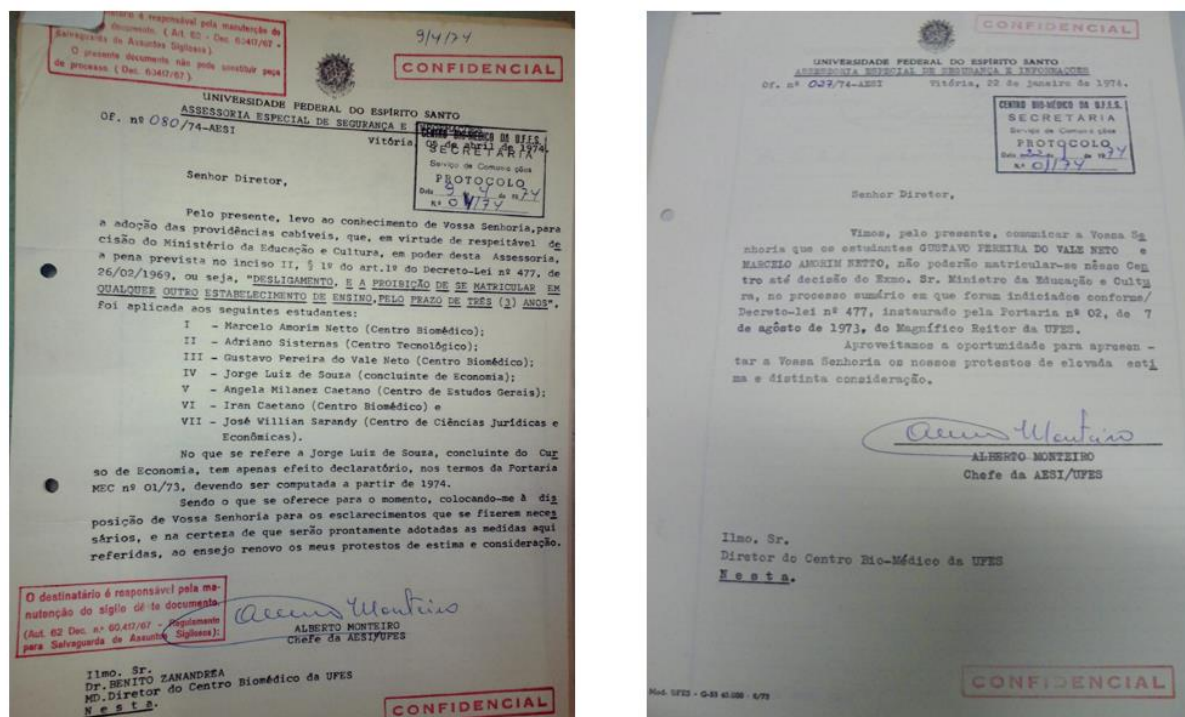


Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

Nos ofícios que citam o Ministro do MEC, podemos observar também alguns nomes de estudantes que foram penalizados pelo Decreto nº 477/69, o AI das universidades, conforme Figura 7. Esses estudantes também são atores sociais das ações de informação da AESI/ASI da UFES. Não traremos todos os nomes de discentes citados nos ofícios analisados nessa pesquisa, mas entendemos ser

importante pontuar que esses atores sociais faziam parte ativamente do movimento estudantil da UFES, o que os tornou alvo do monitoramento e das ações de coerção desse órgão do governo militar.

FIGURA 7 – Ofícios que citam o Ministro da Educação e da Cultura do governo militar



Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

No contexto da AESI/ASI da UFES, os atores sociais identificados incluem não apenas os diretores dos Centros e a Reitoria da universidade, mas também professores, estudantes, e autoridades governamentais como os Ministros da Justiça e da Educação e Cultura. Através da análise dos ofícios enviados pela AESI/ASI, foi possível mapear a rede de comunicação direta e indireta, destacando a centralidade desses atores nas trocas de informações e de diretrizes, entre diferentes graus de poder. Esses atores sociais, ao compartilharem uma realidade de ações possíveis e conceitos comuns, contribuem para a coesão social e a construção de uma identidade coletiva dentro da UFES sob o regime de informação do governo militar. A identificação e compreensão desses atores é essencial para entender o funcionamento e o impacto das ações de informação da AESI/ASI da UFES.

Na sequência discutimos detalhadamente os artefatos e dispositivos utilizados por essa assessoria, aprofundando nossa análise sobre o regime de informação da AESI/ASI da UFES.

5.1.2 Artefatos e Dispositivos

As categorias ‘artefatos’ e ‘dispositivos’ foram tratadas nesta subseção partindo pelo nosso entendimento de que esses dois elementos interagem de forma concomitante na análise do nosso objeto de estudo pelo regime de informação.

Os artefatos foram analisados através da materialidade do documento no período de sua produção, e pelos elementos que dão forma, formato e autenticidade ao documento: ou seja, a disciplina social das práticas documentárias (Frohmann, 2012). Os dispositivos, por sua vez, foram analisados pelo poder institucional, que permitia que as ações de informação desse órgão modificassem a vida na universidade (o poder informacional) durante o período de atuação da AESI/ASI da UFES:

Considerados como dispositivos, os recursos de informação manifestam as trajetórias e deslocamentos do poder informacional. Dessa forma, produtos e serviços de informação são transportados de uma a outra tecnologia, seus arcabouços organizacionais mudam ou se reproduzem conforme se reproduzem ou mudem os agentes que os planejam, os executam e os administram (González de Gómez, 1999, p. 26).

Os dispositivos de informação são elementos que atuam como variáveis causais nas intervenções informacionais, emergindo das relações de poder em contextos específicos. Já os artefatos de informação, ou objetos informacionais, destacam o aspecto da cultura material. Ambos, dispositivos e artefatos, influenciam as ações informacionais e as relações de poder, determinando as circunstâncias nas quais uma informação terá valor (González de Gómez, 1999). Os artefatos correspondem aos meios que permitem a materialidade da informação, enquanto os dispositivos instrumentalizam o poder institucional das ações de informação conduzidas pela AESI/ASI da UFES.

Partindo pela análise do regime de informação das práticas documentárias da AESI/ASI da UFES, os dispositivos incluem os regulamentos, normas, procedimentos e práticas institucionais que direcionavam as ações de informação. Esses dispositivos operavam, através do poder concedido à AESI/ASI da UFES, para monitorar, registrar e comunicar informações, afetando a dinâmica e a vida acadêmica na universidade. Dessa forma, a própria AESI/ASI da UFES se constituía enquanto um dispositivo. Exemplos de dispositivos incluem os procedimentos para elaboração de ofícios, as diretrizes para o monitoramento de estudantes e professores, e os mecanismos de

controle e trocas de informações.

Os artefatos de informação, por sua vez, abrangem os documentos em sua institucionalidade, pela materialidade da informação. Esses artefatos não apenas transmitem informações, mas também incorporam a cultura material e a disciplina social das práticas documentárias da época. Os ofícios enviados pela AESI/ASI da UFES tinham características físicas, que garantiam a sua autenticidade e sua forma. Por exemplo: os carimbos que são observados nesses documentos, e que estão demonstrados na figura abaixo:

FIGURA 8 – Carimbos dos Ofícios da AESI/ASI da UFES



Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

Podemos observar que os carimbos também nos remetem aos dispositivos informacionais, pois condicionam a forma como esses documentos ‘confidenciais’ devem ser tratados (Decreto nº 60.417/67 – Salvaguarda de Assuntos Sigilosos e o Decreto nº 79.099/77 – Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos). Além do uso dos carimbos, os documentos possuem assinatura do Chefe da AESI/ASI da UFES, o Sr. Alberto Monteiro, que foi o ator social que assinou todos os documentos dessa agência.

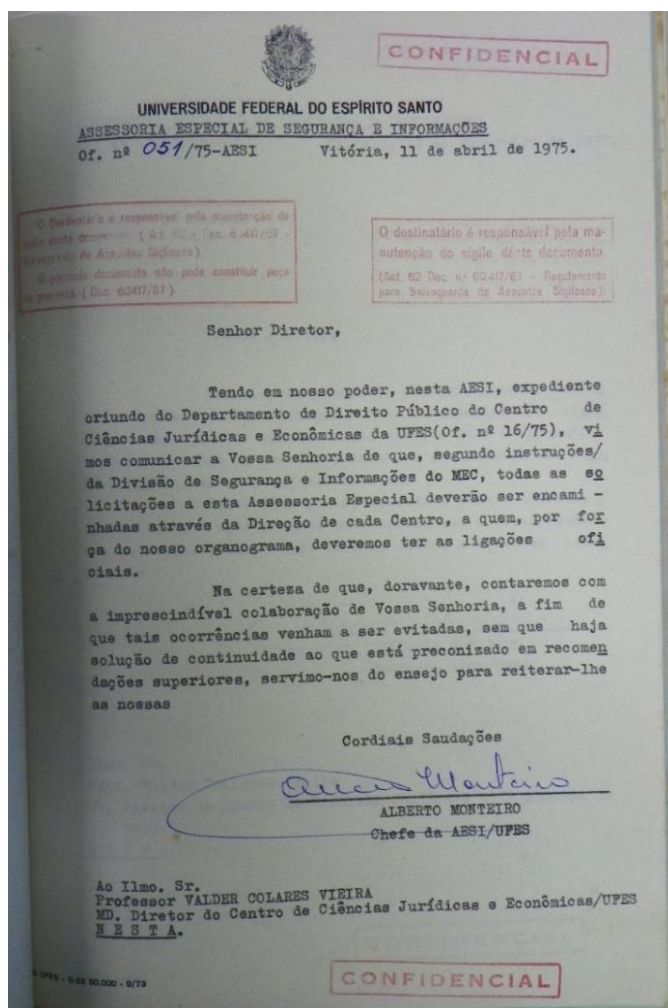
Os dispositivos e artefatos de informação da AESI/ASI da UFES atuavam de maneira integrada, refletindo e reforçando as relações de poder dentro da universidade e além dela. Eles moldam as ações de informação, configurando o contexto informacional e suas implicações para os atores sociais envolvidos. Na subseção seguinte, será possível identificar os dispositivos informacionais de coerção pelas ações de informação dessa assessoria a partir dos exemplos selecionados das práticas documentárias executadas.

5.2 Ações de Informação: análise geral e os aspectos de memória

Para González de Gómez (2012a, p. 32), um regime de informação é o modo dominante de produção e gestão da informação em uma sociedade, determinando “[...] sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, meios e recursos preferenciais de informação, padrões de excelência e critérios para seu processamento seletivo”. Quando mudam as prioridades dentro desse regime, também mudam os parâmetros para entender e definir as ações informacionais. Essas mudanças refletem e influenciam a ordem sócio-cultural e política da sociedade.

Para iniciar nossas análises das ações de informação da AESI/ASI da UFES nos debruçamos para entender o fluxo de informações dessa agência com os setores da universidade. Ao analisar os ofícios enviados e recebidos pela AESI/ASI da UFES, percebemos que seu fluxo informacional se dava diretamente com os Diretores dos Centros e com a Reitoria da Universidade. Não haviam ofícios direcionados aos Departamentos, mesmo quando essa agência solicitava listas de docentes ou informações de discentes, que eram organizadas diretamente pelos Departamentos de cada Curso. Nossa inferência é de que a AESI/ASI da UFES apenas direcionava suas comunicações para pessoas com cargos de confiança, considerando o regime de informação vigente no período, dentro da rede de informações da UFES. No decorrer das pesquisas encontramos um ofício que expressa de maneira clara o organograma ao qual a AESI/ASI da UFES deveria seguir.

FIGURA 9 – Ofício nº 51/75- AESI

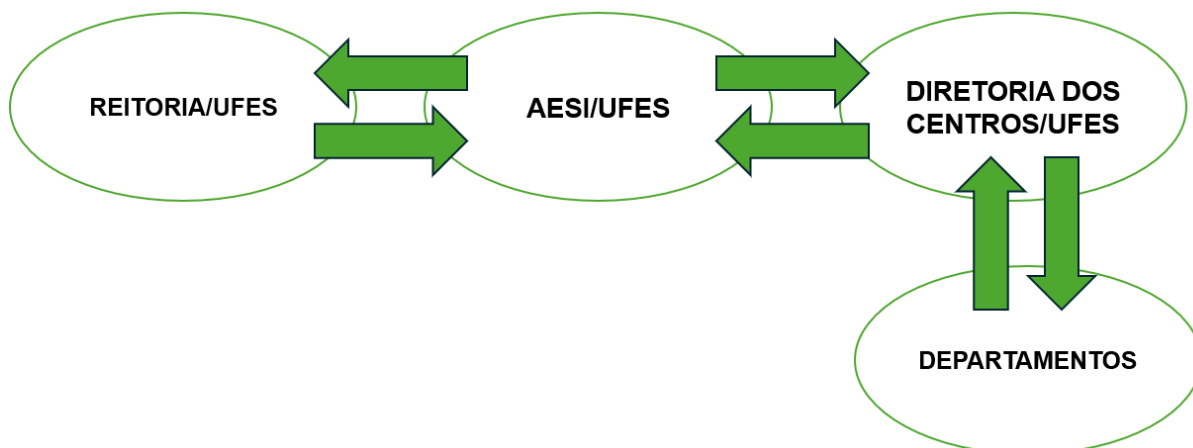


Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

Trata-se do Ofício nº 51/75-AESI, enviado ao Diretor do CCJE, datado em 11/04/1975, no qual o Chefe dessa assessoria relata que recebeu um ofício oriundo do Departamento de Direito Público do CCJE/UFES (Of. 16/75), e comunica que, segundo instruções da Divisão de Segurança e Informação do MEC (DSI/MEC), todas as solicitações direcionadas a AESI deverão ser encaminhadas através da Direção do Centro, "[...] a quem, por força do nosso organograma, deveremos ter as ligações oficiais" (Universidade Federal do Espírito Santo. Assessoria Especial de Segurança e Informação, 1975), conforme demonstrado na Figura 10.

Dessa maneira, compreendemos que o fluxo informacional da AESI/ASI da UFES no ambiente da universidade obedecia o seguinte fluxo:

FIGURA 10 – Fluxo de informações da AESI/ASI da UFES



Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

As ações de informação da AESI/ASI da UFES podem ainda ser compreendidas pelas solicitações feitas por esse órgão, e a maneira como essas modificaram a vida da comunidade acadêmica da UFES. Nos documentos analisados constatamos que, do conjunto total de 292 documentos, 165 são ofícios da AESI/ASI da UFES solicitando aos Centros Educacionais informações a respeito de discentes, docentes, circulação de livros, panfletos e periódicos nas unidades da UFES, repassando orientações de órgãos superiores, entre outros. Desse conjunto documental identificamos ainda 1 (um) ofício direcionado à Reitoria da UFES, o que nos fez inserir a Reitoria no fluxo de informações representado na Figura 10.

Ao sistematizar todos os documentos (não apenas os ofícios), que foram enviados pela AESI/ASI da UFES para os Centros da UFES, temos o total de 182 (cento e oitenta e dois), sendo 165 (cento e sessenta e cinco) ofícios, 8 (oito) pedidos de busca, 1 (uma) solicitação e 8 (oito) termos de declaração. No Quadro 10, apresentamos a quantidade total de documentos enviados pela AESI/ASI da UFES para cada Centro da UFES. A partir dessa demonstração é possível ter uma visão geral do conjunto documental. Falaremos um pouco sobre os documentos que não se enquadram em nosso recorte de tipo documental (ofícios). Na sequência, concentraremos a análise nos ofícios enviados pela AESI/ASI da UFES, detalhando as ações de informação de forma mais aprofundada.

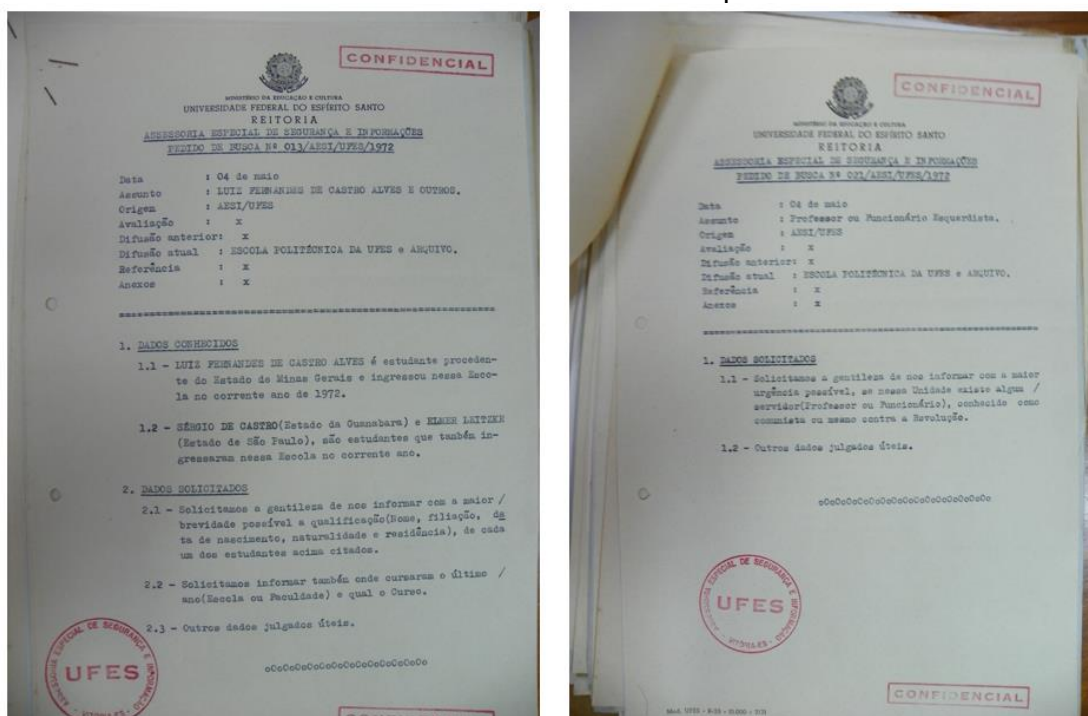
QUADRO 10 – Documentos enviados pela AESI/ASI para os Centros da UFES

Tipo Documental	CA UFES	CBM UFES	CCJE UFES	CEFD UFES	CT UFES	Total Geral
AESI	38	38	25		36	137
Ofício	36	36	23		25	120
Pedido de Busca	2	2	2		2	8
Solicitação					1	1
Termo de Declaração					8	8
ASI	12	20	11	2		45
Ofício	12	20	11	2		45
Total Geral	50	58	36	2	36	182

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Para compreender melhor os documentos produzidos pela AESI/ASI da UFES que compõem o conjunto documental desta pesquisa, é importante esclarecer o seguinte: os Pedidos de Busca, enviados ao CA/UFES, CBM/UFES, CCJE/UFES e CT/UFES (dois para cada Centro), solicitavam dados sobre estudantes provenientes de outros Estados e indagavam se havia professores ou servidores considerados 'comunistas ou contrários à revolução' (Figura 11). Esse foi o único tipo de documento que, além de solicitar informações sobre discentes e docentes, requisitava também dados referentes aos servidores em geral da UFES.

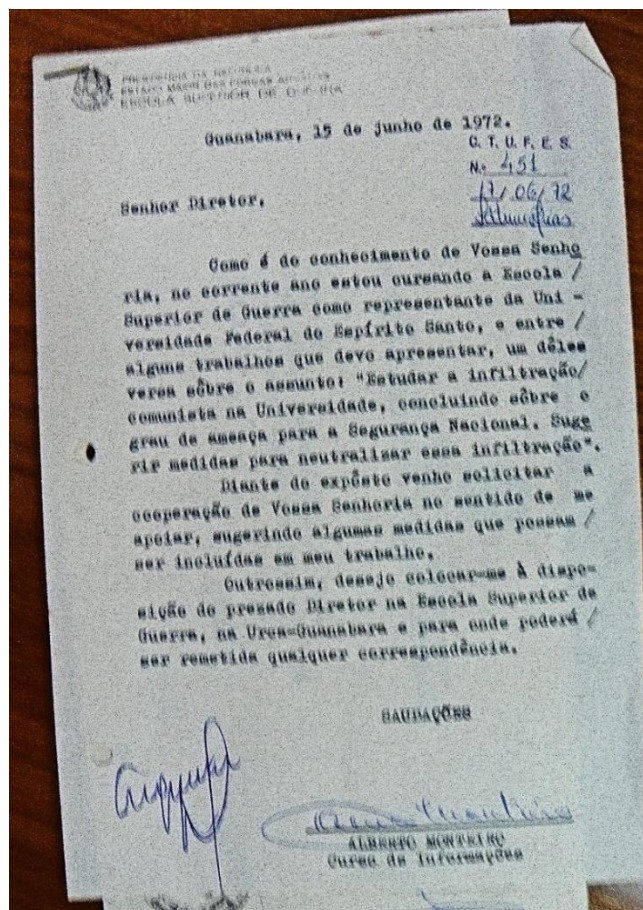
FIGURA 11 – Pedidos de Busca enviados para o CT/UFES



Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

O documento "Solicitação" refere-se a um pedido de cooperação feito pelo Chefe da AESI/UFES ao Diretor do CT/UFES para desenvolver um trabalho na Escola Superior de Guerra, sobre o assunto "Estudar a infiltração comunista na Universidade, concluindo sobre o grau de ameaça para a Segurança Nacional. Sugerir medidas para neutralizar essa infiltração" (Figura 12).

FIGURA 12 – Solicitação de cooperação enviada para o Diretor do CT/UFES¹⁸



Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

¹⁸ Documento disponível no acervo digital da CVUFES, acessado por meio do LabTempo/UFES.

Transcrição integral do documento:

"Guanabara, 15 de junho de 1972.

Senhor Diretor,

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, no corrente ano estou cursando a Escola Superior de Guerra como representante da Universidade Federal do Espírito Santo, e entre alguns trabalhos que devo apresentar, um dêles [sic] versa sôbre [sic] o assunto: 'Estudar a infiltração comunista na Universidade, concluindo sobre o grau de ameaça para a Segurança Nacional. Sugerir medidas para neutralizar essa infiltração.

Diante do expôsto [sic], venho solicitar a cooperação de Vossa Senhoria no sentido de me ajudar, sugerindo algumas medidas que possam ser incluídas em meu trabalho.

Outrossim, desejo colocar-me à disposição do prezado Diretor na Escola Superior de Guerra, na Urca-Guanabara, para onde poderá ser remetida qualquer correspondência.

Saudações,

[Assinaturas]

Alberto Monteiro

Curso de Informações."

O tipo documental 'Termos de Declaração' foram enviados anexos ao Ofício nº 88/73-AESI, que trata da publicação do jornal 'Roda Dentada', editado pelo Diretório Acadêmico (DA) do CT/UFES, chamado 'Diretório Acadêmico Dido Fontes'. As declarações foram prestadas pelos membros do DA Dido Fontes na sede da AESI/UFES, em 25/06/1973. Esse é um caso em que podemos inferir e analisar os efeitos de informação pela ação de informação da AESI/UFES através do documento. Fizemos a seguinte reconstituição de organicidade: selecionamos o ofício enviado para o CT/UFES que trata sobre a vigilância de publicações que circulam nessa Unidade, enviado em 1971 (Ofício nº 04/71-AESI), e selecionamos os ofícios que permeiam a publicação do jornal 'Roda Dentada'. Assim, foi possível elaborar a seguinte reconstituição cronológica:

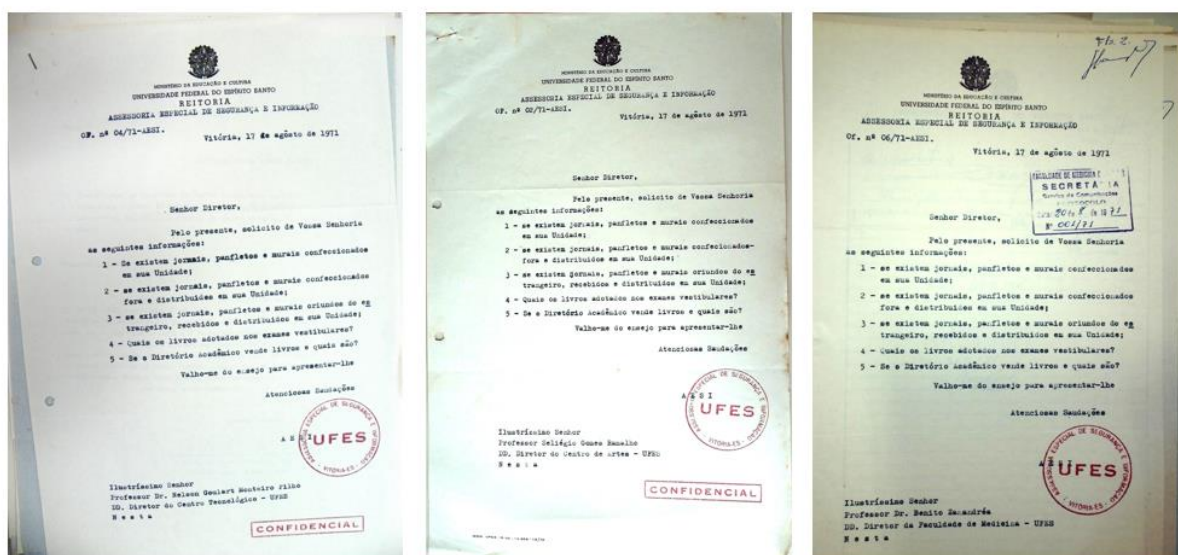
QUADRO 11 – Fluxo de informações sobre o jornal ‘A Roda Dentada’

DATA	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR (ator)	ENCAMINHADO PARA	DESCRIÇÃO
17/08/1971	AESI	of. 04/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Ofício pedindo informações sobre jornais, panfletos, livros do vestibular e livros no diretório acadêmico.
22/06/1973	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 504/73	Eliete Rosa Machado - Secretária do Centro Tecnológico	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Encaminha, por ordem do Sr. Diretor, 3 exemplares de ‘A Roda Dentada’, publicação oficial do Diretório Acadêmico Dido Fontes, deste Centro.
16/07/1973	AESI	of. 88/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Relata que chegou ao conhecimento desta assessoria a publicação de 1 (um) jornal no Centro Tecnológico, intitulado ‘A Roda Dentada’ (editada pelo ‘Diretório Acadêmico Dido Fontes’, dos estudantes de Engenharia da UFES), e estando contra a legislação vigente (Lei n. 5.250, e outras), foram convocados todos os responsáveis pelo Diretório Acadêmico para esclarecimentos sobre os autores das publicações. A AESI apurou a falta de responsabilidade total dos membros, e enviou os “Termos de declaração” anexas ao ofício.
08/08/1973	AESI	of. 94/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico - UFES	A fim de informar aos órgãos Superiores, solicita que o Diretor responda quais medidas foram tomadas por este Centro para atender o que se refere o ofício AESI n. 88/73, de 16/07/1973.
13/08/1973	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	1. Relata que assim que tiveram conhecimento da publicação do Boletim Acadêmico enviaram para esta assessoria / 2. Após o conhecimento do of. 88/73 solicitaram ao Diretório Acadêmico que todos os artigos constantes na publicação tenham assinatura, a fim que seja possível apurar as responsabilidades quando necessário.
30/08/1973	AESI	of. 99/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Solicita que providências sejam tomadas para que os componentes do Diretório Acadêmico deste Centro compareçam na AESI nesse dia, às 14h, uma vez que não compareceram no dia 27 do corrente mês, conforme solicitado.

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Em 1971, no início das atividades da AESI/UFES, no acervo documental da CVUFES (nossa fonte de pesquisa) destacam-se os Ofícios nº 02, 04 e 06/71-AESI, que apresentavam as seguintes solicitações: informações sobre jornais, panfletos, livros indicados para o vestibular e livros disponíveis nos diretórios acadêmicos. Esses ofícios foram enviados em 17/08/1971 aos, CA/UFES, CT/UFES e para Faculdade de Medicina da UFES, respectivamente (Figura 13). Essa ação de informação tinha como objetivo direcionar o fluxo e a distribuição de informações que circulavam entre os atores sociais da UFES, conforme discutido por González de Gómez (2003). Podemos inferir que ações desse tipo, mediadas por dispositivos de poder, alteraram significativamente a dinâmica da vida universitária, uma vez que estavam alinhadas ao regime de informação dominante do governo militar.

FIGURA 13 – Ofícios nº 02, 04, 06/71-AESI



Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

Podemos perceber ainda que as ações de informação da AESI/ASI da UFES eram padronizadas e coordenadas, ou seja, a mesma orientação era enviada a todos os Centros da UFES¹⁹.

Após essa primeira comunicação sobre circulação de publicações, temos o Ofício nº 504/73 – CT/UFES, enviado pela então Secretária do Centro, por ordens do Diretor do CT/UFES, em 22/06/1973, que encaminha 3 (três) exemplares do jornal do

¹⁹ Ressaltamos que não tivemos acesso a todo o acervo de documentos produzidos pela AESI/ASI da UFES, e alguns dos prováveis motivos são trazidos no texto do Relatório Final da CVUFES (Fagundes, 2016).

DA Dido Fontes, intitulado 'A Roda Dentada'. Seguindo a cronologia dos documentos, em 16/07/1973, o Chefe da AESI/UFES enviou o Ofício nº 88/73, onde relatou: ter tomado conhecimento do referido jornal, e que essa publicação estava em desacordo com a legislação vigente (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, que regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação); que ouviu todos os responsáveis pelo DA Dido Fontes (enviou anexo a esse ofício os **Termos de Declaração** dos membros do DA); que foi apurada a falta de responsabilidade total dos membros com relação ao Jornal 'A Roda Dentada'.

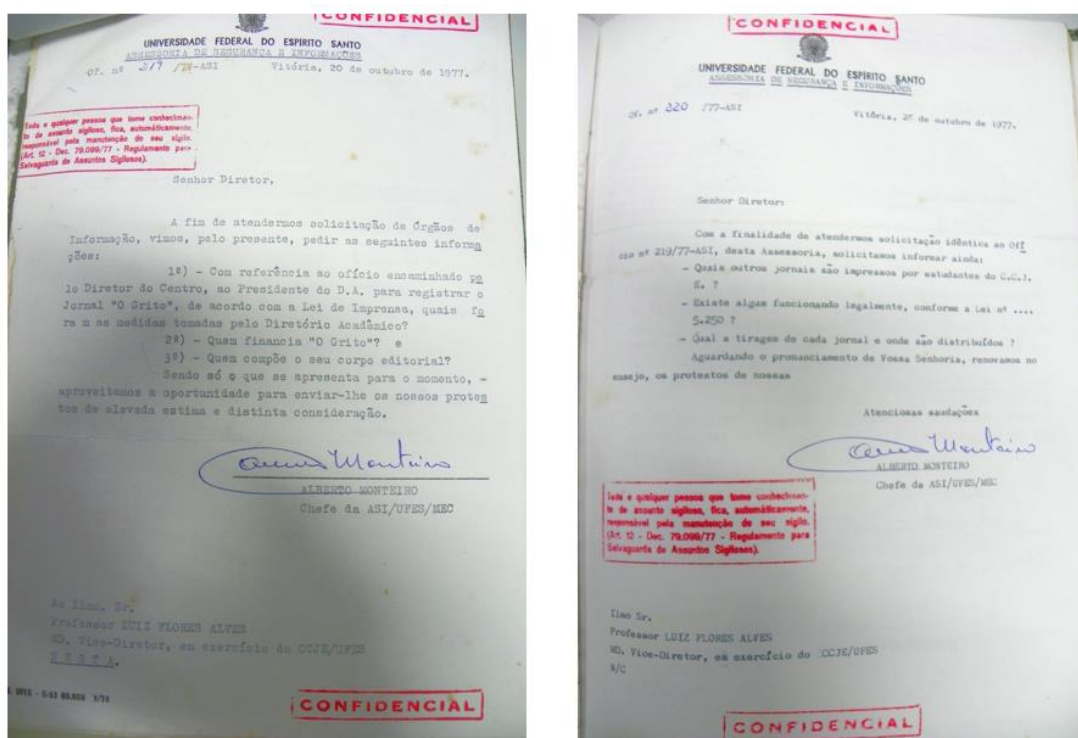
Em 08/08/1973, o Chefe da AESI/UFES enviou o Ofício nº 94/73, para informar aos Órgãos Superiores, que a AESI/UFES fosse informada das medidas tomadas para atender ao exposto no Ofício nº 88/73-AESI. O Diretor do Centro respondeu por meio de um ofício sem número, datado em 13/08/1973, relatando as medidas tomadas pela Direção do CT/UFES. O documento que inferimos ser o último que trata do caso Jornal 'A Roda Dentada' é o Ofício nº 99/73-AESI, datado em 30/08/1973, em que o Chefe dessa assessoria solicitou que os membros do DA do CT/UFES comparecessem na AESI/UFES às 14h desse mesmo dia, pois não haviam comparecido em agendamento anterior no dia 27/08 (não há registro documental da solicitação dessa data).

A partir da reconstituição da organicidade do fluxo de informações que permeou a publicação do Jornal 'A Roda Dentada' podemos perceber que a AESI/UFES monitorava os estudantes e as publicações dos diretórios e centros acadêmicos de forma sistemática, e para atender ao regime de informação dominante nas instituições de ensino superior, que estavam sob os olhos do governo militar através dessa agência. Além disso, essa troca de ofícios analisada – entre a AESI/UFES e o CT/UFES – revela uma estrutura burocrática bem estabelecida, na qual as respostas e medidas tomadas eram documentadas e acompanhadas minuciosamente.

O caso do jornal 'A Roda Dentada' ilustra ainda como os regimes de informação atuam em contextos específicos para manter a ordem e o controle, utilizando uma variedade de ações de informação. Esses mecanismos não apenas restringiram a circulação de informações, mas também moldaram o comportamento e as práticas informativas dentro da comunidade universitária, refletindo as dinâmicas de poder e resistência características do período. Dessa forma, podemos perceber como as ações de informação da AESI/UFES ganhavam materialidade, ou seja, peso, massa, inércia e estabilidade, e foram capazes de interferir profundamente na vida social dos membros de toda universidade (Frohmann, 2007, 2008).

Em 1977, temos um outro caso de busca de informações com repercussão expressa pelas ações de informação da ASI/UFES e do regime informacional dominante. Em especial, sobre publicações que circulavam na universidade e que eram editadas pelos estudantes, dessa vez no CCJE/UFES. São três ofícios ao total, que tratam da publicação 'O Grito', editado pelo DA 'Heráclito Amancio Pereira'. Na Figura 14 temos os Ofícios nº 219 e 220/77-ASI, em que o Chefe da ASI/UFES solicita informações sobre o referido jornal, e sobre outras possíveis publicações editadas por estudantes do CCJE/UFES.

FIGURA 14 – Ofícios nº 219 e 220/77-ASI/UFES, enviados ao CCJE/UFES



Fonte: Acervo CVUFES, disponibilizado pelo LabTempo/UFES

Com os questionamentos presentes nesses ofícios, percebemos que a ASI/UFES buscou identificar os responsáveis pela produção e financiamento das publicações editadas pelos estudantes do CCJE/UFES. Conhecer quem financia o jornal e quem faz parte do corpo editorial permitiria à esse órgão mapear influências externas e internas, assim como responsabilizar indivíduos em caso de infrações ao dispositivo citado (Lei nº 5.250/67). Tais questionamentos demonstram a potencialidade de servir para rastrear possíveis fontes de apoio político ou ideológico que poderiam desafiar a autoridade institucional ou governamental.

Em resposta a esses ofícios, o Vice-Diretor do CCJE/UFES enviou o Ofício nº

273/77-CCJE, em 7/11/1977, onde informou que: 1) Apenas no dia 4 deste mês, após insistentes solicitações, o presidente do Diretório Acadêmico localizou o processo referente ao registro do jornal 'O Grito', que foi encaminhado à Assessoria Jurídica da UFES no mesmo dia; 2) O jornal 'O Grito' é financiado por anunciantes, como as Livrarias Paganoto e Âncora; 3) O corpo editorial de 'O Grito' é composto pelos membros da gestão atual e anteriores do DA, além de simpatizantes; 4) O Diretor informou a existência de outros jornais circulando no CCJE, O 'Ponto Comum' e 'A Tocha'; 5) O jornal 'O Impresso II' opera conforme as disposições da Lei nº 5.250; 6) Não foi possível determinar a tiragem exata de cada jornal, mas sabe-se que é reduzida, pois houve dificuldade em obter exemplares para envio à ASI/UFES, e a distribuição dos jornais é volante, sem um local fixo.

Para compreender de modo geral as ações de informação da AESI/ASI da UFES, apresentamos nesse momento uma análise geral dos **ofícios enviados** por essa assessoria. Ao todo, são 165 ofícios produzidos pela AESI/ASI da UFES. Observamos que as principais ações de informação eram: 'comunicar', 'responder ofícios enviados pelos Centros', 'solicitar informações', 'solicitar comparecimentos', 'solicitar providências', 'solicitar o envio de documentos', 'fazer recomendações'; entre outros.

Observamos que a AESI/ASI da UFES concentrou seus esforços na vigilância do movimento estudantil e do corpo discente da universidade, tendo como foco os estudantes membros dos DAs. Os docentes da UFES também foram monitorados de forma sistêmica por essa assessoria, conforme expressam os documentos, além do monitoramento de eventos (palestras, conferências), e publicações (livros, jornais e panfletos) que circulavam nas Unidades da UFES. Nos Quadros 12, 13, 14, 15 e 16 demonstramos cada ação de informação observada nos ofícios enviados pela AESI/ASI da UFES, que foram categorizadas por descritores de assunto, com as quantidades e os anos de envio para cada local da UFES. Temos então: no Quadro 12, o monitoramento dos docentes da UFES; no Quadro 13, o monitoramento dos estudantes da UFES; no Quadro 14, o monitoramento direcionado a eventos na UFES e em locais externos; no Quadro 15, o monitoramento de correspondências recebidas de outros países, e da circulação de livros, jornais e panfletos; e no Quadro 16, os comunicados gerais enviados, e uma resposta de Ofício ao CA/UFES (o ofício que motivou esse envio não se encontra em nosso conjunto documental).

QUADRO 12 – Monitoramento dos docentes da UFES

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1980	1981	Total Geral
Solicitação de Informação; Corpo Docente.	4		6	3		5				1	20
Centro Biomédico - UFES	1		1	1		3				1	6
Centro de Artes - UFES	1		2	1		1					5
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES			1	1		1					3
Centro de Educação Física e Desportos - UFES						1					1
Centro Tecnológico - UFES	2		2								4
Solicitação de Informação; Corpo Docente; Contratação.	3										3
Centro Biomédico - UFES	1										1
Centro de Artes - UFES	1										1
Centro Tecnológico - UFES	1										1
Solicitação de Informação; Corpo Docente; Disciplinas; Departamentos; Carga Horária.				2							2
Centro Biomédico - UFES				1							1
Centro de Artes - UFES				1							1
Solicitação de Informação; Corpo Docente; Estrangeiros.					3						3
Centro Biomédico - UFES					1						1
Centro de Artes - UFES					1						1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES					1						1
Solicitação de providências; Solicitação de Informação; Corpo Docente.							1				1
Centro Biomédico - UFES							1				1
Total Geral	7		6	5	3	6	1			1	29

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

QUADRO 13 — Monitoramento dos estudantes da UFES

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1980	1981	Total Geral
Comunicado; Discentes; Nada consta; Representação discente.				2	2						4
Centro Biomédico - UFES				1							1
Centro de Artes - UFES				1	2						3
Comunicado; Discentes; Nada consta; Representação discente. Proibição.					1						1
Centro de Artes - UFES					1						1
Comunicado; Discentes; Penalidade; Decreto 477/69.				4							4
Centro Biomédico - UFES				2							2
Centro de Artes - UFES				1							1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES				1							1
Recomendação; Reuniões; Movimento estudantil; Diretório Acadêmico.							2				2
Centro Biomédico - UFES							1				1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES							1				1
Solicitação abono de faltas; Discentes; Torneio de Basquetebol Universitário Bandeira do Brasil.			1								1
Centro Tecnológico - UFES			1								1
Solicitação de ciência; Discentes; Participação; Torneio de Basquetebol Bandeira do Brasil.			1								1
Centro Tecnológico - UFES			1								1
Solicitação de comparecimento; Discentes;			1								1

Movimento estudantil; Diretório Acadêmico.			
Centro Tecnológico - UFES	1		1
Solicitação de entrega de chaves; Diretório Acadêmico;	1		1
Centro Biomédico - UFES	1		1
Solicitação de envio; Diretório Acadêmico; Estatuto.		3	3
Centro Biomédico - UFES		1	1
Centro de Artes - UFES		1	1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		1	1
Solicitação de envio; Jornal; Diretório Acadêmico.		2	2
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		2	2
Solicitação de Informação; Corpo Discente.	2	5	7
Centro Biomédico - UFES	1	1	2
Centro de Artes - UFES	1	1	2
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		3	3
Solicitação de Informação; Corpo Discente; Carlos Henrique dos Santos Freire.	4		4
Centro Biomédico - UFES	1		1
Centro de Artes - UFES	1		1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	1		1
Centro Tecnológico - UFES	1		1
Solicitação de Informação; Corpo Discente; Diretório Acadêmico; Eleições.	1		1

Centro Tecnológico - UFES	1								1
Solicitação de informação; Corpo Discente; Diretório Acadêmico; Faltas.				7					7
Centro Biomédico - UFES				2					2
Centro de Artes - UFES				2					2
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES				2					2
Centro de Educação Física e Desportos - UFES				1					1
Solicitação de Informação; Corpo Discente; Estrangeiros; Intercâmbio.				3					3
Centro Biomédico - UFES				1					1
Centro de Artes - UFES				1					1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES				1					1
Solicitação de Informação; Corpo Discente; Faltas.	4					1			5
Centro Biomédico - UFES						1			1
Centro de Artes - UFES	2								2
Centro Tecnológico - UFES	2								2
Solicitação de Informação; Corpo Discente; Monitoria.	4								4
Centro Biomédico - UFES	1								1
Centro de Artes - UFES	1								1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	1								1
Centro Tecnológico - UFES	1								1
Solicitação de Informação; Corpo Discente; Movimento Estudantil; Diretório Acadêmico.	3	3		3	3	3		1	16
Centro Biomédico - UFES	1	1		1	1	1		1	6

Centro de Artes - UFES	1	1		1	1	1	5
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES				1	1	1	3
Centro Tecnológico - UFES	1	1					2
Solicitação de Informação; Estágio; Ministério da Saúde de Israel.					1		1
Centro Biomédico - UFES					1		1
Solicitação de informação; Médicos residentes; UFES.						1	1
Centro Biomédico - UFES						1	1
Solicitação de Informação; Movimento estudantil; Comissão de Trote.			2				2
Centro Biomédico - UFES			1				1
Centro de Artes - UFES			1				1
Solicitação de Informação; Movimento estudantil; Programações; Monitoramento.			1				1
Centro Tecnológico - UFES			1				1
Solicitação de Informação; Publicações; Jornais; Diretório Acadêmico.	2	2			2		6
Centro Biomédico - UFES	1						1
Centro de Artes - UFES	1						1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES					2		2
Centro Tecnológico - UFES		2					2
Solicitação de Informação; Reuniões; Movimento Estudantil; Organizações Comunistas.			4				4
Centro Biomédico - UFES			1				1

Centro de Artes - UFES			1								1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES			1								1
Centro Tecnológico - UFES			1								1
Total Geral	7	3	24	13	11	14	7	1	2	82	

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

QUADRO 14 – Monitoramento de eventos

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1980	1981	Total Geral
Comunicado; Autorização; Palestra; Joel Santos Neves.			1								1
Centro Tecnológico - UFES			1								1
Solicitação de envio; Colação de grau; Discursos.				2	2						4
Centro Biomédico - UFES				1							1
Centro de Artes - UFES				1	1						2
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES					1						1
Solicitação de Informação; Colação de grau; Homenageados; Programação.			5								5
Centro Biomédico - UFES			1								1
Centro de Artes - UFES			1								1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES			1								1
Centro Tecnológico - UFES			2								2
Solicitação de Informação; Colação de grau; Proibição; Homenagem; Estudante preso; Júlio Prattes.		1									1
Centro Biomédico - UFES		1									1
Solicitação de Informação; Convite; Encontro de Universidades Latino-Americanas.					3						3
Centro Biomédico - UFES					1						1

Centro de Artes - UFES				1							1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES				1							1
Solicitação de Informação; Palestras; Conferências; Palestrantes Externos.				3	2		1				6
Centro Biomédico - UFES				1	1		1				3
Centro de Artes - UFES				1	1						2
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES				1							1
Total Geral	1	6	2	8	2		1				20

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

QUADRO 15 – Monitoramento de correspondências recebidas de outros países, e da circulação de livros, jornais e panfletos

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1980	1981	Total Geral
Comunicado; Livros; Proibição; Ministério da Justiça.				2							2
Centro Biomédico - UFES				1							1
Centro de Artes - UFES				1							1
Solicitação de Informação; Correspondência; Organizações Soviéticas; Material didático; Publicações.		4									4
Centro Biomédico - UFES		1									1
Centro de Artes - UFES		1									1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		1									1
Centro Tecnológico - UFES		1									1
Solicitação de Informação; Distribuição; Panfletos; Periódicos; Publicações.							3				3
Centro Biomédico - UFES							1				1

Centro de Artes - UFES		1	1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		1	1
Solicitação de Informação; Envio de Material Subversivo; Portugal.		3	3
Centro Biomédico - UFES		1	1
Centro de Artes - UFES		1	1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		1	1
Solicitação de Informação; Jornais; Panfletos; Livros; Diretório Acadêmico.		3	3
Centro Biomédico - UFES	1		1
Centro de Artes - UFES	1		1
Centro Tecnológico - UFES	1		1
Solicitação de Informação; Livros; CCJE; Ciências Econômicas; Serviço Social.		1	1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES		1	1
Solicitação de Informação; Livros; Diretório Acadêmico.		4	4
Centro Biomédico - UFES	1		1
Centro de Artes - UFES	1		1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	1		1
Centro Tecnológico - UFES	1		1
Solicitação de Informação; Livros; Proibição.		3	3
Centro Biomédico - UFES	1		1
Centro de Artes - UFES	1		1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	1		1

Solicitação de providências; Proibição; Livros.	2	2
Centro Biomédico - UFES	1	1
Centro de Artes - UFES	1	1
Solicitação; Monitoramento; Panfletos.	1	1
Centro Biomédico - UFES	1	1
Solicitação de Informação; Correspondências Estrangeiras.	2	2
Centro Biomédico - UFES	1	1
Centro de Artes - UFES	1	1
Total Geral	3 8 3 4 6 1 3	28

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

QUADRO 16 – Comunicados gerais

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1980	1981	Total Geral
Comunicado; Autorização; Convênio; BEMFAM.			1								1
Centro Biomédico - UFES			1								1
Comunicado; Decreto nº 79.099/77.									2		2
Centro Biomédico - UFES									1		1
Centro de Artes - UFES									1		1
Comunicado; Lei 5.700/71; Norma; Apresentação; Símbolos Nacionais				1							1
Reitoria UFES				1							1
Comunicado; Organograma.					1						1
Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES					1						1
Resposta Ofício 221/75-CA/UFES.					1						1
Centro de Artes - UFES					1						1
Total Geral			1	1	2				2		6

Fonte: Elaborado pela autora durante a pesquisa

Conforme demonstrado no Quadro 12, foram selecionados 29 (vinte e nove) ofícios que tratam da vigilância do corpo docente da UFES. Em todos temos a ação ‘Solicitação de Informação’. São ofícios solicitando listagens de docentes estrangeiros, listagem de docentes com vínculo empregatício nos Centros, dados pessoais dos professores de cada Centro (nome, filiação, endereço, função atual), lista de docentes contratados antes de 1969, listagens com as disciplinas que lecionavam em cada Departamento (com os horários), entre outras informações. O monitoramento constante de professores no ambiente universitário pode ser compreendido pelo protagonismo desses atores sociais, na regência de suas disciplinas, como formadores de opinião. Críticas ao governo e ideais progressistas não eram discursos autorizados naquele regime de informação.

O monitoramento do corpo discente, conforme demonstrado nos documentos da AESI/ASI da UFES (Quadro 13), foi constante e direcionado a sujeitos específicos (estudantes com engajamento no movimento estudantil). Percebemos, após nossa categorização por assuntos, que a maior quantidade de ofícios recuperados dessa assessoria tratam da vigilância dos discentes – ao todo são 82 (oitenta e dois) ofícios – e esses contemplam, em sua maioria, a ação ‘Solicitação de Informação’.

De forma sistêmica, a AESI/ASI da UFES solicitava aos Centros os dados pessoais dos alunos e alunas membros dos DAs, ou que ocupassem algum cargo de representação discente no Centro (nos órgãos colegiados). Em alguns ofícios temos o Chefe da AESI/ASI da UFES emitindo ‘nada consta’ sobre a conduta de estudantes, a fim de autorizar que ocupassem cargos de representação discente ou que pleitassem em eleições (o que nos faz inferir que seria uma prática corriqueira dessa agência deferir ou indeferir a participação dos estudantes). Em um ofício encontramos a não recomendação de candidatura do aluno ‘Paulo Cesar Henriques Jeviaux’. Trata-se do Ofício nº 106/75-AESI, de 25/06/1975, onde o Chefe da AESI/UFES relatou que “[...] consta nos arquivos da AESI/UFES, dados que não recomendam a sua candidatura”²⁰.

Outras preocupações com os estudantes envolviam: organização de reuniões (que não deveriam ser proibidas, mas sim informadas com antecedência para a AESI/ASI da UFES, para que fossem vigiadas), o monitoramento das faltas (inferimos que as datas indicadas nos ofícios sejam de dias em que manifestações ou eventos

²⁰ UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Assessoria Especial de Segurança e Informação. Ofício nº 106, de 1975.

políticos tenham ocorrido), a circulação de jornais produzidos pelos DAS, estudantes estrangeiros, entre outras. Também foram emitidos ofícios contendo nomes de alunos da UFES que foram penalizados pelo 'AI das universidades', o Decreto nº 477/69.

Os olhos do regime militar estavam voltados para o movimento estudantil da UFES, que mesmo com a vigilância constante, não deixou de demonstrar em ações de enfrentamento o seu descontentamento com o governo militar. Diversas manifestações e intervenções foram organizadas pelos discentes da UFES, e muitos também participavam de movimentações externas, como foi o caso do Congresso da UNE (Fagundes, 2016). Por esse motivo compreendemos o foco da AESI/ASI da UFES em levantar informações sobre o corpo discente.

O monitoramento dos eventos (Quadro 14) contemplava palestras e conferências com pessoas externas dos quadros de docentes da UFES, refeições de grau (discursos e lista de homenageados), a autorização prévia de palestrantes externos e os convites recebidos para eventos externos (como o caso do Encontro de Universidades Latino-Americanas). A intenção de vigiar eventos com pessoas externas era de manter o controle das questões abordadas no ambiente universitário. A mesma preocupação pode ser interpretada no caso dos convites para conferências fora da UFES. Já nas refeições de grau, temos uma preocupação específica: os discursos e homenageados. A ideia era manter o controle do que poderia ser ou não feito (ou dito) durante essa cerimônia.

O monitoramento de correspondências recebidas de outros países, e da circulação de livros, jornais e panfletos (Quadro 15) estava alinhado com a preocupação na disseminação e uso de informações no ambiente da UFES. Muitos livros foram proibidos de circular no Brasil (ordens vindas diretamente do Ministério da Justiça, como vimos anteriormente), e por serem considerados materiais contrários à moral e aos bons costumes do governo militar. Panfletos, jornais e correspondências estrangeiras (principalmente de países alinhados com a URSS) que circulavam na universidade também eram alvo do levantamento de informações sistemático da AESI/ASI da UFES. Inferimos que a ideia era garantir a manutenção e o fortalecimento do regime de informação dominante no governo militar.

No último Quadro de sistematização dos ofícios por assunto (Quadro 16) temos os comunicados gerais, como: uma autorização de convênio com a organização Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM), comunicados sobre legislações vigentes (como o Decreto nº 79.099/77 que Aprova o Regulamento para

Salvaguarda de Assuntos Sigilosos, e a Lei 5.700/71 que Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências). Esses dispositivos serviam como regras de manutenção do poder do governo militar. Nesse Quadro 16 foi ainda incluído um ofício que responde a questionamentos do CA/UFES.

Conforme demonstrado e discutido, as ações de informação da AESI/ASI da UFES estavam voltadas para toda a comunidade acadêmica, em especial para os docentes e discentes. A maior parte dos ofícios da AESI/ASI da UFES em nosso conjunto documental estava direcionada à atuação dos estudantes da universidade no movimento estudantil. Podemos refletir a resistência dos estudantes pelo entendimento de ações de informação, que nesse sentido

[...] tanto podem orientar-se à reprodução quanto à mudança dos regimes de informação que direcionam o fluxo e distribuição de informação entre sujeitos, áreas do conhecimento, atividades e regiões (González de Gómez, 2003, p. 33).

A análise dos documentos produzidos e enviados pela AESI/ASI da UFES demonstra que as ações de informação desse órgão estavam orientadas por um regime de informação caracterizado pelo controle e vigilância da produção, disseminação e uso da informação no ambiente universitário, seja por meio dos artefatos de informação disponíveis à época (panfletos, jornais, livros, correspondências de países alinhados com os ideais da URSS), ou pelos atores sociais que eram considerados subversivos, pois estavam em desacordo com os ideais da moral e dos bons costumes do regime de informação vigente. Essa cultura da repressão está presente nos dispositivos que trazem diretrizes para o exercício de poder na UFES (Decretos, Leis, Recomendações/Solicitações da AESI/ASI da UFES, entre outros).

A análise da interação dos elementos do regime de informação nas práticas documentárias da AESI/ASI da UFES também representa um exercício de poder sobre a construção de memórias coletivas. Esse entendimento parte da concepção de regime de memória, que seria o processo que engloba as práticas sociais, dispositivos, instituições e discursos que uma sociedade utiliza para gerenciar, preservar e interpretar suas memórias coletivas. Esse arcabouço nos permitiu refletir de maneira crítica sobre como a memória é construída e como ela impacta a identidade coletiva, além de orientar as potencialidades para representações do passado no tempo presente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar sobre os documentos tratados nessa pesquisa, no momento de sua produção, refletimos no poder do documento ao atingir as práticas sociais da comunidade acadêmica pelas ações de informação da AESI/ASI da UFES. E no tempo presente podemos deslocar essa reflexão para as potencialidades de estudo, reflexão, investigação e de construção de memórias através dessa documentação. Dessa maneira, compreendemos a agência do documento, que de acordo com Frohmann (2012), seria o poder do documento afetar a sociedade. Dessa forma, esta pesquisa se apresenta como uma dissertação que surge a partir dos efeitos de informação através da agência dos documentos da AESI/ASI da UFES, recuperados pelos trabalhos da CVUFES.

Identificar os elementos do regime de informação dominante ao qual se estabelecia a atuação da AESI/ASI da UFES revela as camadas de poder subjacentes às práticas documentárias desse órgão. Em nosso percurso de pesquisa, ao compreender a emergência de certos regimes de memória, trazemos para nossa reflexão as disputas do que é lembrado ou esquecido. Esse não é um processo neutro, mas sim uma construção social, que entendemos estar inserida nas políticas de informação, por fatores culturais, políticos e econômicos.

O modelo teórico e analítico de regime de informação, operacionalizado nessa pesquisa para análise das práticas documentárias da AESI/ASI da UFES, evidencia as potencialidades para novos estudos, interpretações e investigações pelos documentos desse órgão, tanto pelo viés da Ciência da Informação quanto da Memória Social. Nesse ponto verificamos a plasticidade do uso do modelo de regime de informação para análises em diferentes contextos, pois permite realocações com outros conceitos, ambientes e inferências.

Portanto, compreendemos que os estudos analíticos pelo modelo de regime de informação de González de Gómez (1999, 2002, 2012b) e os aspectos de memória podem ser instrumentos poderosos nas representações do passado, e para a concepção de memórias coletivas. Refletir acerca dessas dinâmicas possibilita entender as complexas interações entre informação, memória e poder, promover uma abordagem crítica e consciente de políticas informacionais e de memória que se estabelecem, seja no passado ou no tempo presente.

Desse modo, nossos resultados apontam que a atuação da AESI/ASI na UFES

estava profundamente alinhada com o regime de informação dominante nos órgãos do governo militar brasileiro. Essa assessoria desempenhou um papel importante dentro do Serviço Nacional de Informações, agindo no monitoramento e controle das atividades acadêmicas e sociais na UFES, reforçando a repressão e a constante vigilância da vida na universidade.

E para além dos estudos de políticas de informação e de memória, podemos pensar ainda nos impactos das práticas da AESI/ASI da UFES nos processos educacionais da universidade. Alguns questionamentos nos vêm à tona: 1) Quais seriam as consequências das práticas documentárias da AESI/ASI da UFES na dinâmica de ensino e na produção de conhecimento durante sua atuação na UFES?; 2) Como a constante vigilância e a restrição à circulação de informações e materiais (livros, jornais, panfletos) impostas pela AESI/ASI da UFES impactaram o desenvolvimento crítico e intelectual dos alunos durante o processo de aprendizagem?; 3) Em que medida a atuação da AESI/ASI da UFES contribuiu para a construção de uma cultura de medo e silenciamentos entre os membros da comunidade acadêmica, e quais foram os efeitos disso nos processos educacionais?

Para a comunidade acadêmica — estudantes, professores e técnicos-administrativos — a visibilidade das atividades da AESI/ASI da UFES trouxe à tona memórias traumáticas de repressão e vigilância, vividas no ambiente universitário, e muitas dessas estão detalhadas nos testemunhos concedidos à CVUFES em seu Relatório Final (Fagundes, 2016)

Os impactos da atuação da AESI/ASI da UFES na vida universitária são multifacetados. Através dessa pesquisa, foi possível identificar as diversas camadas de influência que esses órgãos de vigilância exerceram sobre a comunidade acadêmica, revelando um cenário de repressão e controle. A compreensão dessas dinâmicas é fundamental, não apenas para a construção de uma narrativa histórica mais precisa, mas também para fomentar debates sobre as políticas informacionais e de memória que moldam as práticas educacionais contemporâneas. Assim, entendemos que esta pesquisa contribui para a reflexão crítica sobre a agência do documento e das práticas documentárias no fortalecimento de regimes de informação e de poder, ao mesmo tempo em que aponta caminhos para novas investigações sobre as interseções entre Ciência da Informação e Memória; além de apresentar como produto as descrições desses documentos (APÊNDICE A) que podem ser utilizadas por outros pesquisadores no futuro.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários a ditadura militar. *In: XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Anais [...]*. Florianópolis, 2015. Disponível em: http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457635923_ARQUIVO_Dinorah_Rubim.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.
- ALVES, Thiara dos Santos; BEZERRA, Arthur Coelho. Informação, política e poder: 20 anos do conceito de “regime de informação” em Maria Nélida González de Gómez. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 20, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/viewPaper/1086>. Acesso em: 20 jan. 2023.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O que é ciência da informação**. Belo Horizonte: KMA, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: Lisboa: Edições 70, 2002.
- BEZERRA, Emy Pôrto. *et. al.* Regime de informação: abordagens conceituais e aplicações práticas. **Em Questão**, v. 22, n. 2, p. 60-86, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/57935/0>. Acesso em: 24 jan. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habituse de campo. *In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 59-73.
- BORGIO, Ivantir Antonio. **UFES: 40 anos de história**. 2. ed. Vitória: EDUFES, 2014.
- BRAMAN, Sandra. **Change of state**: information, policy, and power. Cambridge, MA: The Mit Press, 2006.
- BRAMAN, Sandra. Defining information policy. **Journal of information policy**, v. 1, p.1-5, 2011. Disponível em: <https://scholarlypublishingcollective.org/psup/information-policy/article/doi/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001/314313/Defining-Information-Policy>. Acesso em: 5 fev. 2023.
- BRAMAN, Sandra. The emergent global information policy regime. *In: BRAMAN, Sandra. (Ed.). The emergent global information policy regime*. New York: Palgrave Macmillan, 2004. p.12-37.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: volume 1, Brasília, DF, p. 1-976, 2014. Disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 08 jan. 2023.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 477, de 26 de Fevereiro de 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. **Diário**

Oficial da União, seção 1, 26 fev. 1969. p. 1706. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 24 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 60.940, de 4 de julho de 1967. Transforma em Divisão de Segurança e Informações as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Cíveis e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, 5 jul. 1967. p. 7117. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 63.577, de 8 de novembro de 1968. Fixa a nova estrutura da Universidade Federal do Espírito Santo. **Diário Oficial da União**, seção 1, 13 nov. 1968. p. 9897. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63577-8-novembro-1968-405276-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. Decreto nº 79.099, de 6 de janeiro de 1977. Aprova o regulamento para salvaguarda de assuntos sigilosos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 de setembro 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d79099.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961. Cria a Universidade do Espírito Santo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 jan. 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3868.htm. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 5.700, de 1 de setembro de 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 de setembro de 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Edição extra, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 08 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. **Diário Oficial da União**, Edição extra, 18 nov. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm, Acesso em: 08 fev. 2023.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2003. Disponível em:

http://www.capurro.de/enancib_p.htm. Acesso em: 14 fev. 2023.

CARNEIRO, Maria Luzia Tucci. **Livros proibidos, idéias malditas**: o DEOPS e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade: Arquivo do Estado/SEC, 1997.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Da monumentalização do passado às Comissões da Verdade: história e memória da Ditadura Militar no Estado do Espírito Santo. *In: A Ditadura fora do eixo*. DUARTE, Ana Rita Fonteles; JOFFILY, Mariana; ALMEIDA, Anderson; GOMES, Paulo César. FAGUNDES, Pedro Ernesto. Serra/ES: Identidade Editorial, 2024 – Coleção Passado Recente. (no prelo).

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Memórias silenciadas**: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo- DOPS/ES (1930-1985). Vitória: GM Editora: APEES, 2012.

FAGUNDES, Pedro Ernesto (coord.). **Relatório final da Comissão da Verdade**. Vitória: UFES/Supeec, 2016. Disponível em: <https://repositorio.UFES.br/server/api/core/bitstreams/fbf1f3bb-b845-4608-8d12-a1215742134e/content>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n. 10, jul./dez. 2013, p. 295-316. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/2175180305102013295/2845>. Acesso em: 20 dez. 2022.

FAGUNDES, Pedro Ernesto, ANGELO, Vitor Amorim. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. *In: FAGUNDES, Pedro Ernesto; OLIVEIRA, Ueber José de; ANGELO, Vitor Amorim de (Orgs). O Estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014. p. 172-195.

FERRANDO, Thays Lacerda; FREITAS, Lídia Silva de. Documento e dispositivo: entre Bernd Frohmann e Michel Foucault. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 18, 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Unesp, 2017. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XVIII_ENANCIB/ENANCIB/paper/view/542. Acesso em: 01 jan. 2023.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Record, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Revista Morpheus-Estudos Interdisciplinares em Memória Social**, v. 8, n. 14, 2012. Disponível em: <http://seer.unirio.br/morpheus/article/view/4828>. Acesso em: 09 jan. 2023.

FROHMANN, Bernd. Documentation, materiality, and autonomous agency of documentation. In: SKARE, Roswitha, LUND, Nils Windfeld, VARHEIN, Andreas (Eds.). **A Document (Re)Turn**: contributions from a research field in transition. Nova York: Peter Lang, 2007.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariangela Snotti Lones (Org.), et al. **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Fundepe, p. 19-34, 2008.

FROHMANN, B. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE / ASSOCIATION CANADIENNE DES SCIENCES DE L'INFORMATION, 23, 1995, Edmonton. **Electronic proceedings [...]**. 15 p. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.517.5320&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GOMES, Rogerio. Análise e apresentação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 72-95.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As ciências sociais e as questões da informação. **Morpheus**, v. 8, n. 14, p. 18-37, 2012a. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4832/4322>. Acesso em: 7 jan. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, vol.5, no 2., 1999; p. 7- 1999. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/126/1/GomezInformare1999.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a pós-graduação na área: anotações para uma reflexão.

Transinformação, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/FwJWGzhN77SSYWNqWHyYgw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2024.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975>. Acesso em: 5 fev. 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, v. 22, n. 3, 2012b. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/repositorio/2015/12/pdf_3c42553162_0000011948.pdf. Acesso em: 10 fev 2023.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.; CHICANEL, M. A mudança de regimes de informação e as variações tecnológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO ENANCIB, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANCIB, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/180486>. Acesso em: 01 nov. 2022

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de: Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, c1990.

JATORNO, Edma. **Regime de informação em contexto organizacional**: a representatividade dos artefatos à luz da sociomaterialidade. Orientadora: Lucileide Andrade de Lima do Nascimento. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <https://cienciadainformacao.UFES.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/detalhes-da-tese?id=16916>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. USA: Oxford University Press. 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas em pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento?. **Revista Memória em Rede**, v. 2, n. 3, p. 13-25, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9545>. Acesso em: 5 abr. 2024.

MICHEL, Johann. **Devenir descendant d'esclave**: enquête sur les régime mémoriels. Presses Universitaires de Rennes, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/books.pur.72854>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MINAYO, Marília Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 9-28.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura políticabrasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi: as Assessorias de Segurança e Informações das universidades. **Topoi**. Rio de Janeiro, v.9, n. 16, jan./jun. 2008. p. 30-67. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi16/topoi16a2.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

MÜLLER, Angélica; FAGUNDES, Pedro Ernesto. O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. **Ciência e Cultura**, v. 66, n. 4, p. 44-47, 2014. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252014000400014&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 jan. 2023.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, v. 8, n. 15, p. 9-45, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>. Acesso em: 8 jan. 2023.

NASCIMENTO, Lucileide Andrade de. Lima do. **Ambientes e fluxos de informação sobre café no Incaper**: uma análise sob a noção de regime de informação. Orientador: Emir José Suaiden. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós- graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19757/1/2015_LucileideAndradedeLimadoNascimento.pdf. Acesso em: 29 jan. 2023.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 12 abr. 2024.

ORTEGA, Cristina Dotta; SALDANHA, Gustavo Silva. A noção de documento no espaço-tempo da Ciência da Informação: críticas e pragmáticas de um conceito. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, número especial, p. 189-203, jan./mar. 2019. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/3920>. Acesso em: 21 dez. 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992. Disponível em: <https://www.ufpe.br/documents/40070/1837975/ABNT+NBR+6023+2018+%281%29.pdf/3021f721-5be8-4e6d-951b-fa354dc490ed>. Acesso em: 20 fev. 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>. Acesso em: 16 dez 2023.

ROUSSO, Henry. **The Vichy syndrome**: history and memory in France since 1944. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1991.

ROUSSO, Henry. Vichy, le grand fossé. **Vingtième Siècle**, v. 5, p. 55-80, 1985.

SANTOS, Carolina Julia Pinto dos; ANGELO, Vitor de. A construção da memória positiva da ditadura no Espírito Santo (1964/1985): o papel do empresariado. **Em Tese**, v. 16, n. 2, p. 67-82, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2019v16n2p67>. Acesso em: 13 fev. 2023.

SVAMPA, María Lucila. La historia entre la memoria y el olvido: un recorrido teórico. Pasado y Memoria. **Revista de Historia Contemporánea**, 20, 2020, p. 117-139. Disponível em: <https://pasadoymemoria.ua.es/article/view/2020-n20-la-historia-entre-la-memoria-y-el-olvido-un-recorrido-t>. Acesso em: 20 maio 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. **Portaria do reitor Reinaldo Centoducatte n. 478/2013**. Reitoria, Vitória, ES, 04 de março de 2013.

VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. **Revista anistia política e justiça de transição**, v. 1, p. 32-55, 2009. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r30625.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2022.

APÊNDICE A – Descrição das fontes selecionadas para a pesquisa

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1971	17/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 06/71	Sem assinatura.	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Ofício pedindo informações sobre jornais, panfletos, livros do vestibular e livros no diretório acadêmico.
CBM UFES	1971	23/08/1971	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/71	Faculdade de Medicina - UFES	Sem identificação	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 06/71 da AESI, informa a existência do jornal ASKLEPIOS, confeccionado pelo CA, e a venda de livros científicos nesse CA.
CBM UFES	1971	30/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 13/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita a relação dos alunos eleitos para nova diretoria do órgão representativo do corpo docente
CBM UFES	1971	30/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 26/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita dados relativos ao corpo docente admitido de janeiro de 1969 até a presente data.
CBM UFES	1971	31/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 34/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita relação do corpo docente sem vínculo empregatício com a Ufes, com as informações discriminadas.
CBM UFES	1971	05/10/1971	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 1053/71	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha a lista de docentes sem vínculo.
CT UFES	1971	31/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 35/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita relação do corpo docente sem vínculo empregatício com a Ufes, com as informações discriminadas.
CT UFES	1971	30/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 27/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita dados relativos ao corpo docente admitido de janeiro de 1969 até a presente data.
CT UFES	1971	11/09/1971	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n - confidencial	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha relação de docentes admitidos de 1969 até o momento.
CT UFES	1971	30/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 17/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita a relação dos alunos eleitos para nova diretoria do órgão representativo do corpo docente
CT UFES	1971	17/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 04/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Ofício pedindo informações sobre jornais, panfletos, livros do vestibular e livros no diretório acadêmico.
CT UFES	1971	20/08/1971	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n - confidencial	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 04/71-AESI, informa que não possuem conhecimento de jornais, panfletos e murais. E que no Diretório Acadêmico funciona uma Cooperativa para fornecimento de livros didáticos.
CA UFES	1971	15/09/1971	OFÍCIO	AESI	of. 43/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Ofício solicita dois exemplares de publicações que sejam feitas pelos Diretórios, ou qualquer outros, que apareçam nesta unidade.
CA UFES	1971	07/10/1971	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 157/71	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 43/71-AESI, envia em anexo, dois exemplares de uma publicação recente recebida pelo Diretório.
CA UFES	1971	31/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 36/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a lista de todos os docentes, com informações discriminadas (filiação, data e local de nascimento, residência, função atual)
CA UFES	1971	10/09/1971	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 137/71	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 36/71-AESI, informa que todos os componentes do Corpo Docente mantém vínculo com o Centro. Porém, ressalta a situação dos professores aprovados em recente concurso, cujos processos estão em andamento. Envia a lista e informações destes em anexo ao ofício 135/71.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CA UFES	1971	30/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 16/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a relação dos alunos eleitos para nova diretoria do órgão representativo do corpo docente
CA UFES	1971	10/09/1971	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 136/71	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 16/71-AESI, envia composição do Diretório Acadêmico do Centro.
CA UFES	1971	30/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 28/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita dados relativos ao corpo docente admitido de janeiro de 1969 até a presente data.
CA UFES	1971	09/09/1971	OFÍCIO	AESI	of. 46/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a lista de alunos matriculados na primeira série dessa unidade, entre os anos 1969, 1970, 1971.
CA UFES	1971	16/09/1971	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 141/71	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 46/71-AESI, encaminha a lista de alunos matriculados na primeira série dessa unidade, entre os anos 1969, 1970, 1971.
CA UFES	1971	17/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 02/71	Sem assinatura.	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Ofício pedindo informações sobre jornais, panfletos, livros do vestibular e livros no diretório acadêmico.
CA UFES	1971	20/08/1971	SEM IDENTIFICAÇÃO	CENTRO DE ARTES		Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Sem identificação			Documento grampeado com o ofício 02/71-AESI, que responde aos questionamentos nele contidos. 1- Diz que o Centro possui dois murais, sendo um utilizado para divulgação de notas e exames, e outro convites para palestras, festas, etc. Reitera que a colocação de cartazes depende de prévia autorização do Diretor. / 2- Não existem jornais, panfletos e murais confeccionados fora e distribuídos na Unidade; 3- Diz que o Centro recebe publicações do estrangeiro apenas de cunho estritamente artístico, e que são encaminhadas à Biblioteca; 4- Nenhum livro em especial é recomendado nos vestibulares; 5- Que o Diretório não realiza venda de livros.
CBM UFES	1971	23/08/1971	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/71 - confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Sem identificação	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 06/71-AESI, informa apenas o conhecimento do Jornal "ASKLEPIOS", confeccionado pelo Centro Acadêmico desta Faculdade; e que o Centro Acadêmico vende livros científicos, fornecidos pelo S.R.U. da UFES.
CBM UFES	1971	15/09/1971	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/71 - confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 18/71-AESI, envia relação dos alunos eleitos para nova diretoria do órgão representativo do corpo docente
CBM UFES	1971	20/09/1971	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 06/71 - confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 26/71-AESI, envia a listagem com dados relativos ao corpo docente admitido de janeiro de 1969 até a presente data.
CBM UFES	1971	09/09/1971	OFÍCIO	AESI	of. 47/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita a lista de alunos matriculados na primeira série dessa unidade, entre os anos 1969, 1970, 1971.
CBM UFES	1971	15/09/1971	OFÍCIO	AESI	of. 40/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico - UFES	Ofício solicita dois exemplares de publicações que sejam feitas pelos Diretórios, ou qualquer outros, que apareçam nesta unidade.
CT UFES	1971	31/08/1971	OFÍCIO	AESI	of. 35/71	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Solicita relação do corpo docente sem vínculo empregatício com a Ufes, com as informações discriminadas.
CBM UFES	1972	13/07/1972	OFÍCIO	AESI	of. 43/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico - UFES	Questiona se a Unidade mantém correspondência com organizações soviéticas, visando aquisição de material didático e cultural; se recebem outras publicações ou propagandas dessa mesma origem.
CBM UFES	1972	19/05/1972	OFÍCIO	AESI	of. 20/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita que, se houver alguma alteração nos membros do Diretório acadêmico, a AESI seja informada.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 09/72	Sem assinatura.	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Faculdade de Medicina - UFES de Arquivo	Solicita dados de estudantes que ingressaram nessa Unidade oriundos de: Minas Gerais, São Paulo e do Estado da Guanabara.
CBM UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 22/72	Sem assinatura.	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Faculdade de Medicina - UFES de Arquivo	Solicita informações "se nessa unidade existe algum servidor (professor ou funcionário) conhecido como comunista ou mesmo contra a revolução".
CBM UFES	1972	27/03/1972	OFÍCIO	AESI	of. 08/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que informem se o Diretório Acadêmico ou qualquer outro órgão da Unidade realiza venda de livros. Em caso positivo, solicita o <u>nome do livro e do autor</u> .
CBM UFES	1972	19/10/1972	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 07/72	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminhando cópia do ofício encaminhado ao presidente da Comissão de Festas de Formatura, sobre providências tomadas pela Unidade, nos termos do ofício AESI n. 60/72
CBM UFES	1972	26/07/1972	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 06/72	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 43/72, comunica que não possuem correspondência com organizações soviéticas e nem recebem material oriundo dessas.
CBM UFES	1972	07/06/1972	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 05/72	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha, em anexos (não presentes no documento) cópias da comunicação oriunda do Centro Acadêmico e os expedientes das providências tomadas pela Direção, referentes à Assembleia Geral realizada no dia 06/06/72, no anfiteatro do Depto. De Medicina, no Hospital das Clínicas, sem conhecimento e autorização desta Unidade, burlando a legislação vigente.
CBM UFES	1972	18/05/1972	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/72	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha um manifesto dos estudantes e abaixo pontua que a Direção da Unidade mantém contato com as representações estudantis.
CBM UFES	1972	03/10/1972	OFÍCIO	AESI	of. 60/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Ciente sobre a reunião da Comissão de Festas, onde os estudantes deliberaram prestar homenagem ao colega Júlio Prattes, preso em Ibiúna/SP; solicita que o Diretor cancele da formatura a citada homenagem.
CT UFES	1972	13/07/1972	OFÍCIO	AESI	of. 41/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Questiona se a Unidade mantém correspondência com organizações soviéticas, visando aquisição de material didático e cultural; se recebem outras publicações ou propagandas dessa mesma origem.
CT UFES	1972	15/06/1972	SOLICITAÇÃO	AESI		ALBERTO MONTEIRO - curso de informações				Informa que está realizando curso na Escola Superior de Guerra, representando a UFES, e que deve apresentar um trabalho sobre o assunto "Estudar a infiltração comunista na Universidade, concluindo sobre o grau de ameaça para a Segurança Nacional. Sugerir medidas para neutralizar essa infiltração". Solicita cooperação do Diretor deste Centro para o referido trabalho.
CT UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 13/72				ESCOLA POLITÉCNICA DA UFES	Solicita dados de estudantes que ingressaram nessa Unidade oriundos de: Minas Gerais e São Paulo.
CT UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 21/72				ESCOLA POLITÉCNICA DA UFES	Solicita informações "se nessa unidade existe algum servidor (professor ou funcionário) conhecido como comunista ou mesmo contra a revolução".
CT UFES	1972	19/05/1972	OFÍCIO	AESI	of. 21/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita que, se houver alguma alteração nos membros do Diretório acadêmico, a AESI seja informada.
CT UFES	1972	27/03/1972	OFÍCIO	AESI	of. 13/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita que informem se o Diretório Acadêmico ou qualquer outro órgão da Unidade realiza venda de livros. Em caso positivo, solicita o <u>nome do livro e do autor</u> .

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CA UFES	1972	13/07/1972	OFÍCIO	AESI	of. 40/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Questiona se a Unidade mantém correspondência com organizações soviéticas, visando aquisição de material didático e cultural; se recebem outras publicações ou propagandas dessa mesma origem.
CA UFES	1972	19/05/1972	OFÍCIO	AESI	of. 22/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que, se houver alguma alteração nos membros do Diretório acadêmico, a AESI seja informada.
CA UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 12/72	Sem assinatura.	Sem identificação	Sem identificação	Escola de Belas Artes / Arquivo	Solicita dados de estudantes que ingressaram nessa Unidade oriundos de: Minas Gerais.
CA UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 20/72	Sem assinatura.	Sem identificação	Sem identificação	Escola de Belas Artes / Arquivo	Solicita informações "se nessa unidade existe algum servidor (professor ou funcionário) conhecido como comunista ou mesmo contra a revolução".
CA UFES	1972	04/04/1972	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 42/72	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia 13 panfletos encontrados no banheiro feminino da Unidade (panfletos não estão em anexo). Informa que outros panfletos do mesmo teor foram encontrados em outras unidades.
CA UFES	1972	27/03/1972	OFÍCIO	AESI	of. 10/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que informem se o Diretório Acadêmico ou qualquer outro órgão da Unidade realiza venda de livros. Em caso positivo, solicita o nome do livro e do autor.
CCJE UFES	1972	13/07/1972	OFÍCIO	AESI	of. 38/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Ademar Martins	Diretor da Faculdade de Direito - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Questiona se a Unidade mantém correspondência com organizações soviéticas, visando aquisição de material didático e cultural; se recebem outras publicações ou propagandas dessa mesma origem.
CCJE UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 16/72	Sem assinatura.			Faculdade de Direito - UFES	Solicita dados de estudantes que ingressaram nessa Unidade oriundos de: Estado do Guanabara e do Pará.
CCJE UFES	1972	04/05/1972	PEDIDO DE BUSCA	AESI	n. 18/72	Sem assinatura.			Faculdade de Direito - UFES	Solicita informações "se nessa unidade existe algum servidor (professor ou funcionário) conhecido como comunista ou mesmo contra a revolução".
CCJE UFES	1972	27/03/1972	OFÍCIO	AESI	of. 14/72	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Ademar Martins	Diretor da Faculdade de Direito - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que informem se o Diretório Acadêmico ou qualquer outro órgão da Unidade realiza venda de livros. Em caso positivo, solicita o nome do livro e do autor.
CBM UFES	1973	14/12/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 1071/73	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia os relatórios da Operação ACISO, e informa que os relatórios originais foram enviados ao Comandante do 38º Batalhão de Infantaria.
CBM UFES	1973	30/10/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 06/73 CONFIDENCIAL	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia o nome dos docentes que serão homenageados na colação de grau.
CBM UFES	1973	16/07/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 04/73 CONFIDENCIAL	Prof. Dr. João Luiz Horta Aguirre (Diretor provisório)	ALBERTO MONTEIRO	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que o aluno Carlos Henrique dos Santos Freire não cursa nem Medicina e nem Odontologia nessa Unidade.
CBM UFES	1973	24/05/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 03/73 CONFIDENCIAL	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa a quantidade de docentes da Unidade.
CBM UFES	1973	03/05/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/73 - CONFIDENCIAL	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa a lista de alunos com funções de monitoria.
CBM UFES	1973	03/05/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/73 CONFIDENCIAL	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que a Biblioteca do Centro não possui o livro "A revolta estudantil". Informa ainda que a biblioteca do Centro Acadêmico e as demais instalações encontram-se lacradas, por solicitação desta Assessoria.
CBM UFES	1973	08/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 128/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita a lista de homenageados na colação de grau e o cronograma da programação estabelecida pelos formandos.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1973	10/07/1973	OFÍCIO	AESI	of. 82/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Pergunta se " Carlos Henrique dos Santos Freire " foi ou é aluno dessa Unidade, e pedindo informações quanto ao comportamento e aplicação deste.
CBM UFES	1973	18/05/1973	OFÍCIO	AESI	of. 56/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita o número de docentes lotados neste Centro.
CBM UFES	1973	06/04/1973	OFÍCIO	AESI	of. 45/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita a relação nominal dos estudantes indicados para as funções de monitoria no corrente exercício.
CBM UFES	1973	13/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 29/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Diz que uma das metas das Organizações Comunistas é a união de todos os estudantes, através da dinamização dos Diretórios, de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Diz que essas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções dos Centros, e solicita que a assessoria seja comunicada, para que os órgãos responsáveis tomem as providências que se fizerem necessárias.
CBM UFES	1973	09/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 22/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que o Centro informe se a Biblioteca possui o livro "A revolta estudantil", de autoria de D. Cohn Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar e J. P. Duteinil, editora Laudes S/A, Rio de Janeiro. Em caso positivo, solicita que o livro seja recolhido e enviado a essa assessoria, pois o Exmo. Sr. Ministro de Justiça determinou a apreensão deste.
CBM UFES	1973	15/01/1973	OFÍCIO	AESI	of. 10/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que as chaves de todas as dependências do Diretório Acadêmico dessa Faculdade sejam recolhidas e entregues a esta assessoria.
CBM UFES	1973	05/09/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 05/73 CONFIDENCIAL	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia informações dos referidos alunos: Elizabeth Santos Madeira / Luiz Carlos Garcia Genelhu / Luzimar Nogueira Dias / Marcus Lira Brandão / Maria Magdalena Frechiani Lara Leite / Gustavo Pereira do Vale Neto / Marcelo Amorim Netto / Guilherme Lara Leite / Sebastião Lima Nascimento / Iran Caetano.
CBM UFES	1973	18/09/1973	OFÍCIO	AESI	of. 112/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Comunica que não existe nenhum impedimento para que a UFES venha a realizar convênio com a Sociedade Civil Bem- Estar Familiar (BEMFAM).
CT UFES	1973	28/11/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 904/73	Regner Reine Castello - Diretor do Centro Tecnológico	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia, conforme solicitação verbal, um exemplar do convite de formatura, entregue nesta direção pelo acadêmico Carlos Alberto Feitosa Perim.
CT UFES	1973	23/11/1973	OFÍCIO	AESI	of. 175/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita que as faltas dos estudantes listados sejam abonadas, pois eles irão participar do Torneio de Basquetebol Universitário Bandeira do Brasil, realizado pelo 1º Exército no Estado da Guanabara, em comemoração do Dia da Bandeira.
CT UFES	1973	16/11/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 888/73	Regner Reine Castello - Diretor do Centro Tecnológico	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 139/73, envia em anexo as folhas de frequência e ofícios fornecidos pelos Departamentos deste Centro para possibilitar a verificação dos alunos faltosos no período indicado.
CT UFES	1973	14/11/1973	OFÍCIO	AESI	of. 165/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Reitera a solicitação contida no of. AESI 139/73, de 30 de outubro de 1973,
CT UFES	1973	30/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 139/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita que envie a informação de quais alunos estão participando do Simpósio de Engenharia, de 28 de outubro a 06 de novembro do corrente ano; solicita ainda uma relação nominal de quais alunos não compareceram às aulas nesse mesmo período.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CT UFES	1973	08/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 130/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Solicita a lista de homenageados na colação de grau e o cronograma da programação estabelecida pelos formandos.
CT UFES	1973	14/11/1973	OFÍCIO	AESI	of. 156/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Reitera a urgência da solicitação contida no of. AESI 130/73, de 8 de outubro de 1973,
CT UFES	1973	04/10/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 801/73	Regner Reine Castello Diretor do Centro Tecnológico	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa a composição da segunda chapa de candidatos para o próximo pleito do Diretório Acadêmico "Dido Fontes".
CT UFES	1973	03/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 119/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Acusa o recebimento do ofício n. 796/73 deste Centro, de 03/10/1973, no qual envia os candidatos indicados que irão concorrer a chapa única para as próximas eleições do Diretório Acadêmico deste Centro. Comunica também que os nomes das chapas concorrentes devem chegar a esta assessoria com 15 dias de antecedência.
CT UFES	1973	31/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 139/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Solicita que os acadêmicos listados tenham ciência que foram selecionados para participar do Torneio de Basquetebol Bandeira do Brasil, a ser realizado no Estado da Guanabara. Pede para que eles compareçam nesta assessoria para serem orientados sobre os "pormenores do certame". São eles: Jamil Lefait Mansur, Marcos Antonio Tres, Carlos Danilo Freitas Valle, Luiz Mauro B. Schwarts.
CT UFES	1973	03/10/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 796/73	Regner Reine Castello Diretor do Centro Tecnológico	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia informações sobre os acadêmicos da chapa única das eleições do Diretório Acadêmico.
CT UFES	1973	12/09/1973	OFÍCIO	AESI	of. 106/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Dr. Regner Reine Castello	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Em resposta ao ofício n. 732/73 deste Centro, autoriza a palestra do Engenheiro Joel Santos Neves.
CT UFES	1973	04/09/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 711/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia o Curriculum Vitae do Engenheiro Jorge Neves Moll para a AESI.
CT UFES	1973	30/08/1973	OFÍCIO	AESI	of. 99/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	Solicita que providências sejam tomadas para que os componentes do Diretório Acadêmico deste Centro compareçam na AESI nesse dia, às 14h, uma vez que não compareceram no dia 27 do corrente, conforme solicitado.
CT UFES	1973	16/08/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que o Engenheiro Jorge Moll , da CIA Hansen Industrial, de Joinville, estará nesta capital nos dias 27-31 do corrente mês, a fim de ministrar curso para os alunos deste Centro, de natureza técnica.
CT UFES	1973	03/09/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	n. 710/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa a substituição de monitores, a partir de 01/09/1973: Afonso Claudio Benezath Cabral POR Elvino Antônio Sartório.
CT UFES	1973	29/08/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa a substituição da monitoria da disciplina Estruturas de Concreto I: Liege Ayub Lopes em substituição de Nilson Costa Roberty.
CT UFES	1973	10/08/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha o Programa da Semana de Engenharia proposto pelo Diretório Acadêmico deste Centro.
CT UFES	1973	08/08/1973	OFÍCIO	AESI	of. 94/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico - UFES	A fim de informar aos órgãos Superiores, solicita que o Diretor responda quais medidas foram tomadas por este Centro para atender o que se refere o ofício AESI n. 88/73, de 16/07/1973.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CT UFES	1973	16/07/1973	OFÍCIO	AESI	of. 88/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Relata que chegou ao "conhecimento desta assessoria a publicação de 1 jornal no Centro Tecnológico, intitulado "A Roda Dentada" (Órgão Oficial do "Diretório Acadêmico Dido Fontes" dos estudantes de Engenharia da UFES), e estando contra a legislação vigente (Lei n. 5.250 e outras), achando por bem ouvir todos os responsáveis pelo Diretório Acadêmico para sabermos quais os autores das publicações, onde apuramos a falta de responsabilidade total dos membros, conforme declarações anexas dos epígrafados".
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Mayer Roubach sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre quem editava as matérias, respondeu que não tinha conhecimento, pois apenas fazia parte da Associação Atlética do referido Centro.
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Luis Carlos Feitosa Perim sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre quem era o responsável e quem escreveu o editorial, respondeu que não tinha conhecimento. Apenas do texto "As cinco idades do engenheiro", que ele retirou de uma revista para que fosse publicado no referido jornal.
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Sebastião Luiz Bozzi sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre a responsabilidade de quem recebia a matéria, respondeu que não tinha conhecimento de quem coordenava e de quem redigia nenhuma delas. Relata a existência de uma gaveta, onde cada um colocava a matéria que queria para ser publicada. Ele ainda declara que ele e os estudantes Agostinho Ferreira Santos e Áureo Cola que rodaram no mimeógrafo o citado jornal.
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Maria Adélia Rodrigues Gomes sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionada sobre a publicação disse que é de responsabilidade de todos do Diretório, porém que não poderia indicar a autoria das notícias existentes, porque as "notícias e notas são colocadas pelos estudantes no arquivo que fica localizado perto da biblioteca do Diretório".

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Carlos Alberto Feitosa Perim sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre quem eram os responsáveis pela publicação respondeu: "Capa - respondeu negativamente; Página 2 - Editorial: alguns membros do Diretório, sendo ele um deles; Página 3 - O Grupo Universitário Capixaba foi o responsável; Página 4 - Um grupo de alunos que estagiam ou estagiaram na Prefeitura Municipal de Vila Velha; Página 7 - Biblioteca - Museu da Escola - os responsáveis foram alguns membros do Diretório; Página 8 - Tempo de Durrenmatt - o responsável foi o ator da peça "Diálogo noturno com um homem vil", apresentada no Carlos Gomes nos dias 16 e 17, não sabendo o nome do ator; Páginas 9 e 10 - Contradição - os responsáveis foram os membros do Diretório; Páginas 11, 12 e 13 respondeu negativamente; Página 14 - os responsáveis foram os membros do Diretório; Página 15 - foi transcrito de uma revista técnica levada por Luis Carlos Feitosa Perim ; Página 16 - Reforma - transcrito do trabalho "diagnóstico da Universidade Federal de Minas Gerais"; Página 17 - responsáveis foram os membros do Diretório; Páginas 18, 19 e 20 - Responsáveis foram os membros do Diretório e outros colaboradores. Disse as atribuições dele enquanto presidente do DA; e as atribuições de cada membro: José Armínio (vice-presidente do DA), Luiz Carlos Feitosa Perim (diretor do Depto. de Estágios), Maria Adélia Rodrigues Nunes (coordena a parte cultural), Nilson da Costa Roberty (representante do DCE, e segundo o declarante nada faz pelo DA), Sebastião Luis Bozzi (tesoureiro e trabalha no Depto. de Imprensa e Publicações do DA), Carlos Magno Serafim Girelli (Depto. de Alimentação).
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Carlos Magno Serafim Girelli sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre quem seriam os responsáveis pelo jornal disse não saber, e que as notícias são colocadas por qualquer pessoa ou aluno no fichário que fica na sala do Diretório Acadêmico.
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por Nilson Costa Roberty sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre quem seriam os responsáveis pelo jornal disse não saber, e que só colabora com o DA na CEDENG (Cooperativa dos Estudantes de Engenharia), e que há mais de um mês não colabora com mais nada.
CT UFES	1973	25/06/1973	TERMO DE DECLARAÇÃO	AESI						Declaração dada por José Armínio Ferreira sobre o Jornal "A Roda Dentada", do Diretório Acadêmico do Centro de Tecnologia da UFES. Questionado sobre quem seriam os responsáveis pelo jornal disse não saber, disse que as atividades que os membros desenvolvem no DA são as específicas de cada um, e que Nilson Costa Roberty foi eleito como representante do DCE, mas que essa representação não existe, tendo ele ficado sem função específica, e que não colabora há um tempo com o DA por motivo de um desentendimento com o Presidente do DA.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CT UFES	1973	13/08/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	1. Relata que assim que tiveram conhecimento da publicação do Boletim Acadêmico enviaram para esta assessoria / 2. Após o conhecimento do of. 88/73 solicitaram que o Diretório Acadêmico que todos os artigos constantes na publicação tenham assinatura, a fim que seja possível apurar as responsabilidades quando necessário.
CT UFES	1973	07/08/1973	OFÍCIO	AESI	of. 93/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Acusa o recebimento do ofício 609/73, e solicita nome do professor, qualificação, filiação e outros dados, na medida do possível.
CT UFES	1973	26/07/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 609/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia cópia do of. 50/73 do Chefe do Depto. de Engenharia Mecânica e Elétrica, "sobre a realização de curso extracurricular a ser ministrado por técnico estranho ao nosso quadro de pessoal docente".
CT UFES	1973	28/08/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 689/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha nome, filiação e data de nascimeto dos engenheiros que virão ministrar o curso sobre "Tratamento de Superfície" neste Centro, patrocinado pela firma Cascadura Industrial e Mercantil LTDA.
CT UFES	1973	18/07/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 579/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa os candidatos para as eleições do Diretório Acadêmico do referido Centro, por Departamento. Cita a Resolução 9/73 do Conselho Universitário.
CT UFES	1973	10/07/1973	OFÍCIO	AESI	of. 80/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Pergunta se " Carlos Henrique dos Santos Freire " foi ou é aluno dessa Unidade, e pedindo informações quanto ao comportamento e aplicação deste.
CT UFES	1973	s/d julho de 1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que o aluno " Carlos Henrique dos Santos Freire " não é e não foi aluno em qualquer época deste Centro.
CT UFES	1973	29/06/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	s/n	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que o Centro aceitou a colaboração do Engenheiro Marco Aurélio Fagundes Albernaz , sem vínculo empregatício, para lecionar a disciplina Pesquisa Operacional I, no Depto. de Engenharia Industrial.
CT UFES	1973	22/06/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 504/73	Eliete Rosa Machado Secretária do Centro Tecnológico	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Encaminha, por ordem do Sr. Diretor, 3 exemplares de "A Roda Dentada", publicação oficial do Diretório Acadêmico "Dido Fontes", deste Centro.
CT UFES	1973	18/05/1973	OFÍCIO	AESI	of. 58/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita o número de docentes lotados neste Centro.
CT UFES	1973	25/05/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 430/73	Elio de Almeida Viana - Diretor do Centro Tecnológico da UFES (em exercício)	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa o número de docentes lotados neste Centro.
CT UFES	1973	26/04/1973	OFÍCIO	AESI	of. 53/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Em resposta ao ofício 332/73 deste Centro, comunica que é de responsabilidade direta dos diretores as atividades da área de suas unidades. Sugere que seria prudente solicitar ao presidente do Diretório Acadêmico as programações antecipadas, "bem como os números a serem ensaiados nos dias estabelecidos, conforme consta no Ofício n. 23/73 do Presidente do mesmo Diretório".
CT UFES	1973	06/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 48/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Solicita a relação nominal dos estudantes indicados para as funções de monitoria no corrente exercício.
CT UFES	1973	18/06/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 493/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em aditamento do of. 457/73, informa a lista de alunos com funções de monitoria.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CT UFES	1973	27/04/1973	OFÍCIO	CENTRO TECNOLÓGICO	of. 457/73	Nelson Goulart Monteiro Filho - Diretor do Centro Tecnológico da UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa a lista de alunos com funções de monitoria.
CT UFES	1973	13/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 34/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Nelson Goulart Monteiro Filho	Diretor do Centro Tecnológico - UFES	Centro Tecnológico UFES	Diz que uma das metas das Organizações Comunistas é a união de todos os estudantes, através da dinamização dos Diretórios, de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Diz que essas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções dos Centros, e solicita que a assessoria seja comunicada, para que os órgãos responsáveis tomem as providências que se fizerem necessárias.
CA UFES	1973	30/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 138/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que o Centro encaminhe uma relação de alunos que faltaram as aulas entre 29/10 a 08/11 do corrente ano.
CA UFES	1973	14/11/1973	OFÍCIO	AESI	of. 164/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Reitera a urgência da solicitação contida no of. AESI 138/73, de 30 de outubro de 1973,
CA UFES	1973	20/11/1973	OFÍCIO	CENTRO ARTES DE	of. 213/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 138/73, encaminha a relação de alunos que faltaram as aulas nos Deptos. Desde Centro entre 29/10 e 08/11.
CA UFES	1973	08/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 125/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a lista de homenageados na colação de grau e o cronograma da programação estabelecida pelos formandos.
CA UFES	1973	04/09/1973	OFÍCIO	CENTRO ARTES DE	of. 159/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Comunica que as alunas Marivani Lacerda da Costa e Ana Cristina Cavalcanti Mainardi , do curso de Artes Plásticas, solicitaram registro de suas candidaturas a representante do corpo discente no Conselho Departamental deste Centro.
CA UFES	1973	24/07/1973	OFÍCIO	CENTRO ARTES DE	of. 137/73	Prof. José Vianna Belesa - Vice-Diretor Centro de Artes UFES (em exercício)	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que o aluno Carlos Henrique dos Santos Freire não é e não foi aluno em qualquer época deste Centro.
CA UFES	1973	10/07/1973	OFÍCIO	AESI	of. 81/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Pergunta se " Carlos Henrique dos Santos Freire " foi ou é aluno dessa Unidade, e pedindo informações quanto ao comportamento e aplicação deste.
CA UFES	1973	07/06/1973	OFÍCIO	CENTRO ARTES DE	of. 100/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que nos próximos dias 21 e 22 do corrente mês, acontecerão duas conferências a serem proferidas pelo Prof. Carlos de Queiroz Duarte . Submete o nome deste professor para aprovação prévia.
CA UFES	1973	18/05/1973	OFÍCIO	AESI	of. 61/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita o número de docentes lotados neste Centro.
CA UFES	1973	24/05/1973	OFÍCIO	CENTRO ARTES DE	of. 90/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Atendendo a solicitação, informa o número de docentes.
CA UFES	1973	06/04/1973	OFÍCIO	AESI	of. 49/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a relação nominal dos estudantes indicados para as funções de monitoria no corrente exercício.
CA UFES	1973	04/04/1973	OFÍCIO	CENTRO ARTES DE	of. 50/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Comunica as candidaturas para a representação estudantil nos Departamentos deste Centro.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CA UFES	1973	13/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 32/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Diz que uma das metas das Organizações Comunistas é a união de todos os estudantes, através da dinamização dos Diretórios, de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Diz que essas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções dos Centros, e solicita que a assessoria seja comunicada, para que os órgãos responsáveis tomem as providências que se fizerem necessárias.
CA UFES	1973	09/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 24/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que o Centro informe se a Biblioteca possui o livro "A revolta estudantil", de autoria de D. Cohn Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar e J. P. Duteinil, editora Laudes S/A, Rio de Janeiro. Em caso positivo, solicita que o livro seja recolhido e enviado a essa assessoria, pois o Exmo. Sr. Ministro de Justiça determinou a apreensão deste.
CA UFES	1973	19/03/1973	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 38/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Atendendo solicitação do ofício AESI 24/73, dizendo que o Diretório Acadêmico foi inspecionado e não foi encontrado o livro "A revolta estudantil". Relata também que o acervo deste Centro foi transferido para a Biblioteca Central.
CA UFES	1973	14/02/1973	OFÍCIO	AESI	of. 15/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita toda informação referente ao Professor João Vicente Felisberto de Souza , quanto ao conceito, regime funcional e carga horária.
CA UFES	1973	22/02/1973	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 22/73	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia informações sobre o professor João Vicente Felisberto de Souza
CCJE UFES	1973	08/10/1973	OFÍCIO	AESI	of. 126/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita a lista de homenageados na colação de grau e o cronograma da programação estabelecida pelos formandos.
CCJE UFES	1973	09/11/1973	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 495/73	Anna Angelica Barbosa Cabra - Secretária CCJE - UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia o nome dos docentes que serão homenageados na colação de grau.
CCJE UFES	1973	10/07/1973	OFÍCIO	AESI	of. 84/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Pergunta se " Carlos Henrique dos Santos Freire " foi ou é aluno dessa Unidade, e pedindo informações quanto ao comportamento e aplicação deste.
CCJE UFES	1973	17/07/1973	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 346/73	Anna Angelica Barbosa Cabra - Secretária CCJE - UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que o aluno Carlos Henrique dos Santos Freire não é e não foi aluno em qualquer época deste Centro.
CCJE UFES	1973	18/05/1973	OFÍCIO	AESI	of. 59/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita o número de docentes lotados neste Centro.
CCJE UFES	1973	06/04/1973	OFÍCIO	AESI	of. 46/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita a relação nominal dos estudantes indicados para as funções de monitoria no corrente exercício.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CCJE UFES	1973	09/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 23/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que o Centro informe se a Biblioteca possui o livro "A revolta estudantil", de autoria de D. Cohn Bendit, J. Sauvageot, A. Geismar e J. P. Duteinil, editora Laudes S/A, Rio de Janeiro. Em caso positivo, solicita que o livro seja recolhido e enviado a essa assessoria, pois o Exmo. Sr. Ministro de Justiça determinou a apreensão deste.
CCJE UFES	1973	13/03/1973	OFÍCIO	AESI	of. 30/73	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Diz que uma das metas das Organizações Comunistas é a união de todos os estudantes, através da dinamização dos Diretórios, de encontros regionais, formação de grupos culturais, etc. Diz que essas reuniões não devem ser proibidas, mas sim autorizadas e observadas pelas direções dos Centros, e solicita que a assessoria seja comunicada, para que os órgãos responsáveis tomem as providências que se fizerem necessárias.
CBM UFES	1974	s/d dezembro/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 09/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em aditamento ao nosso of. 08/74, envia os discursos a serem proferidos na colação de grau do curso e Odontologia, pelo Prof. Fernando Musso e pelo acadêmico Nilton Emerick Oliveira .
CBM UFES	1974	03/12/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 08/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia os discursos a serem proferidos na colação de grau do curso médico, pelo Prof. João Luiz de Aquino Carneiro e pelo acadêmico Lauro Monteiro Vasconcelos .
CBM UFES	1974	03/12/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 07/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em aditamento ao of. 05/74-AESI, relaciona o programa e os nomes dos homenageados referentes à formatura do Curso de Odontologia.
CBM UFES	1974	03/12/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 06/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 228/74-AESI, comunica que a Biblioteca não possui a obra "Kin Il Sug - Obras Escogidas".
CBM UFES	1974	s/d novembro/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 05/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Relaciona o programa e os nomes dos homenageados referentes à formatura do Curso Médico deste Centro.
CBM UFES	1974	21/11/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 04/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 217/74-AESI, comunica que a Biblioteca não possui quaisquer livros relacionados no expediente em referência.
CBM UFES	1974	30/08/1973	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 03/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 86/74-AESI, relaciona o nome dos docentes, horário, e as disciplinas que ministram nos departamentos do Centro.
CBM UFES	1974	21/06/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/74	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 127/74-AESI, envia em anexo relação nominal dos professores, por departamentos e atividades neste Centro.
CBM UFES	1974	13/03/1974	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/74 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 54/74-AESI, comunica que o Sr. Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco não se encontram matriculados neste Centro.
CBM UFES	1974	03/12/1974	OFÍCIO	AESI	of. 236/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que este Centro envie os discursos do paraninfo e orador da turma que formará no corrente ano.
CBM UFES	1974	29/11/1974	OFÍCIO	AESI	of. 228/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que as providências sejam tomadas no sentido de "apreender e encaminhar" a esta assessoria a obra "KIM IL SUNG - OBRAS ESCOGIDAS", caso encontrada na Biblioteca.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1974	18/11/1974	OFÍCIO	AESI	of. 217/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Comunica que o Ministro da Justiça proibiu a circulação dos livros, pois ferem a moral e os bons costumes: Silken Idol, de Robert Moore; All juiced up, de Verônica King; Jeff's trade, de Roger St. Clair; Cruise Ship, de Py Jay Geene. Solicita que verifique se a Biblioteca possui alguma das citadas obras, e em caso positivo, que sejam encaminhadas a esta assessoria, para cumprimento de determinações superiores.
CBM UFES	1974	26/09/1974	OFÍCIO	AESI	of. 193/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Comunica nada consta nesta assessoria que desabone a conduta do estudante Emílio Mameri Neto , candidato a representante dos órgãos colegiados deste Centro.
CBM UFES	1974	11/06/1974	OFÍCIO	AESI	of. 127/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita envio de relação nominal dos professores, por departamento, em atividade deste Centro.
CBM UFES	1974	05/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 80/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Comunica, para adoção das providências cabíveis, que o Ministério da Educação e Cultura, em poder desta Assessoria, a pena prevista no Decreto-Lei nº 477/69 (desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos) dos seguintes estudantes: Marcelo Amorim Netto (Centro Biomédico); Adriano Sisternas (Centro Tecnológico); Gustavo Pereira do Vale Neto (Centro Biomédico); Jorge Luiz de Souza (concluente de Economia); Ange4la Milanez Caetano (Centro de Estudos Gerais); Iran Caetano (Centro Biomédico); José Willian Sarandy (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas).
CBM UFES	1974	25/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 86/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Após tomar conhecimento que muitos professores da UFES não cumprem seus horários de maneira correta, principalmente os de regime de tempo integral. solicita uma relação com disciplinas / departamentos e horários que os professores do citado regime de trabalho lecionam neste Centro.
CBM UFES	1974	02/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 64/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que seja informado, com urgência, se já está elaborada a prestação de contas das taxas arrecadadas pela Comissão de Trote deste Centro.
CBM UFES	1974	11/03/1974	OFÍCIO	AESI	of. 54/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que seja informado a essa assessoria se os alunos Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco estão matriculados neste Centro.
CBM UFES	1974	22/01/1974	OFÍCIO	AESI	of. 27/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Zanandréa Benito	Diretor da Faculdade de Medicina - UFES	Centro Biomédico UFES	Informa que os alunos Gustavo Ferreira do Vale Neto e Marcelo Amorim Netto não poderão matricular-se esse Centro, até decisão do Exmo. Ministro de Educação e Cultura, pois foram indiciados por crime previsto pelo Decreto- Lei 477/69.
CA UFES	1974	03/12/1974	OFÍCIO	AESI	of. 234/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que este Centro envie os discursos do paraninfo e orador da turma que formará no corrente ano.
CA UFES	1974	29/11/1974	OFÍCIO	AESI	of. 223/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que as providências sejam tomadas no sentido de "apreender e encaminhar" a esta assessoria a obra "KIM IL SUNG - OBRAS ESCOGIDAS", caso encontrada na Biblioteca.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CA UFES	1974	18/11/1974	OFÍCIO	AESI	of. 215/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Comunica que o Ministro da Justiça proibiu a circulação dos livros, pois ferem a moral e os bons costumes: Silken Idol, de Robert Moore; All juced up, de Verônica King; Jeff's trade, de Roger St. Clair; Cruise Ship, de Py Jay Geene. Solicita que verifique se a Biblioteca possui alguma das citadas obras, e em caso positivo, que sejam encaminhadas a esta assessoria, para cumprimento de determinações superiores.
CA UFES	1974	19/08/1974	OFÍCIO	AESI	of. 157/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Informa que todas as alunas contidas no ofício nº 170/74 - CAR poderão se candidatar a representantes do corpo discente deste Centro.
CA UFES	1974	11/06/1974	OFÍCIO	AESI	of. 124/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que seja enviado, com urgência, relação nominal dos professores, por departamentos, em atividade neste Centro.
CA UFES	1974	25/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 88/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Após tomar conhecimento que muitos professores da UFES não cumprem seus horários de maneira correta, principalmente os de regime de tempo integral, solicita uma relação com disciplinas / departamentos e horários que os professores do citado regime de trabalho lecionam neste Centro.
CA UFES	1974	05/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 79/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Comunica, para adoção das providências cabíveis, que o Ministério da Educação e Cultura, em poder desta Assessoria, a pena prevista no Decreto-Lei nº 477/69 (desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos) dos seguintes estudantes: Marcelo Amorim Netto (Centro Biomédico); Adriano Sisternas (Centro Tecnológico); Gustavo Pereira do Vale Neto (Centro Biomédico); Jorge Luiz de Souza (concluinte de Economia); Ange4la Milanez Caetano (Centro de Estudos Gerais); Iran Caetano (Centro Biomédico); José Willian Sarandy (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas).
CA UFES	1974	02/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 65/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que seja informado, com urgência, se já está elaborada a prestação de contas das taxas arrecadadas pela Comissão de Trote deste Centro.
CA UFES	1974	11/03/1974	OFÍCIO	AESI	of. 50/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que seja informado a essa assessoria se os alunos Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco estão matriculados neste Centro.
CA UFES	1974	12/03/1974	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 59/74	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 59/74-AESI, comunica que o Sr. Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco não se encontram matriculados neste Centro.
CA UFES	1974	04/04/1974	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 78/74	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 65/74-AESI, informa que desconhecem a existência de Comissão de Trote neste Centro.
CA UFES	1974	06/04/1974	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 136/74	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 88/74-AESI, envia em anexo, encaminha as relações fornecidas pelo departamentos do Centro.
CCJE UFES	1974	16/08/1974	OFÍCIO	AESI	of. 156/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita informação se Ewerton Montenegro Guimarães é aluno deste Centro, e caso afirmativo, pede que informe qual ano e curso ele frequenta.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CCJE UFES	1974	26/06/1974	OFÍCIO	AESI	of. 131/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita a informação se o acadêmico Djalma Pompeu Filho requereu transferência desse Centro. Em caso negativo, solicita que, se for pedida a transferência, que essa assessoria seja comunicada imediatamente.
CCJE UFES	1974	11/06/1974	OFÍCIO	AESI	of. 125/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que seja enviado, com urgência, relação nominal dos professores, por departamentos, em atividade neste Centro.
CCJE UFES	1974	05/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 82/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Comunica, para adoção das providências cabíveis, que o Ministério da Educação e Cultura, em poder desta Assessoria, a pena prevista no Decreto-Lei nº 477/69 (desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino, pelo prazo de três anos) dos seguintes estudantes: Marcelo Amorim Netto (Centro Biomédico); Adriano Sisternas (Centro Tecnológico); Gustavo Pereira do Vale Neto (Centro Biomédico); Jorge Luiz de Souza (concluinte de Economia); Angela Milanez Caetano (Centro de Estudos Gerais); Iran Caetano (Centro Biomédico); José Willian Sarandy (Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas).
CCJE UFES	1974	11/03/1974	OFÍCIO	AESI	of. 53/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que seja informado a essa assessoria se os alunos Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco estão matriculados neste Centro.
CCJE UFES	1974	22/08/1974	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 377/74	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Informa que Ewerton Montenegro não é aluno deste Centro.
CCJE UFES	1974	16/04/1974	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 202/74	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 82/74-AESI, informa que José Willian Sarandy não se matriculou neste ano, e que Jorge Luiz de Souza concluiu o curso de Economia em 1972.
CCJE UFES	1974	11/03/1974	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 129/74	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício 53/74-AESI, comunica que o Sr. Luiz Inácio e Oswaldo Pacheco não se encontram matriculados neste Centro.
CBM UFES	1974	03/12/1974	OFÍCIO	AESI	of. 245/74	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Amaury Couto Prado	Chefe de Gabinete da Reitoria - UFES	Reitoria UFES	Envia dois exemplares da Lei 5.700, de 1 de setembro de 1971, que preconiza as formas de apresentação dos símbolos nacionais.
CBM UFES	1975	03/01/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandrea	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	"Na forma dos entendimentos verbais mantidos entre essa Assessoria e esta Direção, vimos comunicar a V. Sa., para evitação [sic] de notícias desencontradas, que a infecção por pseudomonas no Hospital das Clínicas foi controlada, ficando assim, suspensa a interdição elaborada nas suas áreas, continuando suspensa ainda somente a Cirurgia de Urgência, até o final do corrente mês, devido as obras que estão sendo executadas no Bloco Cirúrgico".

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1975	04/07/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 118/75, diz: "lembramos a V. Sa. que sempre lhe foram encaminhadas as correspondências recebidas por esta Direção a respeito do assunto contido no supracitado ofício e que continuaremos a assim proceder com as demais que chegarem às nossas mãos".
CBM UFES	1975	11/07/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 03/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 112/75, envia "os dados constantes dos assentamentos dos estudantes-convênio desta Unidade".
CBM UFES	1975	05/09/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 04/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 148/75, envia os dados solicitados referentes aos acadêmicos matriculados nesta Unidade que compõem o Diretório Acadêmico deste Centro.
CBM UFES	1975	18/09/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 05/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em reposta ao ofício AESI 170/75, envia o nome do professor estrangeiro do Centro, com os dados solicitados / Em resposta ao ofício AESI 100/75, informa que não possui conhecimento de "conferências nesta Unidade por pessoas estranhas aos quadros da nossa Universidade, sem a devida anuência desta Direção".
CBM UFES	1975	24/11/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 06/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia os nomes dos professores homenageados, do aluno orador e da aluna que fará o juramento na colação de grau do Curso Médico deste Centro.
CBM UFES	1975	01/12/1975	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 07/75 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Envia cópia do discurso a ser proferido pelo aluno José Geraldo Mill , por ocasião da colação de grau do curso médico deste Centro, "a ser realizada no próximo dia 04 de dezembro, às 20h., no Cine-Teatro Glória".
CBM UFES	1975	17/02/1975	OFÍCIO	AESI	of. 23/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que o Centro informe, com urgência, se receberam o convite para o "Encontro de Universidades Latino- Americanas", a realizar-se em Bogotá/Colômbia, em março do corrente ano.
CBM UFES	1975	20/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 100/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que o Centro informe, com urgência, se ocorreram conferências neste Centro "de pessoas estranhas aos quadros da UFES, sem a devida anuência" do Diretor do Centro.
CBM UFES	1975	30/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 112/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que o Centro informe se existe "algum estudante- convênio" nesse Centro. Caso positivo, solicita as seguintes informações: data de ingresso na UFES; país de origem; Curso que está frequentando. Solicita também os dados: Nome / Filiação / Data de nascimento / Estado Civil / Motivo de cursar no Brasil / Residência em Vitória / Residência dos pais no exterior / Custeio dos estudos por quem? / Permanência em Vitória até quando? / Número do passaporte e validade.
CBM UFES	1975	02/07/1975	OFÍCIO	AESI	of. 118/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que informe se essa Direção tem recebido "correspondências vindas do estrangeiro, principalmente da Alemanha, solicita informações de elementos ideologicamente comunistas, para que possam ajudá-los com remédios e, inclusive, com dinheiro". Caso afirmativo, solicita que encaminhem "os referidos expedientes", para análise da AESI.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1975	22/08/1975	OFÍCIO	AESI	of. 148/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que sejam enviados os seguintes dados dos membros pertencentes ao Diretório Acadêmico deste Centro: Nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, residência, carteira de identidade e título de eleitor.
CBM UFES	1975	05/09/1975	OFÍCIO	AESI	of. 170/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita a relação atualizada de professores estrangeiros em atividades docentes neste Centro, com as seguintes informações: a) nome, nacionalidade, data de nascimento, filiação e data de entrada no país; b) Disciplina que leciona; c) Vigência do contrato de trabalho.
CBM UFES	1975	11/09/1975	OFÍCIO	AESI	of. 177/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	"O Comunismo Internacional aproveitando-se dos movimentos políticos que se desenrolam em Portugal, está remetendo farto material subversivo a livrarias de Faculdades e Universidades do Brasil por intermédio da Livraria Camões". Solicita que, caso isso ocorra neste Centro, a AESI seja imediatamente informada.
CA UFES	1975	10/12/1975	OFÍCIO	ASI	of. 213/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que este Centro envie, com urgência, cópia dos discursos do paraninfo e orador da turma de formandos do corrente ano.
CA UFES	1975	05/12/1975	OFÍCIO	ASI	of. 210/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Em resposta ao ofício 252/75 deste Centro, comunica que "nada consta até a presente data nesta Assessoria que desabone a conduta dos alunos candidatos a representantes do corpo discente no Conselho Departamental e nos Departamento deste Centro.
CA UFES	1975	17/10/1975	OFÍCIO	ASI	of. 198/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Em resposta ao ofício 221/75 deste Centro, sugere a observância da legislação que regula o assunto: 1- Portaria n. 25, de 17 de janeiro de 1968, do Exmo. Ministro da Educação e Cultura; 2- Decreto-Lei n. 69.053, de 11 de agosto de 1971 (anexo nesse ofício); 3- Aviso Reservado n. 873, de 31 de julho de 1973.
CA UFES	1975	11/09/1975	OFÍCIO	AESI	of. 179	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	"O Comunismo Internacional aproveitando-se dos movimentos políticos que se desenrolam em Portugal, está remetendo farto material subversivo a livrarias de Faculdades e Universidades do Brasil por intermédio da Livraria Camões". Solicita que, caso isso ocorra neste Centro, a AESI seja imediatamente informada.
CA UFES	1975	05/09/1975	OFÍCIO	AESI	of. 167/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. José Vianna Belesa	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita a relação atualizada de professores estrangeiros em atividades docentes neste Centro, com as seguintes informações: a) nome, nacionalidade, data de nascimento, filiação e data de entrada no país; b) Disciplina que leciona; c) Vigência do contrato de trabalho.
CA UFES	1975	22/08/1975	OFÍCIO	AESI	of. 147/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. José Vianna Belesa	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que sejam enviados os seguintes dados dos membros pertencentes ao Diretório Acadêmico deste Centro: Nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, residência, carteira de identidade e título de eleitor.
CA UFES	1975	02/07/1975	OFÍCIO	AESI	of. 119/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Em resposta ao ofício n. 120/75, enviado por este Centro, comunica que "nada consta nesta Assessoria, até a presente data, que desabone a conduta da estudante ' Judith Maria Costa ', que faz parte da única chapa inscrita para as próximas eleições do Diretório Acadêmico "Carlos Cavalcanti", desse Centro.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CA UFES	1975	02/07/1975	OFÍCIO	AESI	of. 113/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que informe se essa Direção tem recebido "correspondências vindas do estrangeiro, principalmente da Alemanha, solicita informações de elementos ideologicamente comunistas, para que possam ajudá-los com remédios e, inclusive, com dinheiro". Caso afirmativo, solicita que encaminhem "os referidos expedientes", para análise da AESI.
CA UFES	1975	30/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 107/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que o Centro informe se existe "algum estudante- convênio" nesse Centro. Caso positivo, solicita as seguintes informações: data de ingresso na UFES; país de origem; Curso que está frequentando. Solicita também os dados: Nome / Filiação / Data de nascimento / Estado Civil / Motivo de cursar no Brasil / Residência em Vitória / Residência dos pais no exterior / Custeio dos estudos por quem? / Permanência em Vitória até quando? / Número do passaporte e validade.
CA UFES	1975	25/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 106/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Em resposta ao ofício n. 88/75, enviado por este Centro, comunica que "nada consta nesta Assessoria, até a presente data, que desabone a conduta das estudantes Márcia Braga Capovilla, Marivani Lacerda da Costa, Rita de Cássia Cola, Nádia Cortes Batista e Eliane de Oliveira Sá , que fazem parte da única chapa inscrita para as próximas eleições do Diretório Acadêmico "Carlos Cavalcanti", desse Centro. Porém, sobre o estudante Paulo Cesar Henriques Jevaux , "consta nos arquivos da AESI/UFES, dados que não recomendam a sua candidatura.
CA UFES	1975	20/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 95/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Sem identificação	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que o Centro informe se ocorreram conferências neste Centro "de pessoas estranhas aos quadros da UFES, sem a devida anuência" do Diretor do Centro.
CA UFES	1975	17/02/1975	OFÍCIO	AESI	of. 21/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita que o Centro informe, com urgência, se receberam o convite para o "Encontro de Universidades Latino- Americanas", a realizar-se em Bogotá/Colômbia, em março do corrente ano.
CA UFES	1975	23/12/1975	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 448/75	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao of. AESI 213/75, envia cópia dos discursos do orador e do paraninfo dos formandos deste Centro do corrente ano letivo.
CA UFES	1975	20/02/1975	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 27/75	Prof. Seliégio Gomes Ramalho	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em reposta ao ofício AESI 02/75, informa que não receberam qualquer expediente referente ao assunto.
CCJE UFES	1975	10/12/1975	OFÍCIO	ASI	of. 216/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas UFES	Solicita que este Centro envie, com urgência, cópia dos discursos do paraninfo e orador da turma de formandos do corrente ano.
CCJE UFES	1975	11/09/1975	OFÍCIO	AESI	of. 174/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas UFES	"O Comunismo Internacional aproveitando-se dos movimentos políticos que se desenrolam em Portugal, está remetendo farto material subversivo a livros de Faculdades e Universidades do Brasil por intermédio da Livraria Camões". Solicita que, caso isso ocorra neste Centro, a AESI seja imediatamente informada.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CCJE UFES	1975	09/09/1975	OFÍCIO	AESI	of. 165/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita a relação atualizada de professores estrangeiros em atividades docentes neste Centro, com as seguintes informações: a) nome, nacionalidade, data de nascimento, filiação e data de entrada no país; b) Disciplina que leciona; c) Vigência do contrato de trabalho.
CCJE UFES	1975	22/08/1975	OFÍCIO	AESI	of. 150/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que sejam enviados os seguintes dados dos membros pertencentes ao Diretório Acadêmico deste Centro: Nome, filiação, data de nascimento, naturalidade, estado civil, residência, carteira de identidade e título de eleitor.
CCJE UFES	1975	30/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 109/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que o Centro informe se existe "algum estudante- convênio" nesse Centro. Caso positivo, solicita as seguintes informações: data de ingresso na UFES; país de origem; Curso que está frequentando. Solicita também os dados: Nome / Filiação / Data de nascimento / Estado Civil / Motivo de cursar no Brasil / Residência em Vitória / Residência dos pais no exterior / Custeio dos estudos por quem? / Permanência em Vitória até quando? / Número do passaporte e validade.
CCJE UFES	1975	20/06/1975	OFÍCIO	AESI	of. 98/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que o Centro informe se ocorreram conferências neste Centro "de pessoas estranhas aos quadros da UFES, sem a devida anuência" do Diretor do Centro.
CCJE UFES	1975	17/04/1975	OFÍCIO	AESI	of. 52/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Reitera a solicitação do ofício AESI 42/75, de 4 de abril de 1975.
CCJE UFES	1975	11/04/1975	OFÍCIO	AESI	of. 51/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Relata que recebeu nesta AESI um ofício oriundo do Depto. de Direito Público do CCJE/UFES (of. 16/75), e comunica que, segundo instruções da Divisão de Segurança e Informação do MEC, todas as solicitações a esta AESI deverão ser encaminhadas através da Direção do Centro, "a quem, por força do nosso organograma, deveremos ter as ligações oficiais".
CCJE UFES	1975	10/04/1974	OFÍCIO	AESI	of. 50/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Atendendo a solicitação superior, solicita uma relação completa de livros-texto recomendados no CCJE/UFES, especificamente nos Cursos de Ciências Econômicas e de Serviço Social.
CCJE UFES	1975	04/04/1975	OFÍCIO	AESI	of. 42/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que envie 4 (quatro) números do Boletim lançado pelo Diretório Acadêmico "Heráclito Amâncio Pereira", conforme notícia do Jornal "A Tribuna" do dia 03 do corrente mês e ano, em sua pág. 2.
CCJE UFES	1975	17/02/1975	OFÍCIO	AESI	of. 20/75	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que o Centro informe, com urgência, se receberam o convite para o "Encontro de Universidades Latino- Americanas", a realizar-se em Bogotá/Colômbia, em março do corrente ano.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CCJE UFES	1975	27/02/1975	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 50/75	Prof. Valder Collares Vieira	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 20/75, informa que responde negativamente.
CCJE UFES	1975	20/05/1975	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 184/75	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da AESI	Chefe AESI/UFES	AESI/UFES	Por ordem do Diretor, envia 4 vias do Boletim lançado pelo Diretório Acadêmico "Heráclito Amâncio Pereira",
CCJE UFES	1975	06/10/1975	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 419/75	Prof. Valder Collares Vieira	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício AESI 187/75, de 1/10/1975, formaliza comunicação verbal em que informa que a pessoa a que se refere o ofício não é professor neste Centro, não sabendo os motivos pelos quais o mesmo se intitula "Assistente" de um dos professores do Centro. Relata que os Deptos. que compõem o CCJE, notadamente os de Direito, têm permitido que seus professores convidem "pessoas estranhas à UFES, relacionadas com a matéria das disciplinas, que pronunciam conferências ou palestras, sob supervisão do docente responsável pela disciplina. Sugere que o caso do referido ofício pode ser um desses, que se precipitou em intitular-se "Assistente" do citado professor.
CBM UFES	1976	26/02/1976	OFÍCIO	ASI	of. 32/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que seja controlada a afixação de panfletos nos quadros de avisos desde Centro. Salienta ainda que, "elementos não identificados, estão utilizando tal espediente, em vários setores, motivo pelo qual recomendamos a Vossa Senhoria a adoção dessa providência".
CBM UFES	1976	19/03/1976	OFÍCIO	ASI	of. 49/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita o envio, no menor prazo possível, de relação nominal de todos os professores desse Centro, por Departamento, com a informação de suas respectivas disciplinas
CBM UFES	1976	24/03/1976	OFÍCIO	ASI	of. 52/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que comunique ao Prof. Dr. José Paulo de Souza Filho , da disciplina Clínica Odontológica III, que compareça à esta ASI/UFES, amanhã, dia 25 de março, a partir das 16 horas.
CBM UFES	1976	07/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 65/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita a relação de faltas, nos dias 1, 2 e 3 do corrente mês, dos alunos desse Centro que fazem parte do Diretório Acadêmico ou de representação acadêmica em qualquer outro órgão colegiado.
CBM UFES	1976	07/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 73/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita, com urgência, a composição atual do Diretório Acadêmico.
CBM UFES	1976	13/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 89/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Acrescenta à solicitação do ofício AESI 65/76, além das faltas dos dias 2 e 3 do corrente mês, solicita as faltas do dia 31/03, e dos dias 05 e 06 do corrente mês.
CBM UFES	1976	14/05/1976	OFÍCIO	ASI	of. 122/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que envie a cópia dos Estatutos do Diretório Acadêmico.
CBM UFES	1976	24/09/1976	OFÍCIO	ASI	of. 193/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que informe, com urgência, se foi proferida alguma palestra ou conferência por pessoa estranha aos quadros da UFES neste Centro. Em caso positivo, enviar uma relação com o nome do conferencista, o tema apresentado e por quem foi indicado para comparecer na UFES. Solicita também que, caso convidem qualquer conferencista estranho ao quadro da UFES, a ASI/UFES seja informada com antecedência de 96 horas.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1976	11/10/1976	OFÍCIO	ASI	of. 205/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicitação de informação se algum acadêmico do Centro Biomédico da UFES recebeu convite para realizar estágio no Ministério da Saúde de Israel.
CBM UFES	1976	29/10/1976	OFÍCIO	ASI	of. 214/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita para que seja encaminhado aos Chefes de Departamentos deste Centro, o formulário em anexo para preenchimento, relacionado com o horário que estão obrigados, diariamente, todos os professores de cada Departamento. Após essa providência, solicita que a Direção do Centro encaminhe para ASI/UFES esses formulários, para as medidas que se fazem necessárias.
CBM UFES	1976	12/04/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 49/76, envia relação nominal dos docentes deste Centro, por Departamento, com as suas respectivas disciplinas por eles ministradas.
CBM UFES	1976	12/04/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 73/76, envia nome e dados dos alunos que fazem parte da Comissão Executiva do Diretório Acadêmico deste Centro.
CBM UFES	1976	27/05/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 03/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 122/76, envia cópia do Regimento do Diretório Acadêmico deste Centro.
CBM UFES	1976	06/09/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 04/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Envia os nomes dos homenageados e do aluno orador na colação de grau do Curso Médico deste Centro no ano corrente.
CBM UFES	1976	30/10/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 05/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 193/76, comunica os eventos científicos realizados no Centro no corrente ano, e envia em anexo a cópia da programação de dois dos três eventos listados,
CBM UFES	1976	30/10/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 06/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 205/76, comunica que não é de conhecimento da Direção que algum acadêmico deste Centro tenha recebido convite para realizar estágio no Ministério da Saúde de Israel.
CBM UFES	1976	23/11/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 07/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Comunica que, durante os dias 25 a 27 de novembro e de 02 a 04 de dezembro do corrente ano, a Enfermeira Teresa de Jesus Sena , Professora da Escola de Enfermagem "Ana Neri" virá, a convite da Direção, proferir um curso sobre temas livres de "Relações Humanas", para os docentes do curso de Enfermagem deste Centro. Envia em anexo o Currículo Vitae da referida professora.
CBM UFES	1976	26/11/1976	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 08/76 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Envia os discursos a serem proferidos na colação de grau do curso médico, pelo Prof. Jader Bispo Cruz e pelo acadêmico Dúmith Chequer Bou-Habib , paraninfo e orador da turma.
CEFD UFES	1976	13/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 90/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Álvaro Costa Filho	Diretor do Centro de Educação Física e Desportos - UFES	Centro de Educação Física e Desportos - UFES	Acredita à solicitação do ofício ASI 67/76, além das faltas dos dias 2 e 3 do corrente mês, solicita as faltas do dia 31/03, e dos dias 05 e 06 do corrente mês.
CEFD UFES	1976	29/10/1976	OFÍCIO	ASI	of. 217/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Álvaro Costa Filho	Diretor do Centro de Educação Física e Desportos - UFES	Centro de Educação Física e Desportos - UFES	Solicita para que seja encaminhado aos Chefes de Departamentos deste Centro, o formulário em anexo para preenchimento, relacionado com o horário que estão obrigados, diariamente, todos os professores de cada Departamento. Após essa providência, solicita que a Direção do Centro encaminhe para ASI/UFES esses formulários, para as medidas que se fazem necessárias.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CA UFES	1976	19/03/1976	OFÍCIO	ASI	of. 47/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita o envio, no menor prazo possível, de relação nominal de todos os professores desse Centro, por Departamento, com a informação de suas respectivas disciplinas
CA UFES	1976	07/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 63/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a relação de faltas, nos dias 1, 2 e 3 do corrente mês, dos alunos desse Centro que fazem parte do Diretório Acadêmico ou de representação acadêmica em qualquer outro órgão colegiado.
CA UFES	1976	07/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 70/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita, com urgência, a composição atual do Diretório Acadêmico.
CA UFES	1976	13/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 87/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Acredita à solicitação do ofício ASI 63/76, além das faltas dos dias 2 e 3 do corrente mês, solicita as faltas do dia 31/03 e dos dias 05 e 06 do corrente mês.
CA UFES	1976	14/05/1976	OFÍCIO	ASI	of. 117/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que envie a cópia dos Estatutos do Diretório Acadêmico.
CA UFES	1976	24/09/1976	OFÍCIO	ASI	of. 192/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que informe, com urgência, se foi proferida alguma palestra ou conferência por pessoa estranha aos quadros da UFES neste Centro. Em caso positivo, enviar uma relação com o nome do conferencista, o tema apresentado e por quem foi indicado para comparecer na UFES. Solicita também que, caso convidem qualquer conferencista estranho ao quadro da UFES, a ASI/UFES seja informada com antecedência de 96 horas.
CA UFES	1976	02/04/1976	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 127/76	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 47/76, envia a relação dos professores deste Centro, com suas respectivas disciplinas.
CA UFES	1976	04/05/1976	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 196/76	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 70/76, envia os nomes da atual Diretoria do Diretório Acadêmico deste Centro.
CCJE UFES	1976	19/03/1976	OFÍCIO	ASI	of. 45/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita o envio, no menor prazo possível, de relação nominal de todos os professores desse Centro, por Departamento, com a informação de suas respectivas disciplinas
CCJE UFES	1976	07/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 61/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita a relação de faltas, nos dias 1, 2 e 3 do corrente mês, dos alunos desse Centro que fazem parte do Diretório Acadêmico ou de representação acadêmica em qualquer outro órgão colegiado.
CCJE UFES	1976	07/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 71/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita, com urgência, a composição atual do Diretório Acadêmico.
CCJE UFES	1976	13/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 85/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Acredita à solicitação do ofício ASI 61/76, além das faltas dos dias 2 e 3 do corrente mês, solicita as faltas do dia 31/03, e dias 05 e 06 do corrente mês.
CCJE UFES	1976	14/05/1976	OFÍCIO	ASI	of. 119/76	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que envie a cópia dos Estatutos do Diretório Acadêmico.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CCJE UFES	1976	24/03/1976	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 153/76	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 45/76, encaminha a relação nominal de todos os professores deste Centro, com suas respectivas disciplinas.
CCJE UFES	1976	28/04/1976	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 197/76	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 71/76, envia a relação dos alunos que compõem o atual Diretório Acadêmico "Heráclito Amancio Pereira".
CCJE UFES	1976	17/05/1976	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 224/76	Maria da Penha Amancio Pereira - Secretária CCJE - UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 119/76, envia cópia do Estatuto do Diretório Acadêmico "Heráclito Amancio Pereira".
CCJE UFES	1976	s/d abril/1976	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. s/n	Anna Angelica Barbosa Cabral - Secretária CCJE UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta aos ofícios ASI 61 e 85/76, informa que os membros do Diretório Acadêmico e os membros de representação estudantil estavam presentes nos períodos referidos, exceto: Maria da Fátima Pedrosa Aragão (vice- presidente do DA), que colou grau em Serviço Social em 09/01/76; Beatriz Maria Perez e Domingos Sá Filho , que não matricularam neste semestre.
CBM UFES	1977	13/04/1976	OFÍCIO	ASI	of. 28/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita que as providências sejam tomadas para que seja atendido no prazo de 72 horas o pedido feito por esta ASI/UFES através do ofício ASI 214/76, para que esta assessoria cumpra obrigações que são determinadas pelas Leis e Normas que regulam o Sistema Nacional de Informações.
CBM UFES	1977	23/03/1977	OFÍCIO	ASI	of. 56/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita que seja enviado, com urgência, a relação nominal dos estudantes membros do Diretório Acadêmico, e o prazo do mandato.
CBM UFES	1977	25/07/1977	OFÍCIO	ASI	of. 157/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita que, para que sejam evitadas reuniões nos horários de aula organizadas pelos integrantes do Diretório Acadêmico, recomenda que a Direção deste Centro oriente os Chefes de Departamento que considere faltosos os alunos que não assistirem as aulas ministradas, ou que saiam antes do término.
CBM UFES	1977	30/08/1977	OFÍCIO	ASI	of. 181/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Dr. Benito Zanandréa	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita que, se houver alguma distribuição de periódico, panfleto ou qualquer outra publicação, nesta Unidade, que seja encaminhada com urgência para a ASI/UFES.
CBM UFES	1977	06/06/1977	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/77 confidencial	Prof. Dr. Benito Zanandréa	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Relata que no pavilhão em que funcionam os ambulatórios de Clínica Médica e Clínica Cirúrgica ocorreu o arrombamento de uma gaveta contendo medicamentos em forma de amostras grátis, que haviam roupas espalhadas pelo chão, mesas, camas e pisos da sala sujos de tinta, e no quadro haviam escritas em giz com palavras obscenas. Que após comunicar verbalmente o Chefe desta ASI irão seguir com a orientação de minimizar ao máximo a repercussão do ocorrido.
CA UFES	1977	23/03/1977	OFÍCIO	ASI	of. 59/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Paulo Cezar Simões	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que seja enviado, com urgência, a relação nominal dos estudantes membros do Diretório Acadêmico, e o prazo do mandato.
CA UFES	1977	30/08/1977	OFÍCIO	ASI	of. 184/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Paulo Cezar Simões	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita que, se houver alguma distribuição de periódico, panfleto ou qualquer outra publicação, nesta Unidade, que seja encaminhada com urgência para a ASI/UFES.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CCJE UFES	1977	23/03/1977	OFÍCIO	ASI	of. 58/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que seja enviado, com urgência, a relação nominal dos estudantes membros do Diretório Acadêmico, e o prazo do mandato.
CCJE UFES	1977	25/07/1977	OFÍCIO	ASI	of. 158/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que, para que sejam evitadas reuniões nos horários de aula organizadas pelos integrantes do Diretório Acadêmico, recomenda que a Direção deste Centro oriente os Chefes de Departamento que considerem faltosos os alunos que não assistirem as aulas ministradas, ou que saiam antes do término.
CCJE UFES	1977	30/08/1977	OFÍCIO	ASI	of. 183/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Valder Collares Vieira	Diretor do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Solicita que, se houver alguma distribuição de periódico, panfleto ou qualquer outra publicação, nesta Unidade, que seja encaminhada com urgência para a ASI/UFES.
CCJE UFES	1977	20/10/1977	OFÍCIO	ASI	of. 219/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Luiz Flores Alves - Vice-Diretor do CCJE/UFES	Vice-Diretor do CCJE/UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Para atender à solicitação de órgão superiores, pede as seguintes informações: 1- Sobre o ofício encaminhado pelo Diretor deste Centro para o DA registrar o jornal "O Grito", de acordo com a Lei de imprensa, quais foram as medidas tomadas?; 2- Quem financia "O Grito"?; 3- Quem compõe o corpo editorial do jornal?
CCJE UFES	1977	26/10/1977	OFÍCIO	ASI	of. 220/77	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Luiz Flores Alves - Vice-Diretor do CCJE/UFES	Vice-Diretor do CCJE/UFES	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas - UFES	Com o objetivo de atender as solicitações relatadas no ofício ASI 219/77, solicita ainda as informações: 1- Quais outros jornais são impressos por estudantes no CCJE?; 2- Existe algum funcionando legalmente conforme a Lei nº 5.250/67?; 3- Qual a tiragem de cada jornal e onde são distribuídos?
CCJE UFES	1977	25/03/1977	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 75/77	Prof. Valder Collares Vieira	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta à solicitação do ofício ASI 58/77, envia em anexo a relação dos componentes da Comissão Executiva e do Conselho Deliberativo do Diretório Acadêmico "Heráclito Amancio Pereira". Esclarece que tomaram posse em 08/10/1976, e que o mandato é de 1 ano.
CCJE UFES	1977	07/11/1977	OFÍCIO	CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS	of. 273/77	Luiz Flores Alves - Vice-Diretor do CCJE/UFES	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta aos ofícios ASI 219 e 220/77, informa que: 1- Somente no dia 4 do corrente mês, após insistentes solicitações, o presidente do Diretório Acadêmico localizou o processo relativo ao ofício da Direção deste Centro, sobre o registro do "O Grito", sendo no mesmo dia encaminhado à Assessoria Jurídica da UFES; 2- "O Grito" é financiado pelos anunciantes (Livrarias Paganoto, Âncora, etc); 3- O corpo editorial é composto pelos membros do atual Diretório e do anterior, e de simpatizantes; 4- Comunica que tiveram conhecimento da circulação de outros: "Ponto Comum" e "A Tocha"; 5- "O Impresso II tem seu funcionamento estribado na Lei nº 5.250"; 6- Não conseguiram apurar a tiragem exata de cada jornal, apenas que é número reduzido, pois tiveram dificuldade de obter exemplares para enviar a esta ASI, quanto à distribuição, não possui local certo, é volante.
CBM UFES	1978	18/04/1978	OFÍCIO	ASI	of. 59/78	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Tomaz Tommasi	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico - UFES	Solicita, com urgência, a relação de alunos que faltaram às aulas em todos os Departamentos deste Centro no período de 20 a 25 de março do corrente ano.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1978	10/10/1978	OFÍCIO	ASI	of. 120/78	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Prof. Tomaz Tommasi	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Por solicitação de órgão superior, solicita dados sobre o "Ciclo de Debates sobre Realidade Brasileira": Se foi realizada toda a programação ou as palestras listadas no ofício: 12/09 - Igreja, sociedade e universidade", com João Batista Libâneo; 13/09 - "Situação do índio no Brasil", com Dom Thomás Balduino; 14/09 - "Direitos Humanos", com Ewerton Montenegro Guimaraes; 15/09 - "Participação popular", com João Batista Herkenhoff.
CBM UFES	1978	09/06/1978	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/78 confidencial	Dr. Thomaz Tommasi Diretor "Pro Tempore"	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 59/78, encaminha cópia dos expedientes enviados pelos Departamentos de Clínica Cirúrgica e Medicina Especializada deste Centro, referentes às faltas dos alunos no período de 20 a 25 de março do corrente ano. Esclarece que apenas esses dois Departamentos se manifestaram a respeito do assunto até a atual data.
CBM UFES	1978	20/09/1978	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/78 confidencial	Dr. Thomaz Tommasi Diretor "Pro Tempore"	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Comunica que os alunos deste Centro decidiram permanecer em Assembleia Geral Permanente, com ausência às aulas e que, após ouvido o Conselho Departamental, foram tomadas as medidas que a legislação em vigor recomenda.
CA UFES	1978	18/04/1978	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 62/78	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	Diretor do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Solicita, com urgência, a relação de alunos que faltaram às aulas em todos os Departamentos deste Centro no período de 20 a 25 de março do corrente ano.
CA UFES	1978	03/05/1978	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	s/n	Dr. Paulo Cezar Simões Magalhães	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 62/78, encaminha a relação de alunos que faltaram às aulas neste Centro, no período entre 20 a 25 de março do corrente ano.
APEES	1979	26/04/1979	OFÍCIO	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	of. Conf. 32/79	Waldir Xavier - Chefe do SII	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Solicita dados qualificativos de: Ildebrando Muniz de Almeida, Lauro Ferreira Pinto Neto, Denise Ribeiro de Carvalho, Ludmila de Oliveira, Pedro Carlos de Souza Neto, Maristela Alves da Silva e Wellington Coimbra . Informa ainda que as pessoas citadas são membros da Comissão Executiva do Diretório Acadêmico do Centro Biomédico.
APEES	1979	04/05/1979	INFORMAÇÃO	ASI	48/ASI/UFES/MEC /1979	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Sem identificação	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	Superintendência de Investigações Especiais / Serviço de Investigações e Informações	Em resposta ao Ofício Confidencial nº 32/79-SII/SPI/ES, envia as informações das pessoas citadas.
APEES	1979	31/05/1979	OFÍCIO	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	of. Conf. 43/79	Waldir Xavier - Chefe do SII	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Solicita que este órgão seja informado da composição e qualificação da Diretoria do Comitê Brasileiro pela Anistia/Espírito Santo (CBA/ES) e a qualificação da Diretoria do Diretório Acadêmico do CCJE/UFES.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
APEES	1979	08/06/1979	INFORMAÇÃO	ASI	65/ASI/UFES/ME C /1979	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Sem identificação	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	Superintendência de Investigações Especiais / Serviço de Investigações e Informações	Em resposta ao Ofício Confidencial nº 43/79/-SII/SPI/ES, envia as informações dos membros do Diretório Acadêmico "Heráclito Amâncio Pereira", do CCJE/UFES; informa que esta ASI não possui conhecimento do Comitê Brasileiro pela Anistia/Espírito Santo (CBA/ES).
APEES	1980	29/01/1980	OFÍCIO	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	of. Conf. 13/80	Carlos Eduardo Marques Magnago - Chefe do SII	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Solicita que informe se forem realizadas eleições para a diretoria do Diretório Acadêmico do CCJE/UFES, na data 03/09/1979. Caso positivo, solicita os dados: Chapas que concorreram ao pleito, suas tendências políticas, qualificação de seus membros, totais de votos obtidos por chapa, total de alunos dos cursos do CCJE/UFES, e outras informações que julgar úteis.
APEES	1980	14/02/1980	INFORMAÇÃO	ASI	05/ASI/UFES/ME C /1980	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Carlos Eduardo Marques Magnago - Chefe do SII	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA / SERVIÇO DE INVESTIGAÇÕES E INFORMAÇÕES	Superintendência de Investigações Especiais / Serviço de Investigações e Informações	Em resposta ao Ofício Confidencial nº 13/80/-SII/SPI/ES, informa que as eleições do Diretório Acadêmico do CCJE/UFES ocorreram em 03/10/1979; que as Chapas que concorreram foram "Novo Rumo" e a "Todo Mundo", tendo a segunda saído vencedora, e tomado posse em 05/10/1979, com mandato de 1 ano. Envia a composição das duas chapas com dados de cada membro.
CBM UFES	1980	17/07/1980	OFÍCIO	ASI	of. 70/1980	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Prof. Tomaz Tommasi	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Ofício com objetivo de lembrar sobre o Decreto nº 79.099/77, que aprova o "Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos", devendo ser cumprido rigorosamente, principalmente o Art. 12: "Toda e qualquer pessoa que tem conhecimento de assunto sigiloso, fica, automaticamente, responsável pela manutenção do seu sigilo".
CA UFES	1980	17/07/1980	OFÍCIO	ASI	of. 65/80	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Prof. ^a Freda Cavalcanti Jardim	Diretora do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes UFES	Ofício com objetivo de lembrar sobre o Decreto nº 79.099/77, que aprova o "Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos", devendo ser cumprido rigorosamente, principalmente o Art. 12: "Toda e qualquer pessoa que tem conhecimento de assunto sigiloso, fica, automaticamente, responsável pela manutenção do seu sigilo".
CBM UFES	1981	25/03/1981	OFÍCIO	ASI	of. 24/81	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Prof. Tomaz Tommasi	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que seja encaminhada a esta ASI uma relação de médicos residentes na UFES em exercício.
CBM UFES	1981	28/04/1981	OFÍCIO	ASI	of. 34/81	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Prof. Tomaz Tommasi	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Solicita que informe, em caráter urgentíssimo, se existe algum Diretório Acadêmico ou Centro Acadêmico aberto nessa Unidade. Se afirmativo, solicita a relação nominal dos dirigentes os dados: filiação, data de nascimento, naturalidade, residência, carteira de identidade e título de eleitor.
CBM UFES	1981	12/11/1981	OFÍCIO	ASI	of. 143/81	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Prof. Tomaz Tommasi	Diretor do Centro Biomédico - UFES	Centro Biomédico UFES	Tendo tomado conhecimento por órgãos superiores de que alguns professores estão dando aula, solicita que informe, com urgência, nome e disciplinas dos referidos docentes. Reitera a observância no Decreto nº 79.099/77.
CBM UFES	1981	28/04/1981	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 01/81 confidencial	Prof. Thomaz Tommasi	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 24/81, encaminha relação nominal dos médicos Residentes neste Centro.

PASTA	ANO	DATA	TIPO DOCUMENTAL	ÓRGÃO (emissor)	Nº OFÍCIO	PRODUTOR	DESTINAÇÃO (NOME)	CARGO	DESTINAÇÃO (ÓRGÃO)	DESCRIÇÃO BREVE
CBM UFES	1981	15/05/1981	OFÍCIO	CENTRO BIOMÉDICO	of. 02/81 confidencial	Prof. Thomaz Tommasi	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI/UFES	Chefe ASI/UFES	ASI/UFES	Em resposta ao ofício ASI 34/81, informa que o único órgão de representação estudantil é o Diretório Acadêmico, e que a diretoria é de conhecimento da ASI. Relata que foram comunicados extraoficialmente sobre a existência de um Centro Acadêmico Livre de Enfermagem.
CA UFES	1983	09/05/1983	OFÍCIO	CENTRO DE ARTES	of. 24/83	ALBERTO MONTEIRO - chefe da ASI	Prof.ª Freda Cavalcanti Jardim	Diretora do Centro de Artes - UFES	Centro de Artes - UFES	Solicita a composição atual do Diretório Acadêmico deste Centro.